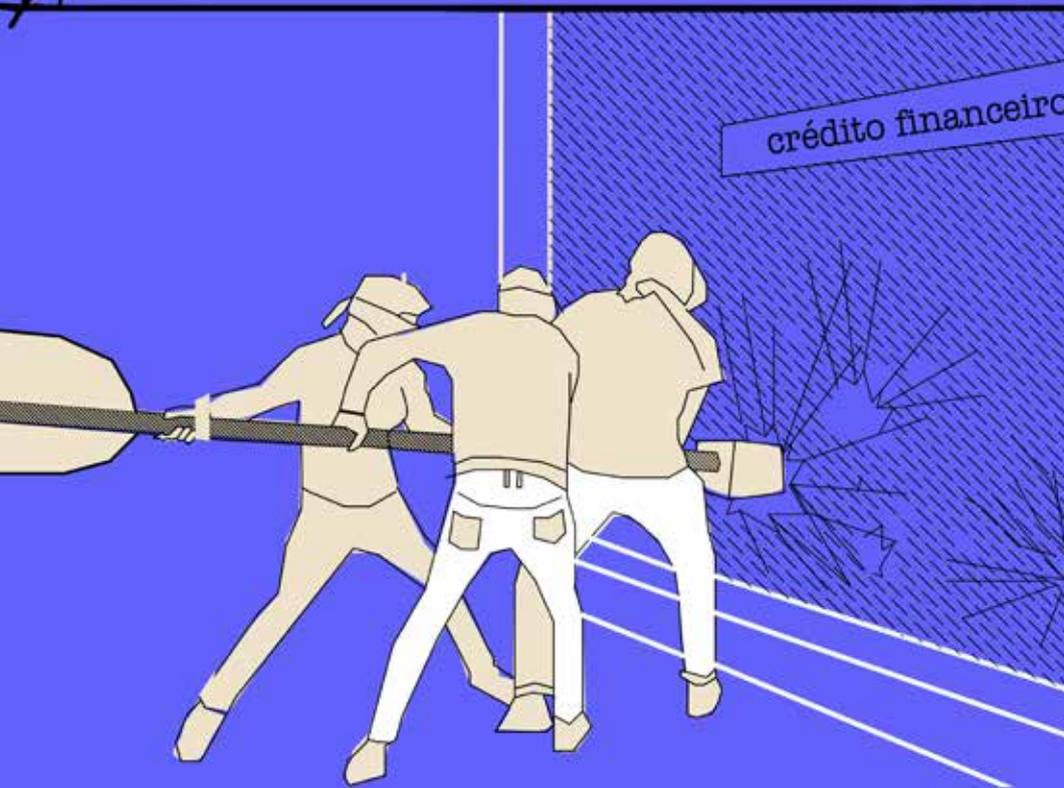


ANDES-SN

UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E CLASSE NUMA ERA DE CRISES



UNIVERSIDADE,
CIÊNCIA E CLASSE
NUMA ERA DE CRISES

Andes-SN

UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E CLASSE NUMA ERA DE CRISES

1ª edição



OUTRAS
EXPRESSÕES

ANDES

SINDICATO NACIONAL
ESP • COLUTAS

São Paulo • 2020

Copyright © 2020 by Editora Expressão Popular

Conselho editorial: Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes, Walnice Nogueira Galvão.

Organização da publicação:

Eblin Farage (Encarregatura Sindical) e Osvaldo Coggiola (Encarregatura Internacional)
– Direção Nacional do ANDES-SN Gestão 2018 – 2020

Revisão: Dulcineia Pavan

Projeto gráfico e diagramação: Zapdesign

Ilustração da capa: *Down with Neoliberalism*, Nancy Naser Al Deen, Lebanon

Exposição de Cartazes Anti-Imperialistas da Jornada Internacional de Luta Anti-Imperialista e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

U58 Universidade, ciência e classe numa era de crises /
Revisão: Dulcineia Pavan; direção nacional do
ANDES-SN--1.ed. —São Paulo : Outras Expressões,
ANDES, 2020.
241 p. : il.

ISBN 978-65-87389-06-6

1. Universidade. 2. Ensino superior. 3. Ciência. I. Pavan,
Dulcinéia. II. ANDES-SN. III. Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de Ensino Superior. IV. Título.

CDD 378.1
CDU 378.4

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: novembro de 2020

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

Apresentação	11
Capítulo 1 – Conjuntura, educação pública superior e funcionalismo público no contexto da pandemia.....	15
<i>Diretoria Nacional do Andes-SN</i>	
Capítulo 2 – Financiamento da educação.....	65
<i>Otaviano Helene (Instituto de Física, USP)</i>	
Capítulo 3 – Orçamento público e financiamento da educação superior .	81
<i>Maria Lucia Fattorelli (CADTM, Brasil)</i>	
Capítulo 4 – Dívida pública, parasitismo privado e subdesenvolvimento. 101	
<i>José Menezes Gomes (Faculdade de Serviço Social, UFAL)</i>	
Capítulo 5 – Projetos de educação em disputa e o sindicato nacional	121
<i>Eblin Farage (Faculdade de Serviço Social da UFF e Secretária Geral Andes – Sindicato Nacional)</i>	
Capítulo 6 – Universidade, ciência e classe na Argentina.....	139
<i>Claudia Baigorria (Secretária Geral Conaduh, Argentina)</i>	
Capítulo 7 – Decomposição e recomposição da classe operária	163
<i>Ricardo Antunes (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp)</i>	
Capítulo 8 – A classe trabalhadora hoje: precarização das relações de trabalho e lutas sociais	181
<i>Marcelo Badaró Mattos (Departamento de História da UFF)</i>	
Capítulo 9 – Dívida pública e usura.....	195
<i>Fabio Marcelli (Consiglio Nazionale della Ricerca, CNR, Itália)</i>	
Capítulo 10 – A caixa preta da inovação	205
<i>Francesco Schettino (Università della Campania, Itália)</i>	
Capítulo 11 – A luta das mulheres trabalhadoras na Argentina	225
<i>Romina Del Plá (Sindicato de Trabalhadores da Educação de Buenos Aires, Deputada Federal, Argentina)</i>	

É preciso que saibamos, com plena convicção, o que pretendemos e como avaliar as funções sociais construtivas da universidade. Se não para sermos ouvidos e exercermos influência, pelo menos para defendermos com responsabilidade e com coragem as posições que já assumimos e que precisam ser mantidas. Cada nação e cada povo possuem a universidade que merecem. Acabaremos muito mal, nesse terreno, se não soubermos o que queremos e, principalmente, se não soubermos lutar pelo que queremos.

Florestan Fernandes, *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?*

APRESENTAÇÃO

No momento em que o Brasil e parte do mundo vivem uma de suas crises mais profundas, ousamos lançar este livro, fazendo memória dos debates essenciais realizados durante o Seminário Internacional organizado pelo Andes-SN no ano de 2019. Inicialmente, registramos nossa absoluta solidariedade às famílias dos mais de 130 mil mortos pela Covid-19 no Brasil e aos mais de 4 milhões de contaminados. A crise estrutural do capitalismo, que se agrega a uma crise sanitária mundial, tem exigido das entidades da classe trabalhadora um repensar de ações e o reafirmar do projeto classista que tenha como prioridade a vida e não o lucro. Por isso, o lançamento deste livro, resgatando os debates realizados ainda em 2019, é fundamental.

Nos dias 10 e 11 de abril de 2019, o Andes-SN realizou o Seminário Internacional intitulado “Universidade, ciência e classe numa era de crises” com o objetivo de debater os condicionantes estruturantes que na conjuntura de crise internacional do capital impactam na organização da universidade pública. O seminário contou com a participação de convidados nacionais e internacionais que nos auxiliaram, a partir das reflexões, a melhor analisar os elementos do projeto do capital que impactam hoje no

Brasil, na América Latina e em parte do mundo sobre o projeto de educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, antipatriarcal, antimachista, anticapacitista, antiLGBTfóbica e antirracista defendido pelo Sindicato Nacional.

Um dos objetivos do seminário, que havia sido deliberado pelo 37º Congresso Nacional do Andes-SN, era contribuir para a aproximação do Andes-SN de entidades internacionais, em especial da América Latina, como forma de buscar referências para a tão necessária organização do setor da educação que, em seu conjunto, sofre cotidianamente os ataques do projeto do capital. Assim, desse seminário e das articulações possíveis nesse período, foi lançada a ideia de construir uma revista bilíngue (português/espanhol) que tratasse especificamente da Educação Superior na América Latina. A revista *Universidade e Sociedade*, número especial, foi lançada em outubro de 2019, contendo artigos de sete países (Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Nicarágua e Uruguai), em comemoração ao Dia do(a) Professor(a).

Também lançamos como proposta e desafio nesse seminário a necessidade de avançarmos em uma organização latino-americana: foi pensada a realização de um novo seminário internacional, na região Sul do Brasil, para facilitar o acesso dos países vizinhos. Essa articulação foi de alguma forma interrompida pelo agravamento da conjuntura política-econômica-social do Brasil com a ascensão da extrema-direita através do governo Bolsonaro e, posteriormente, com a pandemia do novo coronavírus que se abateu sobre o mundo, como mais uma das expressões da sociabilidade destrutiva do capitalismo. Ao mesmo tempo, uma nova articulação começou a ser desenhada com a organização do Congresso Mundial da Educação, que aconteceu de forma virtual no final do mês de setembro, precedido de plenárias nacionais da educação em cada país integrante dessa articulação, da qual o Andes-SN tem participado como observador.

Nesse sentido, esperamos avançar no processo de organização latino-americana das entidades da educação, assim como construir uma ampla frente em defesa de um projeto de educação antineoliberal e anticapitalista que contribua, de alguma forma, para o processo de emancipação humana. Nessa perspectiva, os textos trazidos neste livro, fruto das palestras transcritas do Seminário Internacional, contribuem para desvelar diversos elementos e aspectos que devem fazer parte de nossa luta cotidiana, como o financiamento da educação, a dívida pública brasileira, os projetos de educação em disputa no Brasil e na Argentina, a classe trabalhadora hoje no Brasil e a precarização das relações de trabalho, o financiamento da ciência na Europa e a organização das mulheres trabalhadoras na Argentina. Como transcrições de palestras, com pequenos ajustes realizados *a posteriori*, os textos apresentam uma linguagem mais coloquial. Foram precedidos, neste livro, por uma análise das conjunturas internacional e nacional que considera aspectos da educação e do funcionalismo em tempos de extrema-direita e de pandemia no Brasil, elaborado pela Diretoria Nacional do Andes-SN.

Assim, às vésperas dos 40 anos do Andes-SN, esperamos disponibilizar ao(à)s docentes do Brasil, no mês em que comemoramos o dia do(a) professor(a), inquietações e reflexões que impulsionem a organização coletiva e a construção de um sindicato cada vez mais autônomo, pela base e de luta.

Que todos e todas tenham uma boa leitura e que esta seja inspiradora para as lutas e mobilizações que precisamos para resistir ao projeto do capital e ao mesmo tempo superá-lo, possibilitando a construção de uma nova sociabilidade que, de fato, interesse à classe trabalhadora.

Outubro de 2020
Diretoria Nacional do Andes-SN
(Gestão 2018-2020)

CAPÍTULO I – CONJUNTURA, EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR E FUNCIONALISMO PÚBLICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Diretoria Nacional do Andes-SN¹

Conjuntura internacional

A acumulação capitalista, sob o signo da reestruturação produtiva, tem se caracterizado pelas crescentes dificuldades de valorização do capital e produção de valor, buscando do Estado e dos fundos públicos os recursos necessários para evitar o inevitável: a condição insuperável da crise que se avoluma.

A proclamação de uma internacional que seria orquestrada por Steve Bannon e operacionalizada pela díade Bolsonaro-Trump (bem como pelos acólitos Orbán, Salvini, Le Pen e outros), desde 2019 já dava sinais de seu fracasso. Com a economia mundial à borda do abismo da recessão econômica, precipitada pela crise sanitária global e frente às notáveis limitações políticas dos agentes deste novo autoritarismo, sequer as demandas do “capitalismo tardio”² têm logrado operar

¹ Texto elaborado para o 8º Conad extraordinário do Andes-SN, realizado entre 30 e 31 de julho de 2020, de forma virtual.

² Leia-se, a transferência de fundos públicos para o capital produtivo e para o capital financeiro, ao passo do esfacelamento do capital mercantil, a fim de compensar a perda vultosa de taxas de lucro.

no compasso desejado pelas oligarquias econômicas que já vislumbram o tamanho da queda.

Numa cruzada contra o que chamam de “globalismo” (inserindo-se aí espectros como o do “climatismo”, a “conspiração global das ONGs”, o “marxismo cultural” e, agora, o “comunavírus”), acelera-se o processo de desglobalização como etapa intensificada da crise estrutural do ciclo de acumulação que ora beira o caos sistêmico.

O processo de desglobalização não deve ser confundido, contudo, com uma contramarcha da mundialização econômica em curso ou do movimento de centralização do capital.

Quanto mais aguda a crise internacional, maior é a tendência de os agentes do capital produtivo (transacional) e do financismo (cujas linhas de comando provêm de Wall Street) conduzirem processos políticos para, de um lado, se apropriarem de parte cada vez maior do fundo público e, enquanto isso, demolirem direitos e limitarem gastos sociais para a garantia de pagamento do Estado, em nome da responsabilidade fiscal, com vultosas transferências originadas do trabalho expropriado em formas cada vez mais brutais, desregulamentadas e precarizadas.

Some-se a tudo isso a pandemia global de Covid-19, o isolamento social e o colapso mundial dos sistemas de saúde dela decorrente. A forma como se desenvolveu a pandemia em distintas realidades explicitou os abismos sociais que decorrem das contradições capital x trabalho e onde a divisão social do trabalho determinou não apenas quem deveria viver ou morrer, mas quem deveria dar às classes dominantes sua própria carne a fim de alimentá-las. As contradições de classe determinaram: acesso e exclusão de direitos, bem como quem deveria morrer porque continuaria trabalhando, ou ficaria à espera de atendimento nos corredores de hospitais desequipados e outros matadouros.

Não por acaso, estes invisíveis sociais foram referidos por autoridades públicas como descartáveis e mesmo suas mortes necessárias a um processo de “imunização de rebanho”, em que a imunidade seria alcançada por meio do contágio em massa. Evidentemente, o “contágio necessário” chacinaria o povo pobre e desassistido de direitos básicos, enquanto leitos privados de UTI seriam ocupados pelos que pudessem pagar.

A rejeição da quarentena para permitir a disseminação em massa do vírus foi anunciada inicialmente pelo primeiro-ministro britânico Boris Johnson e os EUA seguiram linha similar. A política impulsionada pelos brutamontes imperialistas, como se sabe, acabou quase custando a vida de seu impulsionador (o próprio Johnson) e teve de ceder lugar a medidas de distanciamento social que, adotadas tardiamente, custaram a vida de dezenas de milhares de pessoas, no que Donald Trump achou um pretexto para denunciar uma conspiração viral contra os EUA orquestrada pela China.

O negacionismo viral de Trump e sua recorrente má vontade em relação à ciência, além de suas constantes bravatas, vêm lhe custando caro e têm repercutido de modo negativo junto a uma parcela significativa da população estadunidense, com fortes chances de comprometer suas pretensões de se reeleger presidente. Isso, sem falar nas enormes mobilizações antirracistas provocadas pelo assassinato de George Floyd. Diante desse fato, Trump recorre, fomentado pelo incansável Steve Bannon (que andou fuçando o Brasil após a vitória de Bolsonaro), a teorias de conspiração, dizendo que a China é a grande responsável pelo “Chernobyl biológico” e que deve ser denunciada por crime premeditado. Em vez de juntar esforços globais para enfrentar a pandemia, o governo Trump se engajou em uma guerra ideológica sem qualquer base científica e que se soma ao aprofundamento de conflitos econômicos.

A guerra comercial entre EUA e China, em curso no tabuleiro da luta pelo poder a partir do qual se desenvolvem níveis atrelados de guerras por procuração, adentrou a uma nova etapa de seu desenvolvimento com a deflagração da guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita no mercado internacional de petróleo.

A Arábia Saudita é, ao mesmo tempo, o maior exportador mundial de petróleo e o maior comprador de armas da indústria bélica estadunidense, além de cabeça-de-ponto para operações dos EUA e da Otan na região desde as duas guerras do Golfo até a cruzada, que deveria fazer do combate ao Estado Islâmico uma “guerra de três décadas” (resolvida em três anos após a entrada da Rússia na contenda). Pode-se também dizer que é a mão do imperialismo na Opep o que explica muitas das razões pelas quais o aumento e a diminuição da oferta de petróleo impactam tão decisivamente na formação dos preços do produto. Enquanto Moscou propunha a redução da produção para o combate à pandemia global, fazendo chegar a uma diminuição da produção mundial a 3,6%, a Arábia Saudita respondeu com o aumento cavalari de sua produção, do qual decorreu a queda subsequente dos preços.

Moscou, no entanto, se assenta sobre uma reserva de US\$ 170 bilhões acumulados nos últimos anos com o comércio de petróleo, o que lhe dá fôlego para uma guerra comercial que pouco ou nada beneficia os EUA, cujos custos para produção de petróleo impedem sua condição competitiva nos mesmos mercados.

Quanto ao conflito comercial entre EUA e China, iniciado em 2017, a aurora de 2020 pareceu arrefecer ânimos depois de o agravamento da disputa afetar o campo cambial com a proposital desvalorização do *yuan*, tornando artificialmente os produtos chineses mais competitivos e impactando bolsas de valores em todo o mundo, especialmente asiáticas. No entanto, as tensões entre EUA e China voltaram a crescer com o espectro da recessão mundial, a estagnação do comércio internacional (com

impacto direto em diversos ramos de produção chinesa) e a pandemia de Covid-19 efetivamente planetarizada.

O agravamento das tensões também diz respeito às eleições estadunidenses, ao discurso oportunista do governo Trump sobre a crise em Hong Kong e insinuações diversas de que a Covid-19 faria parte de uma estratégia chinesa para minar o poder estadunidense no mundo. Com as ruas tomadas por protestos antirracistas (deflagrados pelo assassinato covarde e cruel de George Floyd), sua associação com grupos supremacistas brancos, uma política externa desastrosa e manejando uma crise sanitária com performance mambembe, a campanha contra a China converteu-se em pauta única de sua campanha. Enquanto isso, o adversário democrata, Joe Biden, adota o mesmo discurso de que a supremacia estadunidense teria na China a sua principal ameaça.

A pandemia mundial abriu inúmeras possibilidades para outras expressões da extrema-direita. Na Hungria, por exemplo, Viktor Orbán em razão da “situação extraordinária”, dada a pandemia mundial, concentrou poderes extraordinários que possibilitam governar por decreto.

E como que tentando reconduzir a América Latina aos grilhões do imperialismo mais comum, houve inúmeras ações contra a soberania do povo venezuelano. Dados divulgados pela inteligência venezuelana dão conta da prisão de 13 mercenários, de um total que pode chegar a 55, inclusive três ex-militares das Forças de Operações Especiais dos EUA. Em meio à maior crise de refugiados de sua história, o regime venezuelano já contabiliza 4,7 milhões de emigrados: o maior êxodo de toda a história latino-americana recente, segundo a ONU. O Brasil, através da fronteira no Estado de Roraima, tem aportado uma média de 500 venezuelanos por dia, num total de 37 mil refugiados formalmente reconhecidos, apesar de as estatísticas dizerem da

estimativa de 264 mil venezuelanos vivendo atualmente no país, desde 2016, quando teve início a crise humanitária.

No mundo, primordialmente em países latino-americanos e caribenhos, já seriam 768 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado registradas para venezuelanos deslocados. São pessoas que acabam marcadas para morrer sufocadas pela Covid-19 nas ruas e praças das cidades, por onde perambulam, ou nos poucos espaços dedicados ao seu acolhimento.

Onde já eram experimentados os efeitos mais adversos do neoliberalismo, a crise impulsionou protestos populares, como vimos em 2019 na América Latina.

No Chile, a falta de trabalho se somou à fome generalizada e pôs em evidência a falência do país. Em outubro de 2019 explodiram manifestações massivas nas principais cidades do país. Nos bairros pobres de Santiago, habitações de, em média, 12 metros quadrados abrigam, cada uma, uma família inteira: a infecção de um é o risco de morte de todos os outros. O risco de contágio é ainda exponenciado pelas péssimas condições sanitárias e a inexistência de unidades de saúde próximas.

A realidade latino-americana é de condições extremamente inseguras e precárias, com índices crescentes de desemprego, criando uma situação social explosiva, pois inexistente uma rede de proteção social. Essa foi desmantelada durante as décadas de experimentos neoliberais hegemônicos no continente. O cômputo permite dizer de iminentes instabilidade e explosão social em qualquer região do continente.

Conjuntura nacional

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, contou com precário aparelho político (o PSL) e o apoio do alto comando militar, entusiasmado com as prévias manifestações de rua que pediam “intervenção militar”, e desejoso (por interesses corporativos,

em primeiro lugar) de recuperar posições no aparelho estatal. Também o apoiaram militares de patentes mais baixas e milícias, que já haviam saltado a barreira entre o domínio extorsivo de favelas e periferias e, para citar apenas um caso, assassinaram Marielle Franco e Anderson Gomes. Donald Trump celebrou a vitória de Bolsonaro como se fosse própria.

Porém, ao longo de 2019, vimos a continuidade do retrocesso econômico do país e importantes mobilizações sociais contra os eixos políticos centrais do novo governo, especialmente as lutas em defesa da educação pública e contra a contrarreforma privatizante da Previdência Social.

Os efeitos da pandemia no Brasil foram pavimentados pela crise econômica. A primeira resposta de Bolsonaro foi marcada por discursos alucinados em que reclamou a “volta à normalidade”, ignorando as normas e prevenções sanitárias, para “salvar a economia”. Uma economia dominada pelo grande capital financeiro, apoiador de Bolsonaro e amplamente beneficiado pelo Banco Central, que disponibilizou, em 2019, R\$ 1,216 trilhão para os bancos brasileiros, o equivalente a 16,7% do PIB. Compare-se essa cifra com o “pacote” de R\$ 88,2 bilhões inicialmente anunciado pelo governo para combater a pandemia: este equivalia a 7,5% dos fundos disponibilizados para os bancos. Os fundos anunciados pela equipe econômica referiam-se basicamente à rolagem ou reestruturação de dívidas de estados e municípios, e ao possível uso de linhas de crédito, sendo um percentual bem menor aquele destinado ao efetivo incremento da capacidade sanitária do país.

Enquanto o governo de Bolsonaro se desgastou desde a sua posse, houve um crescimento significativo da participação de militares em escalões cada vez mais altos, o que se evidenciou no fato do gabinete presidencial ter sido posto sob intervenção militar, por intermédio do Chefe da Casa Civil, Braga Neto.

Outro exemplo ilustrativo é o do ministério mais importante para o enfrentamento da crise sanitária. O ex-ministro da saúde, Henrique Mandetta, subordinou-se à demanda do presidente em defesa de um “distanciamento seletivo” e mesmo assim foi exonerado. Seu substituto, Nelson Teich, durou poucos dias e foi substituído por um militar.

A política de Bolsonaro teve consequências catastróficas em todo o país. Em regiões e estados com grande número de populações indígenas há a possibilidade de um verdadeiro etnocídio. No Amazonas, o vírus encontrou uma região previamente dizimada pela pobreza. Enquanto pouco mais de 400 empresas, a maioria multinacional, geram uma enorme riqueza econômica, com cerca de R\$ 100 bilhões de faturamento anual, a população vive na mendicância. Isso explica porque foi tão avassaladora a expansão do vírus na região.

Em São Paulo, o número de casos no início de maio era de 824 contagiados por milhão de habitantes, no Amazonas de 2. 230, no Amapá de 2. 419 e em Roraima de 1. 539. Os problemas comuns a toda a região amazônica são: a questão da terra que expulsa quilombolas, ribeirinhos e povos originários; a devastação ambiental acompanhada de queimadas e da contaminação dos rios e do maior aquífero do mundo (Alter do Chão); a exploração de mais de 50 mil operários da Zona Franca de Manaus; o desrespeito das culturas nativas pela ofensiva neopentecostal; além do saque permanente das riquezas da floresta.

Hoje o Brasil é o epicentro da crise pandêmica. O Brasil levou 53 dias, a partir da primeira morte por coronavírus, para ultrapassar a marca de 10 mil vítimas. Em seguida, passou apenas uma semana para superar os 15 mil mortos e, neste momento, primeira quinzena de julho, ultrapassa os 70 mil mortos. Devido às subnotificações, algumas estimativas situam em casa muito mais elevada a quantidade real de mortes, enquanto outras

advertem que o pico da pandemia não foi atingido. Segundo Miguel Nicolelis (autoridade mundial na área de neurociência e chefe do projeto Monitora Covid-19): “Vamos viver algo que nunca imaginamos na história do Brasil. E isso, nas proporções que vamos ver, não era inevitável”. O Brasil é o país da América Latina com o maior número de casos de coronavírus, com o maior número de mortes e maior subnotificação. Décadas de subinvestimento e cortes orçamentários, em especial nas áreas de saúde e educação, produziram enorme precariedade que foi potencializada pela política de privatização e desindustrialização, a qual privou o Brasil da possibilidade de produzir equipamentos de proteção individual e reagentes em grande escala.

O cenário econômico anterior à pandemia, de alto desemprego e informalidade, se agravou, piorando as condições de vida da classe trabalhadora. O número de óbitos tem sido maior em áreas periféricas, dizimando as vidas de pessoas pobres e negras. A população indígena, as comunidades quilombolas e os demais povos tradicionais encontram-se extremamente vulneráveis e, mesmo assim, Bolsonaro vetou trechos de uma lei que garantia água potável, materiais de higiene e leitos hospitalares a essas populações. A violência doméstica contra as mulheres aumentou substancialmente com o isolamento social. A pandemia assumiu, portanto, um caráter de classe, étnico-racial e de gênero.

Na pandemia, tanto o Legislativo quanto o Executivo atuaram com celeridade para elaborar e aprovar medidas como a suspensão de contratos de trabalho e o corte de salários de funcionários públicos e privados. Para inúmeros trabalhadores, empenhados com despesas fixas de todo tipo, tais cortes significaram desemprego ou menores salários, agravando uma onda de miséria social e de inadimplência em massa.

Enquanto a OMS alertou que a luta contra a epidemia exigia isolamento total e testes maciços, o principal esforço do governo

brasileiro foi o de apresentar a crise econômica como produto da crise sanitária, não divulgar os dados sobre contágio, letalidade e mortes na pandemia (o que só é possível compreender hoje por conta da criação de um consórcio privado de veículos de imprensa) e priorizar a salvação do grande capital.

O primeiro pacote econômico “anticoronavírus” autorizou as empresas a reduzirem salários, prometeu um auxílio mensal insignificante de R\$ 200,00 por três meses para 40 milhões de trabalhadores, benefícios fiscais para grandes empresas e compra de títulos públicos pelo Banco Central, em resposta à seca no mercado financeiro. O embate com o Legislativo e a pressão popular contribuíram para a elevação do montante da ajuda para R\$ 600, de modo a evitar uma catástrofe social que poderia virar terremoto político. Para completar, fissuras interburguesas e o crescente desgaste de Bolsonaro intensificaram as crises institucionais. Enquanto, sob o comando de Trump, Bolsonaro e seus ministros (como Paulo Guedes e o fugitivo Abraham Weintraub) faziam provocações contra a China, o agronegócio pressionava o governo, pois a China é responsável por 30% das exportações do Brasil.

A principal empresa de consultoria mundial para avaliação de “risco político” detectou a possibilidade de uma “crise institucional” no Brasil, acelerando uma fuga de capitais, mensurável cotidianamente. As empresas começaram a demitir, inclusive no crítico setor de transportes, responsável pela logística de distribuição de alimentos e medicamentos.

Na linha de frente do combate à pandemia estão trabalhadoras e trabalhadores da área de saúde em todos os âmbitos. Por enfrentarem condições de trabalho extremamente precarizadas, tal setor tem se manifestado e lutado em diferentes ocasiões. Os profissionais de saúde denunciaram a falta de equipamentos e suprimentos médicos básicos. O governo chegou

ao ponto de impor que médicos e enfermeiros reutilizassem as máscaras de proteção. Também vimos trabalhadores de *telemarketing*, entregadores por aplicativo, trabalhadores industriais, distribuidores de alimentos e remédios lutando por medidas de segurança e higiene. Nas favelas e periferias, comitês da comunidade assumiram a tarefa de estabelecer vigilância sanitária para reduzir a propagação do coronavírus. Houve até greve dos metalúrgicos em São Paulo exigindo férias remuneradas compulsórias.

No sentido oposto, toda a linha política do governo foi orientada para explorar a catástrofe sanitária com o intuito de fazer avançar sua agenda de ataques às condições de vida dos trabalhadores e de entrega nacional. O esvaziamento da política de saúde, com déficit de equipamentos e sem financiamento para a pesquisa, contrastou com a mobilização sem precedentes de recursos públicos em benefício dos bancos, fundos de investimento e grandes empresas.

Tal política só não foi implementada de forma mais abrupta por conta de disputas entre Executivo e Legislativo. A primeira reação de Paulo Guedes, ministro da Economia, foi pedir ao Congresso que votasse de uma só vez o pacote de privatizações e reformas administrativa e fiscal, com o argumento de que “salvariam” a economia brasileira. Em resposta aos pedidos de fechamento do Congresso e do Judiciário pela base de apoio da família Bolsonaro, o primeiro aprovou a ajuda de emergência elevando o valor para R\$ 600,00. O governo devolveu a medida protelando a sanção do auxílio por 10 dias e condicionou sua ação à aprovação de uma PEC que daria ao Banco Central superpoderes para comprar títulos privados. Com a PEC aprovada na Câmara dos Deputados, o governo iniciou negociações com os senadores para obter o voto dos estados em troca de apoio financeiro através do “Plano Mansueto”.

O chamado “Orçamento de Guerra”, de Guedes, consistiu em autorizar o Banco Central a comprar carteiras de títulos privados nas mãos de bancos, fundos de investimento e grandes empresas, com o pretexto de evitar uma crise bancária e um colapso econômico. Ele foi precedido por uma liberação dos depósitos compulsórios (recursos que os bancos estão obrigados a manter em caixa) de R\$ 68 bilhões, passando de 31% obrigatórios no final de janeiro para 17% em março. Ao *lockout* do mercado de crédito, que afogava financeiramente empresas em dificuldades, o governo Bolsonaro respondeu com um “todo o poder aos bancos”. Essa operação não correspondeu a nenhum plano de emergência determinado pelo coronavírus, mas à tentativa de dar sobrevida a um quadro econômico disfuncional e esgotado. A paralisia da atividade econômica pela pandemia precipitou um “ajuste” (queda) dos preços dos ativos financeiros, que estavam inflacionados em relação à atividade econômica. Na verdade, toda a operação estava destinada a manter artificialmente os níveis de preços para evitar saques maciços e uma corrida bancária.

Em 2019, com o PIB de 1,1%, a Bolsa de Valores de São Paulo teve valorização de 32%, e os lucros dos bancos, um novo recorde, com aumento de 18%. O pífio crescimento econômico esteve relacionado com a expansão das operações financeiras. A contrapartida foi um declínio sem precedentes na produtividade, com a explosão da economia informal que atingiu 40% da população economicamente ativa.

Em 2020, o coronavírus acelerou a hora da ressaca. O “Orçamento de Guerra” reciclou a bolha financeira por meio do socorro federal prestado ao capital fictício. Consequentemente, houve uma disparada do endividamento, que levou a dívida pública federal de 76% para 90% do PIB. Em 2019, a dívida pública aumentara 9,5%, chegando a R\$ 4,248 trilhões. Desse

aumento, R\$ 330 bilhões referiram-se ao pagamento de juros. Nos últimos dez anos, a dívida pública mais que dobrou: em 2009, o estoque da dívida era de R\$ 1,497 trilhão. Proporcionais ao crescimento imparável da dívida usurária e dos juros foram os cortes nas políticas sociais. Segundo o Conselho Nacional de Saúde, desde a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), o SUS perdeu pelo menos R\$ 20 bilhões.

Os estados e municípios, sem alternativas de financiamento, ficaram diante de um horizonte de caos. As provocações de Bolsonaro aos governadores tiveram esse pano de fundo. A controvérsia com eles sobre as medidas de isolamento não foi apenas uma disputa política, mas tinha também o objetivo de encurralar os estados, utilizando como arma a ameaça à vida de milhões de brasileiros. Menos de um quinto dos recursos utilizados para o Banco Central adquirir títulos foi destinado ao enfrentamento do coronavírus.

Ao mesmo tempo que o SUS ocupa o último lugar no orçamento, o negócio capitalista da saúde celebrou novos triunfos. A Agência Nacional de Saúde liberou R\$ 15 bilhões para as empresas em troca do atendimento de inadimplentes durante a pandemia. As empresas foram obrigadas a manter um fundo de reserva para situações de emergência.

No campo da pesquisa, a pandemia chegou em meio a cortes de bolsas, defasagem tecnológica dos laboratórios e desmoralização das universidades. A fila para testes expôs a vulnerabilidade de um país que escolheu não investir em ciência e tecnologia. O gargalo dos testes é resultado da falta de reagentes químicos e de profissionais capacitados para realizar os exames. Até outubro de 2019, foram retiradas 18 mil bolsas de estudo das universidades e instituições de pesquisa brasileiras. Em maio, o governo federal contingenciou 42% das despesas do Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (e a recriação do Ministério de Comunicações reduziu as verbas ainda mais).

O Congresso promulgou a PEC que criou o orçamento destinado “exclusivamente a ações de combate à pandemia de coronavírus”, separando do Orçamento Geral da União os gastos emergenciais, e estabelecendo que o orçamento paralelo não precisaria cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei autorizou o Banco Central a comprar e a vender títulos públicos nos mercados secundários local e internacional, e ações de empresas no mercado local, pelo valor de um trilhão de reais. O valor total do auxílio para os trabalhadores informais é (ou seria) de R\$ 98 bilhões, uma décima parte dos fundos destinados aos banqueiros e grandes empresas. Apesar do Senado estabelecer que as empresas só poderiam se beneficiar se houvesse o compromisso de manter empregos, esse artigo foi eliminado pela Câmara de Deputados. A emenda também concedeu poderes para o Banco Central injetar liquidez no mercado durante a crise, com a compra de títulos do Tesouro ou de títulos de crédito no mercado secundário de pagamentos, financeiro ou de ações. Foi ampliado o rol de ativos que o BC poderia comprar nos mercados secundários financeiros, de capitais e de pagamentos. O Senado havia permitido essas operações durante a pandemia, restringindo-a a seis tipos de ativos: a Câmara excluiu a lista do texto, o que liberou a compra de qualquer ativo.

O “Orçamento de Guerra” teve apoio quase unânime no Congresso, incluindo os votos do PCdoB, PDT e PSB. O PT apoiou a PEC no Senado, e votou contra na Câmara, quando a tramitação já estava concluída, em protesto pela retirada da exigência de manutenção dos empregos. O Senado decidiu a tramitação conjunta da PEC com o PL 39, que prevê o repasse direto de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, e cobrou a conta dos servidores públicos, impondo o congelamento de salários por 18

meses para todo o funcionalismo, federal, estadual e municipal. O governo atrasou ao máximo a ajuda financeira aos governos quebrados, até chegar ao colapso sanitário em dezenas de cidades, para poder impor os termos mais draconianos possíveis. O projeto incluiu também a chamada “securitização de créditos públicos”, pela qual estados e municípios deverão reciclar sua dívida com a União, passando a dever aos bancos de forma ainda mais onerosa. O pagamento da securitização se daria por fora do orçamento público; estados e municípios perderão o controle sobre suas receitas. O ataque se completou com a Lei 14. 020/2020 (originalmente, MP 936) que permite a redução de salários em até 70% e suspensão de contratos de trabalho. A aprovação do pacote foi articulada com base no acordo de Bolsonaro com o chamado “centrão”, que serve a Bolsonaro para proteger seu mandato e remover o fantasma do *impeachment*. O centrão, por sua vez, garantiu tornar impositiva a execução das emendas parlamentares, a vigência do fundo partidário e ter uma fatia do orçamento.

Os beneficiários principais do confisco dos bolsos dos trabalhadores, no entanto, são os bancos e fundos de investimento, os principais detentores da dívida pública. Nos últimos doze meses, os cinco maiores bancos fecharam 943 agências bancárias, 194 depois que começou a pandemia. Isso nada tem a ver com uma queda de lucro dos bancos. Na primeira semana de maio, os quatro maiores bancos publicaram seus balanços do primeiro trimestre de 2020. Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander publicaram resultados escandalosamente disfarçados, com lucro de R\$ 14,7 bilhões, uma suposta redução de 28,5%. O resultado real, no entanto, foi maquiado por um aumento de 88% nas chamadas “provisões” (reservas contábeis que estimam prejuízos futuros presumidos). O Itaú Unibanco apresentou um lucro “pequeno” de R\$ 3 bilhões, mas contabilizou R\$ 10 bi-

lhões em “provisões”, o que significa que, na verdade, lucrou R\$ 13 bilhões. Se essas eventuais perdas não forem confirmadas, esses recursos serão contabilizados como lucros extraordinários. Os bancos escondem seus lucros, se fazendo de vítimas da Covid-19, para evitar a possibilidade de que se espalhe a demanda de que paguem pela crise. A mesma fraude para ocultar lucros havia sido usada pela Vale no ano passado para não pagar pela tragédia de Brumadinho. Nenhum órgão de fiscalização, nenhum político ou parlamentar, abriu a boca para denunciar o escândalo: a “contabilidade criativa” é privilégio legal dos banqueiros e do grande capital.

A “reativação da economia”, que os governos proclamam como seu objetivo quando rejeitam ou “mitigam” quarentenas, é uma mentira; o que está para vir, como os economistas não cansam de repetir, é uma recessão enorme. O grande capital pretende converter a retirada da força de trabalho em suspensões ou demissões em massa, redução de salários, maior flexibilidade do trabalho e abolição de acordos trabalhistas. O capital quer usar a pandemia para desencadear uma guerra de classes. A Confederação Internacional dos Sindicatos estima que 2,5 bilhões de pessoas – mais de 60% da força de trabalho do mundo – são de trabalhadores informais, sujeitos a condições degradantes e à precarização.

Nesse contexto, avançou a crise política no Brasil. A demissão de Sergio Moro, acompanhada de uma peça acusatória contra Bolsonaro e sua quadrilha, deixou uma fratura exposta, não apenas uma crise de governo, mas de todo o regime político. Abriu-se uma etapa de novos enfrentamentos e realinhamentos políticos, com confrontos internos em todas as esferas do aparato estatal. A primeira consequência da saída de Moro foi o aparelhamento da Polícia Federal por Bolsonaro.

No aparelho judiciário, a Lava Jato tornou-se inimiga do bolsonarismo “raiz”, numa disputa que passou a ter como palco

principal o próprio STF. A crise econômica e a resposta genocida de Bolsonaro ao coronavírus aceleraram a perda da base popular do bolsonarismo, com a passagem de parte da “classe média” para a oposição ativa, o que impulsionou Bolsonaro a participar diretamente de atos pedindo intervenção golpista. Depois de fracassar na tentativa de montar uma sigla eleitoral, a “Aliança pelo Brasil”, e carente de uma base parlamentar, Bolsonaro respondeu com uma fuga para frente, visando romper os limites estabelecidos pela legalidade burguesa apoiado em uma base social que, disfarçada de “povo”, emerge da decomposição do aparelho estatal.

Ciente dos riscos envolvidos na aposta de ruptura institucional, Bolsonaro procurou uma ponte com o setor mais podre do “centrão” em busca de apoio parlamentar. Os apoiadores fundamentais de Bolsonaro são, naturalmente, os militares, que estão em sintonia com a maioria de seus objetivos políticos.

O necrocarnaval que pede um novo AI-5 é possível porque, em grande parte, ainda há uma herança de impunidade e continuidade da ditadura empresarial-militar, que resultou do fato da mais longa ditadura militar latino-americana do pós-guerra jamais ter colocado no banco dos réus os militares brasileiros. O bolsonarismo tem o seu ponto de partida nessa realidade que herdou a Polícia Militar e manteve a estrutura estatal criada pela doutrina de Segurança Nacional.

Com o colapso do esquema político que emergiu da transição pactuada, sobretudo a partir da acelerada perda de autoridade do PT desde 2013, a burguesia lançou-se a transformar esse aparato, em suas vertentes policial e judiciária, na base social de um novo fenômeno político. Os ideólogos e executores deste processo giram em torno do alto comando militar.

Foram os militares que, em meio à crise do governo Temer, o levaram pelos quartéis e casernas de todo o país para estabelecer

um vínculo com as tropas e alimentar a farsa do “mito”, criando as condições para sua candidatura presidencial. O princípio que norteia a ação dos militares é sua condição de garantidor último da preservação do Estado, da ordem social do capital e da aliança estratégica com o imperialismo.

As vacilações que os militares demonstram são uma expressão da consciência do risco que correm. As supostas “capacidade de gestão” e “preparação técnica” da oficialidade, que validariam sua presença maciça no alto escalão do governo, estão em evidência e sujeitas ao julgamento. Agora se multiplicam as perguntas que não querem calar. Onde está o “senso de responsabilidade” de uma elite militar que, no meio da maior crise sanitária da história, pôs no Ministério da Saúde um general que confessou não ter o menor conhecimento na área e declarou que sua função era “limpar” os quadros técnicos da pasta?

O impasse do governo no relacionamento com o Congresso e na política econômica levou a uma maior atuação da ala militar por meio da atuação do general Braga Neto como chefe da Casa Civil. Esse, apoiado pelo “superministro” da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas (outro graduado na Academia das Agulhas Negras), lançou o programa Pró-Brasil, conhecido como o “PAC do Bolsonaro”. O confronto entre as duas linhas econômicas em disputa, que estava sendo processado dentro do Congresso e no confronto entre o Congresso e o Executivo, passou para o próprio coração do governo. Uma linha dominante, alinhada em torno da agenda do capital financeiro e do imperialismo, que impulsiona a liquidação total do patrimônio público e de todas as conquistas sociais, exige a continuidade de Guedes e de seu programa. Outra linha, que demanda o resgate estatal, investimentos públicos e políticas de estímulo à demanda, tem sido encampada pela ala militar do governo.

Trata-se não apenas da disputa de um “modelo” ou política econômica, pois tem uma dimensão em torno do “Orçamento de Guerra”, estimado em cerca de R\$ 700 bilhões. O plano, concebido com o intuito de dar poderes extraordinários ao BC para salvar empresas, tornou-se um palco de disputas pelo saque. Embora Braga Neto tivesse dito que o Pró-Brasil teria 30 bilhões de reais em investimentos públicos (e outros 250 bilhões seriam financiados por fantasmagóricos investimentos privados), Marinho quer que 180 bilhões do orçamento sejam destinados ao Pró-Brasil. A necessidade de uma trégua, após o escândalo Moro, forçou Bolsonaro e os militares a resgatar Guedes. Por um lado, Guedes e o mercado de títulos podres, por outro, os militares e Pró-Brasil.

A crise política não poupou nada: os mais importantes governadores bolsominions na campanha eleitoral (Doria em São Paulo e Witzel no Rio de Janeiro) rapidamente pularam do barco; Sérgio Moro, o ministro da Justiça e da Segurança, nascido no cenário nacional como o antiLula, começou a agir com critérios próprios na matéria, e até a deixar de ocultar suas próprias aspirações eleitorais, o que concluiu na sua escandalosa renúncia/demissão; o principal conglomerado midiático do país (a *Globo*) transformou sua guerra surda contra a base evangélica do bolsonarismo, pelo controle do setor de comunicações, em guerra aberta, se transformando em porta-voz dos painéis cada vez mais frequentes contra o presidente.

Diante da crise política, o movimento das Forças Armadas, numa tentativa de unir o útil ao agradável, foi o de aprofundar sua participação (e recepção de verbas e prebendas) em todos os escalões governamentais, já não só através de militares reformados (como no início do ciclo bolsonariano), mas também de militares da ativa.

Em que pese a espantosa velocidade de propagação do vírus no Brasil, Bolsonaro não perdeu o embalo. Nesse cenário,

as principais centrais sindicais começaram a sair do estado de letargia e começaram a acenar com uma pressão em favor do *impeachment*.

No meio do colapso do sistema sanitário, a ocupação militar do Ministério da Saúde, exonerando profissionais de carreira para serem substituídos por pessoas sem nenhuma experiência, tem sido um passo à frente no sucateamento da saúde pública e um crime contra o povo brasileiro. A militarização da saúde representa uma nova fase do ataque ao SUS, que sofre as consequências da EC 95/2016 (emenda do congelamento dos gastos públicos).

Os profissionais de saúde estão na linha de frente da luta contra a pandemia, mas são privados dos instrumentos elementares para o trabalho. O exemplo desses trabalhadores resistindo às provocações e agressões, em mobilizações de rua em que defendem suas reivindicações, não teve até o presente a solidariedade que merece: centenas de vidas de trabalhadores da saúde já foram ceifadas. Há mais de 200 mil profissionais de saúde com suspeita de contágio. A maioria dos casos é de auxiliares ou técnicos de enfermagem, a categoria mais precarizada e com salários mais baixos. Depois deles, os enfermeiros são a segunda categoria mais afetada. Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem, o Brasil é recordista mundial em mortes de profissionais de enfermagem. Seus dados mostram que há mais de 25 mil casos de infecção. São Paulo e Rio de Janeiro somam quase 9 mil casos.

Com o governo em crise e soltando lastro para sobreviver, Paulo Guedes e o Ministério da Economia elaboraram um programa para a saída da pandemia, uma tentativa de preservar o último e fundamental ponto de apoio do projeto de Bolsonaro, além da casta militar. Através dele, o grande capital tenta aproveitar um Brasil devastado por milhares de mortes, e pela desorganização econômica, para impor um ataque histórico. A “boiada” que Guedes quer fazer passar consiste em uma opera-

ção política, cozinhada com o centrão, que contempla a um só tempo reformular a política social, aprovar uma nova contrar-reforma trabalhista (a carteira verde-amarela) e reintroduzir o projeto de previdência por capitalização.

O programa “Renda Brasil”, lançado por Guedes, unificaria todos os programas sociais, inclusive o Bolsa Família. Benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) podem ser revistos. Apologistas do plano falam em “privatizar” o orçamento público, dando aos destinatários o “poder de escolha” sobre os recursos. A ideia é reduzir drasticamente os gastos com políticas públicas de saúde, educação, saneamento e, como compensação, proporcionar uma renda mínima em dinheiro. A pandemia virou um gigantesco laboratório político. Guedes admitiu que a experiência de cadastrar aqueles que não estavam inscritos em programas sociais, com a ajuda de emergência, está na base do novo plano.

O objetivo é utilizar o banco de dados da ajuda emergencial para reciclar o projeto Carteira Verde-Amarela, a fim de reduzir encargos trabalhistas, estimulando a concorrência entre os trabalhadores. É a tática de usar o exército industrial de reserva, de proporções gigantescas no Brasil devido à crise econômica, para tentar impor uma mudança histórica. Com a carteira verde-amarela, as empresas se beneficiarão com a redução de encargos para contratação de jovens de 18 a 29 anos e maiores de 55 anos – grupos que receberão no máximo um salário mínimo e meio. A consequência será o aumento da rotatividade, com demissão daqueles que ganham mais, para serem substituídos por trabalhadores contratados pelo novo modelo. O novo regime de contratação pode promover o achatamento da média salarial de inúmeras categorias.

Atrelado ao projeto de ressuscitar a carteira verde-amarela, Guedes voltou a propor a mudança do regime de previdência,

resgatando a capitalização (derrotada no Congresso antes do casamento com o centrão), formato em que cada trabalhador deve contribuir para a própria “poupança”, e não para um fundo comum. O modelo não teria efeito para as classes mais baixas, pois a capitalização valeria a partir de uma linha de corte de remuneração. Para facilitar a aprovação, Guedes propôs a criação de um imposto sobre transações financeiras, cobrado da mesma forma que a antiga CPMF, ou seja, um novo imposto sobre o consumo popular. O imposto substituiria os encargos previdenciários que as empresas pagam, os custos do INSS seriam repartidos por toda a sociedade. O projeto era a base da reforma tributária do governo desde o início, mas ganhou tração devido à crise econômica.

Levando em conta os primeiros impactos da pandemia, a contração do emprego no Brasil foi muito mais severa do que nos números oficiais. Segundo o IBGE, no final de junho, a pandemia eliminou 7,8 milhões de postos de trabalho e, pela primeira vez, menos da metade das pessoas com idade de trabalhar está empregada. De 94,2 milhões de trabalhadores ocupados em fevereiro passou-se para 85,9 milhões em junho. A elevação da taxa de desemprego oficial de 11,1% para 12,9%, entre fevereiro e abril deste ano, não captura a realidade, porque a força de trabalho (o conjunto das pessoas trabalhando ou buscando emprego) também despencou no período, de 106 milhões para 96,9 milhões, devido à epidemia. Como demonstrou um estudo da FGV, caso a força de trabalho tivesse se mantido inalterada (e os demitidos passassem imediatamente a buscar emprego), a taxa de desemprego estaria acima de 20%, a maior da história.

Em síntese, a política é aproveitar a pandemia para fazer passar, de contrabando, os objetivos econômicos que viabilizaram o apoio da grande burguesia ao experimento Bolsonaro-Guedes em 2018. Esse programa também alinha parte das forças que

se autoproclamam “defensoras da democracia”. Isso vale não só para o centrão, mas também para todas as variantes alternativas a Bolsonaro (Maia, Moro, Doria). Em que pese essa “colaboração”, a decomposição do governo Bolsonaro desafia, pela sua velocidade, as análises políticas. A queda de Abraham Weintraub (e sua fuga para o exterior), as prisões do miliciano e operador financeiro Fabrício Queiroz (em um sítio de propriedade do advogado do presidente) e da inacreditável “Sara Winter”, líder do grupo fascista dos “300”, se sucedem sem dar pausa para fôlego. A tudo isso, some-se a pressão criada pelo inquérito das *fake news*, o julgamento no TSE sobre a cassação da chapa vencedora em 2018 e o assassinato-queima de arquivo do chefe de milícias Adriano da Nóbrega, provável articulador dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes.

A classe dominante se digladia. Parte substancial de seus representantes políticos se opõe à queda de Bolsonaro e sua quadrilha, principalmente de seu ministro Paulo Guedes, preferindo deixá-lo realizar seu “trabalho sujo” até finais de 2022, quando seria possível substituí-lo pelas vias institucionais habituais. O trabalho sujo vem sendo realizado, principalmente, através do acordo estratégico entre as iniciativas econômicas e trabalhistas do Executivo, complementadas ou corrigidas pelo Legislativo: cortes salariais legalizados, suspensão de concursos públicos e não homologação dos já realizados (em momentos em que o setor público precisa desesperadamente de reforços para combater a pandemia), recolocação e aprofundamento da privatização da previdência, desoneração impositiva das grandes empresas, subsídios ao capital financeiro, legalização das demissões etc. O Executivo, minoritário no Congresso, paga o preço do acordo na forma de ministérios e postos em suculentos (e orçamentariamente bem dotados) cargos de segundo escalão na administração federal.

O risco de deixar na mão da claque bolsonariana uma fração do poder político (o Executivo), que em condições de agravamento da crise e de ausência de alternativas políticas pode ser usado contra os outros poderes para reduzi-los a uma função decorativa ou simplesmente destruí-los, tem gerado respostas ambíguas da burguesia. Por isso, outro setor da classe dominante, com a *Rede Globo* à cabeça, é partidário de medidas que facilitem a remoção de Bolsonaro. É claro que também é uma posição que comporta riscos, pois o início de um julgamento político abriria uma crise de poder que teria efeitos imprevisíveis. Além disso, as Forças Armadas têm consciência de que mudanças no Executivo podem resultar em uma redução notável de sua capacidade de arbitragem, pois mais de 2.800 militares trabalham em funções administrativas do governo federal.

O desafio apresentado à classe trabalhadora tem dimensões históricas. A crise capitalista, que a pandemia evidenciou em toda a sua profundidade, acelerou os tempos e levou amplos setores para uma situação de desespero.

Apesar dos reveses dos últimos anos, a classe trabalhadora brasileira não está derrotada. A maior demonstração é o surgimento da luta antifascista nas condições impostas pela pandemia, que já se tornou um pesadelo para o regime. O desafio da juventude precarizada e “uberizada” ao aparato fascista e às PMs sinaliza o início de uma batalha importante. Todavia, o confinamento emergencial, única defesa comprovada contra a extensão da pandemia de Covid-19, impede grandes iniciativas políticas presenciais. Com a honrosa exceção dos trabalhadores da saúde, notadamente as enfermeiras, das torcidas organizadas e de ações espontâneas nas periferias, ainda não há ações massivas da classe trabalhadora.

Essa contradição é, entretanto, transitória. A luta contra a pandemia e contra o colapso do sistema de saúde pública colo-

cou um programa claro: a necessidade de pôr todos os recursos no combate contra a pandemia, derrubando o congelamento dos gastos públicos por vinte anos (EC/95); financiando o setor público (em primeiro lugar, o SUS e os institutos/universidades de pesquisa) mediante o não pagamento da dívida pública detida pelos tubarões financeiros; e taxando as grandes fortunas.

Os governos estaduais e prefeitos tiveram que conduzir as ações de saúde, com o estabelecimento de algumas parcerias regionais, como o Consórcio do Nordeste, à revelia da União. Diversos casos de desvios de recursos públicos têm ocorrido através de compras sem licitação ou aquisição de equipamentos inadequados, desde respiradores artificiais obsoletos, até materiais de consumo de baixa qualidade. A sobrecarga do sistema de saúde em diversas cidades como Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal e Recife contribuiu para a morte de muitas pessoas por falta de leitos hospitalares, principalmente aqueles de terapia intensiva. Em nenhuma cidade do país, a autoridade sanitária ousou estabelecer uma lista única de leitos hospitalares, envolvendo públicos e privados. Ao mesmo tempo, neste exato momento, governadores e prefeitos em todo o país cedem às pressões de patrões e empresários e, assim, as políticas de isolamento social têm desaparecido – potencializando, ainda mais, uma situação trágica e explosiva no país.

A classe trabalhadora, empregada ou desempregada, está sendo duramente atingida pela epidemia, isso é o ponto de partida de qualquer política. A quarentena recomendada pela ciência médica colide com as condições precárias de suas casas e bairros; com a falta de infraestrutura sanitária; com o desemprego e a precariedade crescentes e permanentes. No meio de uma crise sem precedentes do regime social e político do Brasil, se coloca uma luta pela sobrevivência física e social dos trabalhadores; to-

das suas organizações devem estar à altura do desafio, do qual não podem fugir.

2020: Aprofundamento dos ataques contra a educação e aceleração da precarização do trabalho docente

A “guerra cultural” e o capital: prioridades do MEC

No 39º Congresso do Andes-SN assinalamos como os ataques do governo Bolsonaro contra a educação expressam a continuidade de um projeto do capital para a educação que tem sido implementado, sem qualquer interrupção, desde a década de 1990. Desde então, analisamos, denunciemos e combatemos tal projeto que ataca sistematicamente a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Seus formuladores são organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No 39º Congresso também reafirmamos que as políticas educacionais do governo Bolsonaro expressam um salto qualitativo nos ataques contra a educação pública. Desde a posse de Bolsonaro, o Ministério da Educação tem sido uma das principais instâncias de organização da chamada “guerra cultural” da extrema-direita. Junto com empresários da educação, o projeto de educação pública historicamente defendido pelo Andes-SN tem sido alvo dos mais diversos ataques ideológicos, econômicos e políticos. Há uma “tríplice aliança”, conformada por conservadores, fundamentalistas e empresários, que, sob a guarida dos militares (setor cada vez mais influente nos rumos do governo federal), lidera todos os ataques contra a educação.

É emblemático o que ocorreu desde a saída de Weintraub do MEC, em 18 de junho, e sua fuga para Miami: primeiro, há

uma disputa entre ideólogos e empresários que resulta na nomeação do economista Carlos Decotelli, um nome representando a ala militar para atender interesses empresariais. Após a descoberta de diversas fraudes no currículo do economista, é cotado um nome, Renato Feder (Secretário da Educação no Paraná), voltado para atender anseios do mercado e de setores militares preocupados em consolidar a aliança de Bolsonaro com o chamado “centrão”. Após Feder ser fritado por olavistas, é nomeado o pastor Milton Ribeiro, um nome que atende à bancada fundamentalista e aos militares, além de ser uma figura com maior aura de “legitimidade” por ter sido ex-reitor do Mackenzie, vice-presidente do conselho deliberativo da entidade mantenedora da citada universidade e não ter títulos fraudados em seu currículo. No entanto, tal como revelam suas declarações defendendo castigos físicos e criticando universidades por serem espaços de perversão sexual, não se deve esperar uma gestão menos concentrada em fazer “guerra cultural” do que a anterior. Seu histórico também revela que, certamente, as incursões privatizantes na educação brasileira continuarão intensas.

A sucessão de nomes indica algumas disputas internas no interior do governo Bolsonaro. Fundamentalmente revela a perenidade de uma política muito específica que marcou a atuação de todos os gestores que passaram pelo MEC desde o início de 2019: a chamada “guerra cultural”. Esta se manifesta em múltiplos ataques em diversas frentes: militarização das escolas, tentativas de aprovar projetos defendidos pelo Movimento Escola Sem Partido, *lobby* em defesa da Educação Domiciliar, cortes nos investimentos em educação, ataques sistemáticos às instituições públicas de ensino e pesquisa, violações à autonomia universitária, tentativas de censurar o conteúdo de livros didáticos etc. Muitos desses ataques foram analisados com detalhes em documentos como os volumes 2 e 3 da cartilha “Projeto do Ca-

pital para a Educação” publicados pelo GTPE e outros materiais disponíveis na página de nosso sindicato.

É importante afirmar que a “guerra cultural” não é uma ofensiva que se manifesta apenas na batalha de ideias, mas é marcada por uma combinação entre desmantelamento dos serviços públicos (especialmente por meio de cortes orçamentários), violação de liberdades democráticas e precarização das condições de trabalho. Os nomes que são cotados para dirigir o MEC, invariavelmente, são figuras que combinam a preocupação com o mercado e uma orientação ideológica explicitamente reacionária.

Entre o final de 2019 e o início de 2020 vimos que a ingerência do bolsonarismo contra a educação pública tem como prioridade atacar a autonomia universitária. Isso se manifestou diretamente e indiretamente. O ataque mais direto foi a elaboração da Medida Provisória 914/2019 que buscava colocar nas mãos da presidência da República e do MEC a definição dos gestores em universidades, institutos federais e Cefet. Este ataque foi articulado com a manutenção da nomeação de interventores, desrespeitando as consultas às comunidades acadêmicas. Dentre os ataques mais indiretos estão as ações de desmonte da Capes ou o aparelhamento desta para fazer valer o obscurantismo intelectual e a agenda da “guerra cultural”, com agressivos ataques dirigidos especialmente às ciências humanas e à filosofia, assim como contra o financiamento da pesquisa científica. É importante destacar que nem sempre o governo Bolsonaro conseguiu fazer valer sua pauta no Ministério da Educação. Ao mesmo tempo que a condução do Enem em 2019 demonstrou a profunda incompetência dos atuais dirigentes de extrema-direita, houve algumas derrotas importantes durante a gestão do ex-ministro Abraham Weintraub. Em geral, as derrotas resultaram da combinação entre a resistência que veio das ruas e de

disputas internas da burguesia que se expressaram em conflitos entre Judiciário, Legislativo e Executivo. Há, pelo menos, cinco exemplos significativos: 1) a não aprovação do projeto de carteirinha estudantil criado para tentar desidratar a UNE; 2) a não aprovação da Medida Provisória 914/2019, que alterava a forma de escolha de reitores e gestores de universidades, institutos federais e Cefet, facilitando a nomeação de interventores pela Presidência da República ou pelo MEC; 3) a devolução da MP 979/2020 pelo Senado, após forte mobilização e campanhas durante a pandemia; 4) o adiamento do Enem; 5) a retirada da revogação da política de incentivo de cotas para negras e negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação.

No entanto, o cenário ainda é preocupante e exigirá mobilizações ousadas de nossa categoria. Seguindo a filosofia de “passar a boiada” durante a pandemia, o MEC apresentou, após mais de um ano de atraso, o PL do “Future-se”. Ainda que tenham ocorrido mudanças importantes, retirando grandes retrocessos, o fato é que o projeto apresentado ainda reproduz a marca privatizante e empreendedorista que o MEC quer imprimir à educação superior no Brasil.

Em síntese, desde a posse de Bolsonaro as lutas em defesa da autonomia universitária e pela sobrevivência da educação pública e gratuita têm sido os eixos fundamentais que guiaram a atuação do Andes-SN. Isso porque não temos dúvidas de que os ataques dos governos e patrões apenas são expressão conjuntural de uma disputa mais geral entre o projeto de educação pública que historicamente defendemos e a agenda do capital marcada por desresponsabilização do Estado, apropriação privada do fundo público, retirada de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora e violações às liberdades democráticas pelas quais centenas morreram em sua luta contra a ditadura empresarial-militar.

A pandemia, ensino remoto e o aprofundamento das desigualdades

A pandemia, além de catalisar e intensificar os efeitos da crise do capital, tem explicitado as profundas desigualdades e fraturas que assolam o Brasil. O MEC viu na pandemia uma oportunidade para continuar sua agenda de ataques. Isto se explicitou na tentativa de nomear novos interventores em diferentes instituições federais, ainda que em alguns casos, como no IFRN, o governo foi obrigado a recuar. Da mesma forma, não é uma coincidência que o projeto modificado do Future-se tenha sido submetido exatamente no contexto da pandemia. O mesmo pode ser afirmado sobre a tentativa frustrada de Abraham Weintraub de destruir a política de incentivo de cotas para negras e negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação.

As situações citadas são apenas alguns exemplos que mostram que, no campo da educação, a política de Bolsonaro e seus aliados é, também, de aproveitar o problema mais grave de saúde pública das últimas décadas de nosso país para “passar a boiada” de ataques e contrarreformas. Em um primeiro momento, o MEC tentou manter a “normalidade” resistindo ao início da quarentena (vale lembrar que várias instituições federais de ensino começaram a quarentena por iniciativas em níveis federal, estadual e municipal) ou defendendo a manutenção do calendário regular – lutando, por exemplo, contra o adiamento do Enem. Em um segundo momento, o MEC se tornou um dos principais defensores do ensino remoto e passou a pressionar pelo fim da suspensão do calendário acadêmico – oportunidade que foi prontamente aproveitada por inúmeros reitores e gestores por todo o país.

Aparentemente, após a publicação do suposto “Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Ifes” em 1º de julho, o MEC, coerente com a política genocida implementada por Bolsonaro, acrescentará às pressões para utilização irrestrita do ensino re-

moto uma forte pressão para que as atividades presenciais retornem. Trata-se de um gravíssimo ataque contra o qual teremos que resistir, retomando com as entidades nacionais da educação o diálogo para a construção da greve da educação, desta vez, em defesa de nossas vidas. Todavia, é preciso registrar e denunciar: a presidência da República e o MEC não são as únicas fontes de ataques contra a educação pública ou de pressões em favor do ensino remoto. Já no mês de março, em diferentes instituições, gestores o impuseram de maneira autoritária, sem qualquer debate democrático com a comunidade acadêmica e sem oferecer qualquer contrapartida mínima para garantir qualificação de docentes e técnicos ou para assegurar acesso de maneira isonômica para todas e todos as/os discentes. Este foi o caso de universidades como UEG, Uesb-BA, UEMS, UFA-BC, UFC, UFFS, UFMS, UFSM, Unifei, Unifesp e outras que aderiram prontamente ao ensino remoto.

Preocupações com a saúde mental da comunidade acadêmica, a preservação da vida e a análise dos impactos da pandemia, de um vírus absolutamente desconhecido em março, sobre as diferentes populações que estudam ou trabalham em universidades, institutos federais e Cefet foram completamente abandonadas em favor de uma pragmática adaptação prematura e sem qualificação ao ensino remoto. Hoje, com mais de três meses de pandemia, estamos enfrentando uma forte pressão para que universidades, institutos federais e Cefet retomem atividades de ensino de forma profundamente precarizada. Pior, entre um setor expressivo de reitores e gestores, não existe qualquer preocupação sobre a forma como a utilização pragmática do ensino remoto será utilizada por empresários da educação ou pelos governos de extrema-direita, de direita e de conciliação de classes para desidratar ainda mais o já reduzido orçamento de nossas instituições.

Mais grave ainda foi o avanço da política de retirada de direitos que, em âmbitos federal e estadual, se manifestou por meio de

instruções normativas e portarias que expressavam pressões para substituir o ensino presencial pelo ensino remoto, sem qualquer consideração de condições materiais, subjetivas e análise da infraestrutura necessária para tanto. Assim, em plena pandemia, o MEC publicou a Instrução Normativa 28 retirando o pagamento de adicionais de insalubridade e outros, justamente de docentes que estavam mais expostos ao coronavírus. Já em Minas Gerais, docentes de universidades estaduais viram o governo Zema (Novo) desrespeitar acordo previamente estabelecido e atrasar o pagamento de salários. Em outras palavras, os governos do momento mantiveram a política de corte de gastos reduzindo os salários de docentes.

Utilizando inúmeros eufemismos (“Ensino Remoto de Emergência”, “Ensino mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação”, “Calendário emergencial” etc.), gestores e patrões em todo o país buscam burlar a, já problemática, legislação existente sobre Ensino à Distância e garantir os calendários acadêmicos, apesar das mortes diárias de milhares de brasileiros. A coação de docentes por gestores foi e tem sido uma característica marcante da atuação de reitorias no atual momento da pandemia.

As implicações desse ataque podem ser profundas. A implementação de um arremedo de Ensino à Distância que pretende que as instituições públicas de educação desenvolvam atividades de ensino sem assegurar: pessoal qualificado, meios e tecnologias adequados, políticas de acesso e equidade ou definição de critérios cuidadosos de acompanhamento e avaliação. Trata-se de ignorar o mínimo que foi estabelecido pelo já limitado Decreto 9. 057 de 25 de maio de 2017 que regulamenta o que a LDB dispõe sobre EaD. Em outras palavras, nem mesmo o que Michel Temer considerava como EaD está assegurado nas atuais medidas adotadas e defendidas por governos e gestores nos mais diferentes níveis.

Em geral, os defensores do retorno das atividades de ensino por meio remoto afirmam que as universidades, os institutos federais e Cefet não podem interromper suas atividades. Porém, trabalhadoras e trabalhadores da educação por todo o país estão dando uma contribuição ímpar ao combate à pandemia. Estamos contribuindo criando e usando modelos para realizar previsões sobre a pandemia e orientar a elaboração de políticas de enfrentamento à Covid-19, produzindo inúmeros equipamentos de proteção individual, desenvolvendo tecnologias baratas e acessíveis para diagnosticar ou tratar Covid-19, disponibilizando profissionais de saúde e leitos para reduzir os danos criados por décadas de cortes nos investimentos em saúde. A afirmação de que trabalhadoras e trabalhadores da educação ficaram parados durante a pandemia e a quarentena é fundada em um profundo cinismo ou em uma concepção profundamente reducionista de educação e que ignora a centralidade do tripé ensino-pesquisa-extensão no ensino superior.

Questões de classe, raça e gênero também são ignoradas pelos defensores do retorno imediato, seja pelo ensino remoto, seja adotando o já citado “protocolo de biossegurança”. Ignoram-se diversas consequências da pandemia, como: a intensificação da exploração do trabalho doméstico não-remunerado e o aumento de taxas de violência doméstica na vida de mulheres; a maior letalidade do coronavírus entre negras e negros; a trágica situação enfrentada por inúmeros grupos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas; a avassaladora exclusão digital que existe no Brasil. A defesa de um retorno por meio de ensino remoto normalmente ocorre secundarizando a função inclusiva desempenhada pelas instituições públicas de educação quando elas possibilitam igualdade de acesso para as pessoas, independente de raça, gênero ou classe. O fato de que o ensino remoto deixa para trás os setores que mais sofrem com o patriarcado, o racismo e a desigualdade econômica não pode ser ignorado por todas e todos nós.

Também há uma completa negligência em relação às pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência, tal como ressaltamos em diversos documentos, já foram vítimas de inúmeros ataques do governo. Agora enfrentam a completa despreocupação de governos e gestores com a sua inclusão social. Some-se a isso, o fato de que as diversas dificuldades que pessoas com deficiência enfrentavam na sala de aula serão intensificadas e multiplicadas na “nova normalidade”. Em muitos casos, trata-se da exclusão pura e simples que sequer é pensada pelos governos, empresários ou gestores do momento.

Muitos têm ignorado o fato de que inexistia uma plataforma digital pública para a realização do ensino remoto. Esse tem sido uma fonte de lucros para o setor privado por meio de plataformas digitais (como *Google Meet*, *Zoom* etc.), demonstrando os avanços do capital na educação. Como discutir o ensino remoto em instituições públicas sem pautar a utilização de plataformas digitais verdadeiramente públicas?

Finalmente, a forma como o ensino remoto tem sido implementado é um dos mais graves ataques contra o trabalho docente. A precarização de nossas condições de trabalho encontra na implementação do ensino remoto uma das suas principais frentes. Há uma profunda intensificação do processo de precarização do trabalho docente, pois fornecemos nossa internet, nossos computadores, nossas casas, nossos materiais didáticos e prolongamos nossa jornada de trabalho, já que desaparecem as fronteiras entre casa e trabalho. Vale destacar que o trabalho remoto de docentes federais tem se dado mesmo com a redução salarial, uma vez que o governo, neste período de pandemia, suspendeu o pagamento do auxílio transporte e dos adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade, noturno, entre outros), impostos pela Instrução Normativa 28. A isso se juntam a redução salarial imposta pela contrarreforma da previdência e

ao aumento de gastos por conta do trabalho domiciliar, com luz, internet e outros.

Por todos os retrocessos que estão implicados com o atual debate sobre ensino remoto no contexto da pandemia, o Andes-SN tem atuado na defesa da manutenção da suspensão dos calendários acadêmicos. Nossa defesa parte do reconhecimento de que: 1) a situação atual é uma crise de proporções históricas; 2) que o ensino mediado por tecnologias da informação não assegura isonomia, igualdade de acesso ou inclusão social; 3) que há duros impactos sobre a saúde mental de docentes, técnico-administrativos (TAE) e discentes provocados pela situação atual; e 4) que as medidas de trabalho remoto *provisórias* podem se tornar *permanentes* para favorecer as políticas educacionais que têm sido implementadas por Bolsonaro, governadores e empresários da educação.

Tudo isso é extremamente importante em uma realidade em que há mais de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possui acesso à internet. Em uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador, certamente o resultado da utilização, em larga escala, do ensino remoto será a elitização do ensino superior. Mais uma vez: nesta “nova normalidade” as pessoas mais prejudicadas serão negras e negros, indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas, mulheres e pessoas com deficiência. Assim, a nossa atuação tem sido marcada pela defesa de que a “nova normalidade” não pode resultar em exclusão social para alunas e alunos, perda de direitos ou piora das condições de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores da educação. A pandemia está sendo usada para precarizar a educação e isto pode resultar em mudanças irreversíveis. O arremedo de EaD que tem sido implementado pode ser usado no futuro próximo para justificar o fim de concursos públicos, novas medidas pri-

vatizantes, precarização da infraestrutura de nossas instituições e precarização do trabalho docente.

Como parte das iniciativas para lutar contra a imposição do ensino remoto, o Andes-SN realizou, ainda que em condições profundamente adversas, *lives* e confeccionou materiais para instrumentalizar a luta de docentes por todo o país. Estamos cotidianamente reafirmando os princípios básicos que devem pautar toda e qualquer política para lidar com o “novo normal” sem fazer qualquer concessão na defesa da educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade socialmente referenciada frente às incursões do capital na educação.

Tal defesa passa pela rejeição de qualquer ação excludente de discentes na educação – especialmente a forma como o ensino remoto tem sido implementado atualmente – e pela defesa do tripé ensino-pesquisa-extensão. É trágico que poderíamos estar discutindo formas das atividades de pesquisa e extensão das universidades públicas contribuírem para salvar vidas em um momento tão complexo da história de nosso país e não podemos fazer isso porque governos, empresários e gestores querem apenas garantir um calendário “normal” de ensino, mesmo que seja ao preço da exclusão e da precarização do trabalho docente.

Contra a imposição unilateral do ensino remoto na “nova normalidade” defendemos um profundo debate nas instituições públicas de educação sobre: a) o diagnóstico de condições materiais, sociais e psicológicas existentes em uma instituição e sua comunidade; b) realização de mais concursos aumentando a proporção no número de TAE e docentes por alunos matriculados; c) recomposição do orçamento da educação para garantir uma infraestrutura adequada; d) garantia irrestrita de igualdade de acesso.

As ações de Bolsonaro, governadores e empresários da educação têm mostrado que a resistência é o único caminho. Nesse processo, a reafirmação de alguns princípios fundamentais – uni-

versalidade, autonomia, gratuidade, isonomia, qualidade etc. – se torna urgente e se articula com as principais lutas da conjuntura atual: a defesa das liberdades democráticas, dos direitos sociais e dos serviços públicos.

A luta em defesa do ensino presencial como forma hegemônica de modalidade de ensino não é “apenas” uma luta para garantir educação de qualidade, com interação social real e diálogo. É uma luta pela rejeição a qualquer forma de ação excludente de discentes e da transformação da educação em serviço vendável, já que defendemos a defesa do tripé ensino-pesquisa-extensão, o caráter público das instituições e o trabalho docente como uma atividade que não se reduz ao ensino. Em última instância, a luta que enfrentamos agora é uma luta em defesa da vida contra o lucro.

Principais portarias, instruções normativas, e outras medidas do período da pandemia que atacam a educação³

n.	RESUMO	LINK
1	Portaria n. 34, 9 de março de 2020 – Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País, da Capes.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-34-de-9-de-marco-de-2020-248560278
2	Portaria n. 356, 11 de março de 2020 – Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346
3	Instrução Normativa n. 19, 12 de março de 2020 – Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – Sipeç, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-19-de-12-de-marco-de-2020-247802008
4	Instrução Normativa n. 21, 16 de março de 2020 – Altera a Instrução Normativa n. 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – Sipeç, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-21-de-16-de-marco-de-2020-248328867

³ Atualizada até 10 de julho de 2020.

5	Portaria Ministerial do Ministério da Educação MEC n. 343, 17 de março de 2020 – Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376
6	Ofício Circular SEI n. 971/2020/ME, 19 de março de 2020 – Levantamento do quantitativo de servidores não presentes fisicamente em local de trabalho diante do enfrentamento da emergência de saúde pública (Covid-19).	https://sei.fazenda.gov.br/sei/modulos
7	Portaria n. 1. 122, 19 de março de 2020 – Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1-122-de-19-de-marco-de-2020-249437397
8	Portaria n. 492, 23 de março de 2020 – Institui a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo”, voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19).	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-492-de-23-de-marco-de-2020-249317442
9	Instrução Normativa n. 28, 25 de março de 2020 – Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – Sipec, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa n. 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-28-de-25-de-marco-de-2020-249807751
10	Medida Provisória n. 934, 1º de abril de 2020, 9 de junho de 2020 – Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591
11	Decreto n. 10. 328, 28 de abril de 2020 – Altera o Decreto n. 8. 690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10-328-de-28-de-abril-de-2020-254430238
12	Lei Complementar n. 173/2020, 27 de maio de 2020 – Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168
13	Medida Provisória n. 979, 9 de junho de 2020 – Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei n. 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-979-de-9-de-junho-de-2020-261041611
14	Portaria n. 510, de 3 de junho de 2020 – Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC n. 376, de 3 de abril de 2020.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-510-de-3-de-junho-de-2020-260082405

15	Portaria n. 518, de 8 de junho de 2020 – Institui o Grupo de Trabalho para elaborar propostas de normativos específicos para a implementação do Programa Tempo de Aprender, instituído pela Portaria MEC n. 280, de 19 de fevereiro de 2020.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-518-de-8-de-junho-de-2020-260787187
16	Portaria n. 533, de 12 de junho de 2020 – Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) referente ao segundo semestre de 2020.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-533-de-12-de-junho-de-2020-261355766
17	Portaria n. 535, de 12 de junho de 2020 – Altera a Portaria MEC n. 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, a partir do primeiro semestre de 2018, e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-535-de-12-de-junho-de-2020-261355767
18	Portaria n. 537, de 12 de junho de 2020 – Altera o inciso V do art. 9º da Portaria Normativa MEC n. 19, de 20 de novembro de 2008, a qual dispõe sobre os procedimentos para a manutenção das bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos – Prouni.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-537-de-12-de-junho-de-2020-261498116
19	Portaria n. 544, de 16 de junho de 2020 – Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e revoga as Portarias MEC n. 343, de 17 de março de 2020, n. 345, de 19 de março de 2020, e n. 473, de 12 de maio de 2020.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872
20	Portaria n. 545, de 16 de junho de 2020 – Revoga a Portaria Normativa MEC n. 13, de 11 de maio de 2016.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262147914
21	Portaria n. 559, de 22 de junho de 2020 – Torna sem efeito a Portaria n. 545, de 16 de junho de 2020.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520
22	Portaria n. 563, de 30 de junho de 2020 – Aprova a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade do Ministério da Educação PGRCI/MEC e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-563-de-30-de-junho-de-2020-264422982
23	Portaria n. 565, de 1º de julho de 2020 – Altera a Portaria n. 1.715, de 2 de outubro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos para a classificação de cursos de graduação e sequenciais de formação específica e constitui a Comissão Técnica de Classificação de Cursos – CTCC.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-565-de-1-de-julho-de-2020-264670454
24	Portaria n. 566, de 1º de julho de 2020 – Recria Comissão Técnica de Trabalho com o objetivo de elaborar o Anuário de Educação Profissional e Tecnológica.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-566-de-1-de-julho-de-2020-264670594
25	Portaria n. 567, de 1º de julho de 2020 – Define as ações e metas do exercício de 2019/2020 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-566-de-1-de-julho-de-2020-264670594
26	Portaria n. 572, de 1º de julho de 2020 – Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332

27	Portaria n. 573, de 3 de julho de 2020 – Institui e regulamenta o Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-573-de-3-de-julho-de-2020-265061930
28	Portaria n. 9, de 2 de julho de 2020 – Define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada – Piec, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2020.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-9-de-2-de-julho-de-2020-265058940
29	Portaria n. 407, de 6 de julho de 2020 – Dispõe sobre o Plano de Monitoramento e Avaliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica de que tratam o inciso IV do art. 4º da Lei n. 12. 513, de 26 de outubro de 2011 e a Portaria n. 1. 720, de 8 de outubro de 2019.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-407-de-6-de-julho-de-2020-265460371
30	Portaria n. 584, de 8 de julho de 2020 – Atribui competência ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep para o planejamento e a operacionalização de ações junto ao Centro de Pesquisa e Inovação Educacional – Ceri da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE no Brasil.	http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-584-de-8-de-julho-de-2020-265867327
31	Portaria n. 588, de 10 de julho de 2020 – Altera a Portaria MEC n. 2. 015, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2020.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-588-de-10-de-julho-de-2020-266357789

Ataques aos serviços e servidores público e a organização do(a)s trabalhadores e trabalhadoras

O período da pandemia da Covid-19 explicitou de forma enfática o projeto do capital no que tange aos serviços públicos, com intensificação das tentativas de retirada de direitos do funcionalismo das três esferas. Junto aos ataques à educação a partir da perspectiva olavista presente no governo federal e em alguns governos estaduais, há um conjunto articulado de ataques dirigidos ao funcionalismo público a partir do projeto ultraneoliberal protagonizado pela política econômica do ministro Paulo Guedes, com destaque para a privatização dos serviços públicos.

Os ataques vão desde as tentativas de redução salarial dos servidores públicos, já consideradas pelo STF como inconstitucionais, através da votação da ADI 2238, até a flexibilização de leis trabalhistas precarizando, cada vez mais, as condições de vida da classe trabalhadora e o congelamento salarial, até de-

zembro de 2021 imposto pela LC 173. O último grande ataque foi a MP 927, uma minirreforma trabalhista que, dentre outras medidas, permite a redução salarial de até 25%, a suspensão do cumprimento de acordos trabalhistas, suspende o cumprimento de acordos judicialmente celebrados, possibilita dispensas individuais ou coletivas (criando verdadeira instabilidade empregatícia), suspende obrigatoriedade de exames médicos (inclusive exame demissional), fixa a prevalência de acordos individuais em detrimento dos acordos coletivos, suspende o recolhimento do FGTS por três meses, autoriza banco de horas negativo (assim, o trabalhador de quarentena, ficará devendo horas de sua jornada de trabalho), exclui trabalhadores informais, autônomos ou de aplicativos da proteção legal, não assegura qualquer garantia para profissionais de saúde e suspende todos os acordos trabalhistas já celebrados, inclusive em ações judiciais.

Os exemplos citados demonstram nitidamente que a pandemia tem sido utilizada pelo governo e pelo Congresso Nacional, como uma forma de retirar e flexibilizar direitos. Aproveitam que nesse momento a resistência nas ruas dos segmentos organizados da classe trabalhadora está prejudicada. Assim, vão instituindo, com o discurso do período excepcional e transitório, uma profunda desestruturação dos direitos sociais, que passa, na lógica do governo federal e de parte significativa dos parlamentares, governadores, prefeitos e grande imprensa, pelo desmonte dos serviços públicos a caminho da privatização. Enquanto defendemos o isolamento social como forma de defender a vida, o Congresso Nacional, de forma virtual, aprova um conjunto de medidas regressivas e o Executivo tenta governar por medidas provisórias, decretos e instruções normativas.

Outro elemento, que deve ser considerado pelo conjunto do funcionalismo público, é que o crescimento do desemprego e da precarização da vida dos trabalhadores da iniciativa privada

ou do mercado informal propaga ainda mais o falso discurso de que os servidores públicos são os “privilegiados” que devem, segundo a fala do ministro da economia Paulo Guedes, “dar sua parcela de contribuição para o período de crise” e que “não vai ficar em casa com a geladeira cheia”. Assim, o hiato entre os trabalhadores da iniciativa privada e do conjunto do funcionalismo público vai se ampliando, transformando direitos em privilégios e reforçando o discurso de necessidade de privatização e de redução dos investimentos do Estado no funcionalismo público, usando como desculpa, inclusive, a necessidade de garantir o auxílio emergencial.

Justamente quando se evidencia que precisamos de mais investimento estatal em políticas públicas e garantia de direitos, a reunião ministerial de 22 de abril, vinda a público em maio, explicita de forma contundente os dois eixos do governo Bolsonaro. De um lado, a política econômica de Bolsonaro responsabiliza o funcionalismo público pelos gastos do governo, buscando a mercantilização e a privatização dos serviços e equipamentos públicos. Paulo Guedes afirma explicitamente: “colocamos a granada no bolso do funcionalismo”. Por outro, a perspectiva olavista, obscurantista, expressa na fala absolutamente antidemocrática do então ministro da Educação Abraham Weintraub, quando afirma que tem que “mandar prender esses vagabundos, começando pelo STF”. O show de horrores observado na transmissão da referida reunião, demonstrou de forma cabal, o preparo do atual governo federal para destruir o país, os serviços e servidores públicos, privatizar e defender sua família e seus amigos a qualquer preço, mesmo que incluísse a saída do seu ministro mais popular, Sérgio Moro.

Naquele momento, enquanto o Brasil já passava de um milhão de infectados e mais de 50 mil mortes, o governo federal continuava sua investida sobre o funcionalismo público, ten-

tando, de todas as formas, atacar o conjunto dos trabalhadores e suas organizações. Isso é explicitado pelo Decreto n. 10.328 e pela Portaria n. 209 do Ministério da Economia. Por esse meio, o governo inseriu no Sigep a possibilidade de suspensão das consignações diretamente pelos servidores federais, o que inclui a possibilidade de suspensão da autorização para o desconto da mensalidade sindical. Essa ação tem levado muitas categorias do serviço público federal a ter quedas na arrecadação e desfiliações. Identificamos, em alguns casos, que a suspensão da consignação para a mensalidade sindical não representa um desejo de desfiliação por parte dos sindicalizados, o que se explicita nos contatos realizados pelas seções sindicais com os(as) professores(as). Porém, isso gera um trabalho adicional às seções sindicais que, em momento de pandemia e isolamento social, têm que se preocupar em buscar os seus sindicalizados para verificar individualmente cada situação.

Como elemento da contradição da realidade social, o período da pandemia explicita também que o Estado, via políticas públicas e sociais, seria o único com capacidade para dar resposta ao momento de profunda crise econômica, social e sanitária que vivemos. Por isso, a luta do Sindicato Nacional para a revogação da EC/95, a suspensão do pagamento dos juros da dívida pública, a taxação das grandes fortunas, entre outros. As evidências de que o Sistema Único de Saúde (SUS) é o único a dar respostas à altura da pandemia da Covid-19 são explícitas nos dias de hoje. Se fazemos tanto com poucos recursos, é possível imaginar o que seria realizado com estruturação, serviço de qualidade e universal, tal como previsto na Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma, também se evidenciou o papel social das instituições públicas de ensino superior, como explicitado na campanha virtual do Andes-SN intitulada “aquilo que alguns chamam de balbúrdia, nós chamamos de produção do conhe-

cimento”. A campanha vem demonstrando as ações que Universidades, Institutos Federais e Cefet vêm desenvolvendo para contribuir no combate à pandemia da Covid-19.

No conjunto do funcionalismo público também pairam pressões que afetam os docentes, tal como destacamos no tópico anterior: o trabalho remoto e a pressão para a retomada das atividades presenciais. Nesse sentido, temos acompanhado as disputas, algumas judiciais, entre categorias e governos como a luta dos(as) trabalhadores(as) do INSS contra o retorno das atividades presenciais no mês de junho, imposto pelo governo, mas que não ocorreu por pressão da categoria.

Nesse contexto e diante das ofensivas contra os direitos, à educação e ao conjunto dos servidores e serviços públicos, o Andes-SN, dadas as limitações impostas pelo isolamento social, tem buscado fortalecer os espaços coletivos que constrói nacionalmente, como a CSP-Conlutas, o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Lutas por Direitos e Liberdades Democráticas e o Fonasefe. Também nesse período tem buscado fortalecer e rearticular fóruns e espaços coletivos nos estados e regiões, com o objetivo de agregar os diferentes segmentos dos servidores públicos das três esferas, assim como movimentos sociais e estudantis, entre outros. Apesar das limitações, houve ações virtuais de pressão sobre os parlamentares para não votarem ou votarem contrários a projetos que retiram direitos. Esse foi o caso da pressão exercida na votação da LC 173 (que tratava do congelamento de salários dos servidores, entre outros); a pressão para deixar caducar a MP 895/2019, das carteirinhas estudantis; e as MP 914/2019 e 979/2020, sobre eleição de reitores(as) das instituições federais de ensino.

As ações virtuais foram uma importante estratégia nesse período sendo consideradas positivas, diante da conjuntura adversa que limita reuniões e encontros presenciais, atos de rua, ma-

nifestações em Brasília, paralisações, greves e panfletagens. Isso porque, com o isolamento social, defendido pelo conjunto do funcionalismo público como estratégia essencial para a defesa da vida, as entidades tiveram que repensar suas lutas. Se o ativismo presencial não é possível nesse período, pouco a pouco, as entidades representativas do funcionalismo público foram buscando formas de manter a chama da luta acesa e viva! Por um lado, para que as ações executadas pelo Executivo, pelos governos estaduais e pelo Congresso Nacional, não avançassem sem resistências. Por outro, como forma de manter algum nível de articulação, juntar forças e mobilizar ações para responder ao momento e preparar o retorno à luta presencial e nas ruas.

Um conjunto de ações começou a ser pensado e, pouco a pouco, as organizações e as entidades foram construindo suas alternativas de luta e mobilização para o período. Iniciou-se um processo de reuniões virtuais, que foram seguidas de *lives*, atos virtuais, investimento na comunicação, *tuitaços*, *panelaços*, *apitaços*, *spots* de rádios, vídeos, *cards* e outras tantas iniciativas para dialogar com as categorias e mobilizar. Agregando a estas ações, as entidades intensificaram a pressão sobre os parlamentares, por meio de *e-mails* e mensagens de *whatsapp*.

Nesse período, um marco importante foi o 1º de maio, quando as grandes centrais sindicais fizeram a opção de convidar figuras da direita tradicional, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM), o presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM), entre outros. Esta decisão impôs uma divisão entre as entidades, inviabilizando a construção do ato virtual unificado. O Andes-SN, assim como a CSP-Conlutas, optou por não participar do ato, por compreender que o diálogo com a direita tradicional, que sempre impulsionou a retirada de direitos dos trabalhadores, deve se restringir à luta específica para derrubar o gover-

no Bolsonaro/Mourão e em defesa das liberdades democráticas, não se expandindo para dias de luta da classe trabalhadora.

A confusão entre ações táticas e estratégicas, por parte de algumas centrais sindicais, a CUT inclusive, mais uma vez impõe um retrocesso à luta unitária e conjunta, jogando as fichas nas saídas eleitorais e não na luta autônoma da classe trabalhadora. Junto com o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas, o Andes-SN construiu uma plenária *online* nacional no dia 1º de maio e, junto com a CSP-Conlutas, construiu atos virtuais.

O Andes-SN construiu junto com as entidades e organizações políticas todas as ações de conjunto do período. Internamente, a partir do setor de comunicação, avançou no mundo virtual de *lives*, campanha de *cards*, vídeos, *spots* de rádio, entrevistas pingue-pongue, entre outros. Assim foi intensificando o diálogo possível com as seções sindicais, buscando subsidiar ações e a luta nas bases.

Nesse período, o Andes-SN construiu e participou da Plenária Nacional do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas realizada no dia 27 de junho. Também está construindo o Seminário Nacional virtual do Fonasefe, previsto para agosto, participou das reuniões da CSP-Conlutas e se prepara para participar das reuniões dos setoriais e da coordenação da Central. Ao mesmo tempo, o Andes-SN tem impulsionado o protagonismo das secretarias regionais nas articulações e atividades em construções estaduais de aglutinação do funcionalismo público. Participou ainda, via Fonasefe, das reuniões das assessorias jurídicas que têm buscado formas de ação contra as políticas regressivas do governo em relação ao funcionalismo público. Finalmente, o Sindicato Nacional orientou as ações locais contra o desconto do reajuste da previdência no período da pandemia, entre outras.

O momento exige vigilância e atenção do funcionalismo público. Por ora, para defender a manutenção dos serviços e os direitos dos servidores e, posteriormente, quando a conjuntura sanitária permitir, para seguir a luta pela construção de um projeto de Estado pautado em direitos mediados por políticas públicas de qualidade e lutar contra a privatização e o desmonte dos serviços, das carreiras e condições de trabalho dos servidores. O avançar da organização do conjunto do funcionalismo público é um passo importante para o processo de reorganização da classe trabalhadora, elemento que contribui para o avanço da luta da classe trabalhadora.

Principais projetos de leis e medidas provisórias do período da pandemia que atacam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras⁴

Medidas e PL	Autor	Resumo	Situação
MPV 922/2020	Poder Executivo	Altera a Lei n. 8. 745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei n. 10. 820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei n. 13. 334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, e a Lei n. 13. 844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	Prazos abertos: 30/06/2020 – 28/08/2020: Edição de Decreto Legislativo (60 dias).
MPV 905/2019	Poder Executivo	Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.	No Senado Federal.
MPV 919/2020	Dra. Soraya Manato – PSL/ES	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020.	Acessória de MPV 919/2020.

⁴ Atualizado até julho de 2020.

MPV 927/2020	Poder Executivo	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.	Aguardando apreciação pelo Senado Federal.
MPV 936/2020	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei n. 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	Remetida à sanção.
MPV 944/2020	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Cria linha de crédito subsidiada por recursos da União e dos bancos para empresas pequenas e médias (receita bruta anual entre 360 mil e 10 milhões de reais), para viabilizar o pagamento de salários aos funcionários. A União disponibilizou 34 bilhões a esse programa.	Aguardando leitura.
PL 3507/2020	Wilson Santiago – PTB/PB	Suspende os efeitos das normas que definem prazos que impedem a readmissão de empregado demitido pela mesma empresa durante a vigência de estado de calamidade pública, reconhecida por órgãos da União, até seis meses após seu término.	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.
PL 3589/2020	Uldurico Júnior – PROS/BA	Altera dispositivo à Lei n. 11. 788, de 25 de setembro de 2008 que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. (Prorroga o período máximo de estágio de 2 anos para 2 anos e 6 meses).	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.
PL 18/2020	Celso Maldaner – MDB/SC	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.	Accessória de: MPV 927/2020.

PL 3331/2020	Julian Lemos – PSL/PB	Apresentação do Projeto de Lei n. 3331/2020, pelo Deputado Julian Lemos (PSL/PB), que reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.
PL 3168/2020	Daniel Silveira – PSL	Acrescenta parágrafo ao art. 56 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o desenvolvimento de atividades político-partidárias no âmbito das instituições públicas de educação superior.	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.
PL 3277/2020	Gildenemyr – PL/MA	Dispõe sobre a reinserção no mercado de trabalho de trabalhadores dispensados durante o estado de calamidade pública reconhecido.	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.
PL 3400/2020	Dra. Soraya Manato – PSL/ES	Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a dispensa de regularidade fiscal e trabalhista nas contratações públicas, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	Aguardando apreciação pelo Senado Federal.

Assim, seguimos na luta em defesa da vida e pelo direito ao isolamento social e o não retorno presencial das atividades das instituições de ensino enquanto não houver condições sanitárias para tal. Assim como seguimos lutando contra a desestruturação dos serviços públicos e da educação superior pública a partir das inúmeras tentativas de transposição do ensino presencial para o ensino remoto, sem considerar a absoluta situação de excepcionalidade que vive hoje o conjunto da população. Certamente a conjuntura nos desafia para, além de resistir, construir um projeto societário de emancipação humana a partir de outra sociabilidade. A esta tarefa somos todos e todas convocado(a)s!

CAPÍTULO 2 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO¹

Otaviano Helene²

Boa tarde a todos e todas. Obrigado pelo convite para participar desta atividade neste momento difícil da vida brasileira, que acaba exigindo mais esforço e luta de todos nós.

Embora este texto tenha como base minha manifestação em uma atividade ocorrida em abril de 2019, como a realidade brasileira tem mudado muito rapidamente nestes últimos e terríveis tempos, tomei a liberdade de incluir, em uma revisão posterior, alguns aspectos que contribuem para o entendimento da questão sem alterar o conteúdo original. Esta revisão foi feita em agosto de 2020, bem depois do início da pandemia que se soma à catástrofe pela qual passa nosso país.

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Professor no Instituto de Física da USP desde 1977, ex-presidente do Inep, ex-presidente da Adusp. Autor dos livros *Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento*, e *Análise comparativa da educação brasileira: do final do século XX ao início do século XXI*.

Vou fazer aqui uma abordagem da questão do financiamento da educação em geral e vincular este tema com a questão da formação dos recursos disponíveis ao setor público no Brasil, comparando a situação brasileira com a de outros países. Nos países europeus, por exemplo, a presença do setor público é muito grande no dia a dia das pessoas. Embora muitas vezes aquém do necessário e do desejável, os sistemas de saúde e de educação, o sistema previdenciário, os transportes públicos, os programas habitacionais e de infraestrutura funcionam e muitas outras atividades dependentes do setor público também funcionam naqueles países. Eles têm, claro, todos os problemas que as atividades do setor público apresentam nos países de economia mais liberal, mas de qualquer forma é uma realidade muito diferente da nossa. Mesmo nos EUA e Canadá e em muitos países não classificados como desenvolvidos, a presença do setor público é bem maior do que no Brasil.

Por aqui, em contraste com aqueles países, temos deficiências nos serviços prestados pelo SUS, que não dá conta das tarefas, como mostra a atual epidemia de covid; a educação tem graves dificuldades e acumula importantes atrasos, os problemas habitacionais são também gravíssimos etc. Por quê?

Há vários tipos de respostas para esta pergunta. Uma delas é, simplesmente, o tamanho do orçamento do setor público. Nos países europeus, os gastos públicos totais do país (do governo central, de governos locais e dos municípios) são da ordem e mesmo superam os 50% do PIB. Isso significa que perto da metade ou mais das atividades desses países é administrada pelo governo, em todas suas instâncias. Em outras palavras, o peso da educação e saúde públicas, dos investimentos governamentais em infraestrutura, saneamento e habitação, as despesas com previdência, assistência social, segurança, poder judiciário, entre diversas outras, perfazem mais do que metade do PIB daqueles países e são administrados pelo setor público.

Uma forma adicional de comparar o tamanho relativo do setor público nos diversos países é pela quantidade de trabalhadores a ele vinculados. Enquanto no Brasil apenas cerca de 12% dos trabalhadores estão no setor público (majoritariamente trabalhadores da educação, saúde e segurança pública), nos países de economia capitalista, mas melhor organizados, esse percentual, com frequência, é duas vezes maior. Em particular, em alguns países nórdicos mais do que 30% dos trabalhadores se dedicam ao setor público. Mesmo em países liberais, como o Reino Unido ou o Canadá, 20% ou mais dos trabalhadores estão no setor público. Nos EUA são 16%, proporção bem maior do que a nossa (aos quais deveriam ser adicionados os trabalhadores de setores financiados compulsoriamente pela sociedade, mas não administrados diretamente pelo Estado, como ocorre com parte dos sistemas de saúde e previdência). Entre os países não altamente industrializados, muitos têm pelo menos uma vez e meia mais trabalhadores (sempre proporcionalmente a suas populações) no setor público do que o Brasil, como Egito, Costa Rica, Equador ou Uruguai.

Em resumo, nos países onde o setor público funciona adequadamente, os gastos públicos com educação, saúde, infraestrutura, segurança etc., são da ordem ou superiores a 50% do PIB e grande parte dos trabalhadores está ligada a ele. Quando os recursos disponíveis ao setor público são muito inferiores àquele valor, há carências em todas aquelas atividades.

O tratado de Maastricht, um dos tratados da Comunidade Europeia, indica que os países da comunidade europeia deveriam convergir os gastos públicos para 50% do PIB. Na época de estabelecimento do tratado, alguns países chegavam a gastar muito mais que 50% do PIB, e vários, como França, Bélgica, Dinamarca ou Finlândia, continuam gastando mais.

Vale observar que o mesmo tratado permite que os governos gastem até 3% a mais do que arrecadam, e muitos governos

não conseguem respeitar o limite e excedem esse valor. (Neste momento em que o mundo vive uma epidemia, foi aprovada a suspensão dessas cláusulas que limitam os gastos dos governos, com o objetivo de enfrentar a covid).

Bom, e no Brasil, como são a arrecadação e os gastos do setor públicos? Nas últimas duas décadas, a arrecadação total da União, dos estados e dos municípios foi pouco superior aos 30% do PIB. Os gastos feitos correspondiam a cerca de 12% ou 13% do PIB com previdência, aposentadoria, pensões etc., perto de 5% com educação pública, perto de 4% com saúde. Transporte, saneamento, habitação e urbanismo totalizaram, sempre em média, um valor da ordem de 3% do PIB, incluindo manutenção de estradas e ruas; assistência social e poder judiciário cerca de 3%; ciência e tecnologia alguma coisa perto de 0,5% do PIB. Além dessas atividades, investimento, segurança pública, poder legislativo e forças armadas somam outros 3% do PIB. A soma desses valores e de várias outras despesas diluídas em uma quantidade muito grande de atividades corresponde àqueles citados pouco mais do que 30% do PIB. Comparando esses gastos com o que ocorre nos países cujos setores públicos funcionam de forma minimamente aceitável, da ordem ou mesmo superior a 50% do PIB,³ a conclusão é simples: com pouco mais do que trinta e poucos por cento do PIB, é impossível oferecer saúde, educação, previdência, infraestrutura, justiça, segurança etc. de forma adequada.

O discurso que afirma que o setor público no Brasil é grande demais é simplesmente falso. Ao argumento de que mais recursos não seriam suficientes, muito frequentemente usado, a

³ Nos EUA, os gastos diretos do setor público são menores do que 50% do PIB. Entretanto, quando somados aos vários gastos compulsórios, como em saúde e previdência, mas não incluídos nas contas públicas, os gastos superam os 50% do PIB.

resposta é simples: recursos são necessários e a falta de recursos é suficiente para inviabilizar as atividades essenciais que esperamos dos governos, em todos os níveis. A tão falada ineficiência do Estado, usada como argumento para negar-lhe mais recursos, também é falsa: em praticamente todas as atividades em que o setor público e o setor privado atuam, em especial na educação, saúde e previdência, o primeiro é mais eficiente; quando o setor público e privado desenvolvem a mesma atividade, o primeiro o faz com menos recursos.

Portanto, esse discurso de que o Estado é grande demais, é um mastodonte, que não anda etc., não é verdade. Se isso fosse verdade, não precisava repetir o tempo todo. Uma coisa que se repete o tempo todo é porque, usualmente, não é verdade. Quando encontramos em todo lugar propaganda pedindo que se “beba tal refrigerante” e afirmando “que ele é gostoso”, desconfie, porque se fosse gostoso não precisava ficar repetindo isso o tempo todo.

Resumindo: o problema básico, é que o setor público brasileiro, em sua totalidade, municípios, estados e União arrecadam e gastam muito menos do que deveriam se quisessem responder adequadamente a todas as coisas básicas, como previdência, saúde, educação, infraestrutura, saneamento, justiça, segurança, assistência social etc. Este é um ponto importante, fundamental.

Combinado com outros fatores, o investimento insuficiente faz com que o Brasil ocupe uma das piores posições na América do Sul quanto aos indicadores educacionais. Considerando uma média das taxas de analfabetismo de adultos, de jovens adultos e de inclusão no ensino superior, o Brasil ocupa a terceira pior posição entre aqueles onze países.⁴

⁴ Ver, por exemplo, *Análise comparativa da educação brasileira* – do final do século XX ao início do século XXI, Otaviano Helene, Editora Autores Associados, Campinas, 2017.

Variação dos recursos públicos ao longo das últimas décadas

Vale a pena uma pequena revisão para entender como evoluíram os orçamentos públicos no Brasil.

Quando acabou a ditadura militar, os gastos públicos totais no Brasil, somando gastos da União, dos estados e dos municípios, eram na ordem de vinte e poucos por cento do PIB. Por causa daquela baixa arrecadação, o setor público era ainda mais precário do que hoje. Para se ter uma ideia dessa precariedade, coisas como concluir o ensino médio era muito menos frequente do que hoje. Em 1980, apenas um em cada cinco jovens concluía esse nível educacional; os demais deixavam a escola antes disso. Hoje, a taxa de conclusão do ensino médio é pouco mais de duas vezes maior, embora ainda muito baixo, mas um crescimento que só foi conseguido pela expansão do sistema escolar público e, portanto, do aumento dos recursos disponíveis. Na saúde, vale lembrar que antes da Constituição de 1988, não havia um sistema universal, como o SUS; apenas os trabalhadores formais, como os funcionários públicos ou os celetistas, tinham algum acesso a um sistema de saúde socialmente financiado. Como a educação, a saúde só pôde expandir seu atendimento por causa do aumento das receitas e dos gastos públicos.

O Brasil ainda está bem aquém do que poderia levando em conta sua renda *per capita* e a realidade dos demais países, inclusive do nosso entorno geográfico e geopolítico. Entretanto, não fosse o aumento da arrecadação e dos gastos públicos daqueles pouco mais do que 20% para os atuais pouco mais do que 30% do PIB (por enquanto, pois a emenda constitucional 95 irá reduzir isso), estaríamos em uma situação bem mais precária.

Neste momento em que o sistema público sofre um ataque cerrado por todos os lados, estas observações são pertinentes. É importante lembrar, repetindo, que os sistemas públicos de

educação e saúde são mais eficientes do que o sistema privado. Com o mesmo orçamento por aluno, o sistema público consegue dar um atendimento melhor do que o sistema privado; para um mesmo resultado, o sistema público custa menos. Uma comparação do desempenho de estudantes com mesmos perfis socioeconômicos e de uma mesma região mostra que os de escolas privadas só têm o mesmo desempenho que os de escolas públicas quando o orçamento por aluno é muito superior. Além desses aspectos meramente financeiros, é necessário lembrar que há muitos aspectos qualitativos que também fazem com que o sistema público seja melhor do que o privado. Na saúde, ocorre o mesmo. A valores de agosto de 2020, todas as despesas do SUS – federais, estaduais e municipais, em atendimentos clínicos ou hospitalares, transplantes e cirurgias simples ou complexas, em distribuição de medicamentos e visitas domiciliares, em campanhas de vacinação, e em tudo o mais – correspondem a menos do que 100 reais por mês e por pessoa. Ainda que o SUS tenha muitas deficiências por causa desse baixo orçamento, nenhum sistema privado de saúde poderia fazer o mesmo serviço com tão poucos recursos. Um aumento dos recursos públicos destinados à saúde pública teria um efeito muito maior do que um aumento de igual intensidade nos gastos privados ou na privatização dos gastos públicos. Como na educação, o sistema privado custa mais caro do que o público quando fazem a mesma atividade e com a mesma qualidade. Se o aumento dos gastos com saúde e educação nas últimas décadas tivesse ocorrido, na mesma quantidade, por meio do setor privado, quer na forma de gastos das pessoas, quer na forma de terceirizações, os resultados seriam ainda bem piores.

Para financiar os novos direitos criados pela Constituição de 1988, foram criadas contribuições como o Cofins e a CSLL que, juntamente com as outras contribuições sociais, bem menores

em valor, somam pouco cerca de 6 a 7% do PIB. Note-se que, por exigência constitucional, as contribuições sociais, inclusive as previdenciárias feitas por empregados e empregadores, devem financiar o sistema de seguridade social, que inclui saúde, previdência e assistência social. No atual momento, esse sistema está em fase de desmonte, assim como, obviamente, seu financiamento. O que vemos neste momento, meados de 2020, é uma sucessão de projetos que combinam, de um lado, redução do setor público, em particular da previdência; de outro lado, como haverá redução dos gastos, combinam-se essa redução com a redução da arrecadação, em particular, das arrecadações de contribuições sociais. Afinal, se não se vai gastar, não se deve arrecadar. E é isso que o dito “mercado” quer.

O que nos espera, quando o desmonte for completado e totalmente implementado é um futuro que se assemelhará, em vários aspectos, àquela situação que o país viveu após a falência do projeto econômico da ditadura militar, no final da década de 1970: baixíssima arrecadação pública quando comparada com o PIB e péssimos indicadores sociais, em especial nas áreas de educação, saúde, previdência e assistência social.

Ataque neoliberal cerrado: propaganda funciona

O país passa, neste momento, por um ataque cerrado contra o setor público. Esse ataque é cercado de mentiras, golpes e propaganda. A reforma trabalhista de 2016 ilustra bem o que poderia ser chamado simplesmente de mentira. A promessa, para justificar aquela reforma, era que a mudança na legislação levaria à criação de alguns milhões de empregos, sendo que a quantidade desses milhões dependia mais de quanto eufórico estava quem defendia o projeto do que da realidade: dois, seis, cinco... A taxa de desemprego, que havia caído para cerca de 5% no final de 2014, subiu para valores próximos dos 10% até

o início de 2016 e, desde então, aumentou para alguma coisa entre 12% e 14% até o início de 2020, antes da covid se instalar no país. Além disso, houve um aumento grande na proporção de pessoas que, embora não desempregadas, trabalham menos do que podem, precisam e querem. A taxa de subutilização da força de trabalho variou de um valor abaixo de 20% entre 2015 e 2016, para cerca de 25% no início de 2020 e a de desalento mais do que dobrou no mesmo período, atingindo mais do que 4% da força de trabalho do país. Isso tudo, repetindo, antes dos efeitos da covid. Em resumo, as afirmações feitas em defesa da reforma trabalhista eram simplesmente falsas, mas a propaganda funcionou.

Em meados de agosto de 2020, uma reportagem na TV Globo se baseava em uma afirmação totalmente absurda. A reportagem, que durou longos minutos, afirmava que no Brasil gasta-se mais com pagamento de funcionários públicos do que com saúde e educação públicas. Embora não me lembre exatamente dos valores citados, eram alguma coisa como 12% do PIB para pagamento de funcionários e, talvez, 5% do PIB com educação, 4% com saúde e mais alguns valores correspondentes a outros setores, que não me recordo. Ora, o absurdo é que os gastos com educação e saúde são basicamente gastos com salários, o mesmo ocorrendo com as demais atividades! A soma dos valores citados dos gastos com salários era, obviamente, o mesmo que os gastos com funcionalismo! A boca está tão torta pelo cachimbo das mentiras neoliberais que sequer percebem, jornalistas responsáveis pela matéria, o que estão afirmando. Ou, ainda muito pior, talvez saibam que estão mentindo, mas acreditam que a população não perceberá.

De fato, a população é vítima da propaganda. Por ocasião das campanhas contra o sistema previdenciário e em defesa da sua reforma, afirmavam que esta levaria a economias de cente-

nas de bilhões de reais por ano. O que “esqueciam” de dizer é que essa economia do governo seria exatamente a perda de renda dos aposentados e pensionistas! As frases nos grandes meios de comunicação não diziam “Os aposentados e pensionistas perderão cem bilhões de reais por ano”, mas, sim, “O governo economizará cem bilhões de reais”. Mas muitas das pessoas que eram ou seriam em breve aposentadas ou pensionistas não percebiam que seriam eles a financiar essa economia e acabavam apoiando a proposta.

Propaganda enganosa, mas repetida com insistência, é muito perigosa, pois leva a vítima a apoiar o algoz. Outro exemplo de vítima apoiando o algoz é a defesa da redução dos impostos, feita por trabalhadores do setor público, estudantes das redes públicas ou usuários do SUS, sem perceberem que a imediata consequência de uma redução de impostos será a redução – em uma proporção até mesmo maior – da remuneração dos primeiros, a piora do sistema educacional e ainda maior restrição dos atendimentos do SUS. Da mesma forma, muitos acreditam que os mais pobres seriam os mais beneficiados por uma redução de impostos, sem perceber que são eles, em especial, os mais beneficiados pelos impostos arrecadados.

Como mudou o financiamento da educação desde o final da ditadura

Nos últimos anos, os gastos públicos com educação totalizam, em média, cerca de 5% do PIB. Mas nem sempre foi assim. Ao final do período da ditadura de 1964, por volta do início da década de 1980, os gastos com educação no Brasil não iam além da metade daquele percentual. Foi esse aumento de recursos que permitiu o crescimento das taxas de conclusão de cursos (razão entre a quantidade de pessoas que concluem um nível educacional e uma coorte etária de um ano) em todos os níveis: no fun-

damental, a taxa quase duplicou; e nos ensinos médio e superior mais do que duplicou.⁵

O percentual do PIB destinado à educação atual é resultado do fato de que desde a Constituição de 1988 há uma obrigatoriedade de investimento de no mínimo 18% da arrecadação tributária, no caso federal, e 25% no caso dos estados, municípios e DF (em alguns casos, a constituição estadual e a lei orgânica municipal alteram esse percentual para mais, mas permitem a inclusão de gastos com aposentadoria no cálculo). Antes disso, a chamada Emenda Calmon previa, desde 1983, investimentos de no mínimo 13% no caso da União (e 25% para estados, municípios e DF). Além do aumento desse percentual de 18 para 25% sobre os impostos, houve um crescimento destes em relação ao PIB na segunda metade da década de 1990 e, em especial, entre 2004 e 2015.⁶

Em resumo, foram os direitos criados pela Constituição de 1988 (bem exemplificado pelo SUS e pelo aumento da inclusão de pessoas no sistema previdenciário), o aumento dos recursos para educação, tanto na forma de percentuais da arrecadação de impostos e contribuições sociais como no aumento destes devido ao crescimento econômico, a criação de contribuições sociais que fortaleceram os recursos para a seguridade social, entre alguns outros aspectos, que viabilizaram o desenvolvimento da educação, da saúde e do sistema previdenciário. Infelizmente, repetindo, aquém do necessário. Apesar disso, essas coisas estão atualmente em processo de desmonte ou já desmontados.

Bom, mas 5% do PIB são suficientes para financiar a educação? Certamente, não, o que pode ser confirmado pela má po-

⁵ Os crescimentos foram aproximadamente iguais nas instituições privadas e públicas.

⁶ Veja-se, por exemplo, <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica>. (Consultado em meados de agosto/2020).

sição do Brasil no que diz respeito aos indicadores educacionais frente aos demais países, inclusive da nossa região geográfica. Criar e manter um sistema educacional que garanta, realmente, a soberania do país, que forme os quadros profissionais de que precisamos, que garanta o direito à inclusão social para todos, que viabilize uma educação emancipatória e que não seja excludente e segregacionista precisaríamos de investimentos perto de 10% do PIB por alguns anos.

Entre os países da América do Sul, o Brasil é um dos que têm o padrão educacional mais atrasado, pois, apesar da melhora havida nas últimas décadas, ela foi aquém da necessária e os demais países também mostraram uma evolução positiva no mesmo período. Repetindo o que já foi afirmado, uma combinação entre vários indicadores educacionais, como taxas de analfabetismo adulto e juvenil, de conclusão de ensino superior, de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o Brasil ocupa uma das piores posições entre os países da América do Sul.

Mudar essa realidade não está no projeto daqueles grupos econômicos que definem o destino do país, uma vez que poderia levar à superação das desigualdades e à redução dos privilégios, coisas inaceitáveis para os grupos dominantes. Portanto, apenas a luta social poderá mudar as perspectivas para o futuro.

Planos nacionais de educação

Não pretendo aqui fazer uma análise histórica do que tem ocorrido com a educação no Brasil, inclusive porque esse não é um tema sobre o qual tenha debruçado.⁷ Entretanto, vale a pena

⁷ Para uma descrição histórica mais precisa, ver o artigo “Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira”, da professora Maria da Graça Nóbrega Bollman, em *Educ. Soc.*, v. 31 n. 112, Campinas, jul-/set. 2010, disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300002&script=sci_arttext.

relembrar alguns fatos, nos quais o Andes teve uma participação bastante importante e, mesmo, essencial.

Esse atraso educacional do Brasil cria um problema grave para o crescimento econômico do país e para seu desenvolvimento social. Mas ele poderia ser bem maior caso algumas propostas do Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira, preparado durante os vários congressos nacionais de educação, os Coneds, na década de 1990, com a participação de muitas entidades representativas da sociedade brasileira não tivessem sido implementadas.

Aquele plano, transformado parcialmente em lei, infelizmente com alguns aspectos importantes vetados pelo então Presidente da República, em especial o que dizia respeito ao seu financiamento, foi construído dentro da seguinte lógica. Como ele era um plano decenal, os objetivos finais que se pretendia atingir foram definidos com base na realidade educacional dos países da América do Sul que apresentavam os melhores indicadores: pretendia-se atingir esses indicadores ao final da execução do Plano. Devemos notar que isso ainda deixaria o Brasil em uma posição aquém da observada por esses países tomados como referência, uma vez que em dez ou doze anos eles também teriam melhorado suas características educacionais, mas tiraria o Brasil das últimas posições.

O raciocínio era, então, o seguinte: estamos em determinada situação no que diz respeito à inclusão nos diferentes níveis de ensino e pretendemos atingir tal patamar. Evidentemente, isso não é feito de imediato; afinal, para expandir o ensino médio é necessário antes, expandir o ensino fundamental; da mesma forma, o crescimento do ensino superior depende do crescimento dos níveis anteriores. Além disso, há diversas outras coisas que devem ser feitas, sempre respeitando, obviamente, a escala de tempo necessária. Afinal, a redução das taxas de reprovação

e a revalorização do magistério, esperando até que esta revalorização acabe por atrair para as salas de aulas os professores já formados e motive os jovens a seguir essa profissão, são coisas que não se fazem de imediato. Portanto, o aumento seria relativamente lento, mas chegaríamos a um bom ponto ao final de uma década.

Esse critério – crescimento ordenado e sequencial até, em dez anos, atingir a realidade que, àquela época, apresentavam os países da América do Sul mais avançados educacionalmente – necessitava de um financiamento. Alguns critérios nortearam a estimativa desse financiamento. Um deles, o mais simples de todos, era o seguinte: quanto do PIB, os países que superaram seus atrasos educacionais, e tinham atrasos educacionais similares aos nossos, aplicaram? A resposta, quando se olhava os dados sistematizados e divulgados pela Unesco, era da ordem de 10% do PIB. Não existia nenhum país que tivesse superado ou estivesse superando atrasos educacionais como os nossos sem aplicar cerca de 10% do PIB por alguns anos, até que uma nova realidade fosse atingida.

Outra maneira de estimar os recursos necessários era observar o percentual da renda *per capita* investido por aluno e por ano para manter um bom sistema escolar. Esse percentual é da ordem de 30%. Isso vale tanto para países ricos ou não, embora não valha para países muito pobres, que necessitam percentuais mais altos da renda *per capita* por estudante. Assim, na média nacional precisaríamos de 10% do PIB para a educação pública, com variações entre os vários estados: nos estados mais pobres, o percentual seria superior a esse; nos mais ricos, inferior.

Infelizmente, a proposta aprovada pelo Congresso Nacional reduziu aqueles 10% para 7%. Nosso sonho fora, então, desfeito, mas ainda não seria o pesadelo. De novo, infelizmente, o então Presidente da República, em 2001, vetou até mesmo esse

percentual já aprovado, juntamente com outros pontos, em especial aqueles que poderiam ser objetivamente mensurados. E o pesadelo voltou.

Conclusão

O ataque ao sistema educacional é muito amplo. Vale lembrar que o estado de São Paulo chegou a ter, bem recentemente, um secretário estadual de Educação Pública que... achava que a educação não deveria ser pública, publicando no *site* da Secretaria Estadual de Educação um artigo seu dizendo que o setor público devia cuidar só de justiça e segurança, e o resto os particulares que se virassem. E ele era o secretário de Educação Pública do estado de São Paulo. Quanto à posição dos mais recentes ministros da educação (estamos em meados de 2020), é desnecessário fazer comentários.

O ataque à educação pública passa pelos ataques, em geral, ao setor público. A Emenda Constitucional 95 é um exemplo marcante desse ataque. Com ela, os gastos públicos federais só podem aumentar de acordo com a inflação. Como no longo prazo o PIB aumentaria mais do que a inflação, então, percentualmente ao PIB, os gastos públicos cairiam. Caso os 20 anos seguintes à promulgação dessa emenda fossem iguais, em termos de crescimento econômico, aos 20 anos anteriores, acabaríamos, ao final do período, em uma situação equivalente àquela da década de 1980, quando o setor público dispunha de apenas pouco mais do que 20% do PIB.

É necessário lembrar que, embora a EC 95 diga respeito aos gastos da União, ela afetará estados e municípios igualmente, mesmo que esses não promulguem leis equivalentes. Como a emenda constitucional vai limitar os gastos federais, o governo federal vai, obviamente, reduzir a arrecadação, tanto porque é esse o objetivo básico da EC – reduzir o tamanho do Estado –

como, também, se ele vai reduzir os gastos, então precisará reduzir a receita. Como parte da arrecadação do governo federal vai para os estados e municípios, esses serão diretamente afetados.⁸

Essa situação de desmonte do sistema público, já tão combatido no Brasil, exige de todos nós uma intensificação da luta! E essa intensificação deve ser feita por meio das entidades representativas dos trabalhadores, dos docentes, dos cientistas, dos pesquisadores, enfim, de todas as pessoas que gostariam de construir um país realmente democrático, não apenas “no papel”, mas em todos os aspectos da vida. Devemos fortalecer nossas entidades e conquistar aquelas que ainda não são nossas, tanto por meio da militância como exigindo delas uma postura firme frente à dura realidade que vivemos.

⁸ Em números redondos, 25% do imposto de renda vai para os municípios e outros 25%, para os estados. O IPI é redistribuído da mesma maneira.

CAPÍTULO 3 – ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

Maria Lucia Fattorelli²

Boa tarde a todas e a todos! Cumprimento o caro professor Emerson Duarte, que está coordenando esta mesa; o professor Otaviano Helene, é uma honra compartilhar esta mesa com você; cumprimento nossos amigos que vieram de fora, os professores Francesco e o Fábio. É uma honra muito grande estar aqui, cumprimento a todos os amigos e amigas do Andes-SN. É uma honra estar aqui, hoje, falando para vocês sobre o tema orçamento público e o financiamento da educação superior.

Gostaria de iniciar falando do Sistema da Dívida porque quando se analisa o orçamento público, como se pode ver no folheto distribuído, a maior fatia é a fatia da dívida pública.

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Auditoria aposentada da Receita Federal e fundadora e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).



Nós, da Auditoria Cidadã da Dívida, iniciamos essa investigação da dívida pública há quase vinte anos e nos deparamos com mecanismos que criam dívida pública. Mecanismos que não significam ingresso de recursos públicos, ou seja, mecanismos segundo os quais o estoque da dívida aumenta, cresce, mas o dinheiro não chega ao orçamento público. Então, a partir da análise da existência desses mecanismos por meio da ferramenta da auditoria – que aplica técnicas para análise dos documentos primários, como contratos, acordos internacionais e nacionais, documentos dos refinanciamentos, dados oficiais –, nós comprovamos a existência desses mecanismos que geram dívida sem

contrapartida alguma. Então, a partir desse momento, criamos esta expressão: Sistema da Dívida.

Então, o que é o Sistema da Dívida? É essa geração de dívidas públicas sem contrapartida, por meio de mecanismos financeiros, de tal forma que o estoque da dívida aumenta, mas o recurso não ingressa nos cofres públicos. E mais, além de não representar ingresso de recursos nos cofres públicos, ainda representa uma contínua sangria de recursos. O Sistema da Dívida se reproduz internacionalmente – vimos o Sistema da Dívida principalmente no Equador e na Grécia, onde foram realizadas auditorias oficiais, mas também em vários outros países. O salvamento bancário na Europa é um exemplo clássico do Sistema da Dívida. O estoque da dívida dos países aumentou e os países não tiveram nenhum benefício de ingresso de recursos para poder investir.

E aqui no Brasil, entendo que atua o Sistema da Dívida mais escandaloso do planeta. A principal característica do Sistema da Dívida é a ausência de contrapartida e o maior beneficiário é o setor financeiro, são os bancos. Isso se repete também em todos os lugares onde atua. No Brasil, para se sustentar, o Sistema da Dívida exige continuamente o ajuste fiscal, as privatizações, as contrarreformas. Exige uma política monetária suicida, exercida pelo Banco Central, e contínuos novos mecanismos como o escândalo da chamada securitização de créditos, além das benesses tributárias. Com a PEC do teto (EC 95), depois eu vou falar mais dela, o ajuste fiscal ganhou *status* constitucional no Brasil e, em relação a essa questão do ajuste fiscal, cortam-se recursos da saúde, da educação, e vocês viram o contingenciamento que acabou de acontecer, que reduziu pela metade os recursos da Ciência e Tecnologia. Então, várias áreas ficam totalmente inviabilizadas. O contingenciamento é essa economia forçada que se faz, que já deixa o recurso reservado, ou seja, não vai poder gastar aquele dinheiro, e no final do ano, o que acontece? Toda sobra, de todas

as rubricas orçamentárias, passa-se o rodo e aquele dinheiro é destinado para pagar juros da chamada dívida pública.

No gráfico do orçamento federal, vocês podem ver que todo ano, quase a metade dos recursos é destinada a gastos financeiros, ou seja, a juros e amortizações da dívida pública. Essa rubrica inclui tanto o gasto com a dívida pública federal interna como externa. E nós, da Auditoria Cidadã da Dívida, somamos os juros com amortizações. Vou mostrar em seguida porque que a gente soma, e é muito importante explicar isso, porque essa tem sido a principal crítica que a Auditoria Cidadã da Dívida recebe, não só daqueles que têm ódio da gente elucidar, através de um gráfico, o privilégio da dívida, como também de outros que, às vezes, não se aprofundam nos estudos do orçamento executado, e não sabem que a maior parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse amortização. Vou explicar em seguida. Mas, no gráfico, eu queria mostrar, já que nós estamos falando do financiamento da educação, vejam, em 2018, qual o percentual que foi para educação? Menos de 4%. Isso vocês sentem na pele, não é? Houve uma redução: o percentual da educação já foi superior a 4%, o que é ínfimo também, mas agora é de 3,62%. A saúde também, apenas 4,07%, e a Previdência, que está aí no alvo da contrarreforma da PEC 6, ainda absorve quase um quarto do orçamento federal e atende a cerca de 100 milhões de brasileiros e brasileiras.

O alvo da reforma, quando o Guedes fala que quer economizar 1 trilhão de reais, o que ele está dizendo? Que, em 10 anos, um trilhão de reais vai deixar de chegar às rubricas da previdência e assistência social. E para onde irá esse 1 trilhão? Na página da Auditoria Cidadã divulgamos um vídeo de 1 minuto³ no qual o próprio Paulo Guedes declara que precisa de um trilhão, no mínimo, para alavancar a capitalização. Ele termina o vídeo assim: “É para isso

³ Acesso do vídeo em: <https://bit.ly/3g6l2qM>,

que a gente precisa de um trilhão”. Então, está descarado que o sacrifício que nos está sendo imposto por meio da PEC 6 vai ser todo transferido para os bancos, porque esse sistema de capitalização tem um alto custo de transição. E isso tem a ver com o orçamento público porque o recurso vai deixar de chegar a essas rubricas, às mãos das pessoas, e quando as pessoas recebem, elas não passam a especular com esse dinheiro. Esse dinheiro que recebem em benefícios da previdência e assistência social, as pessoas vão à feira, contratam uma faxineira, contratam um serviço, e essa outra pessoa que recebe volta na feira etc., de tal forma que toda a economia local se movimentam. Em mais de 70% dos municípios, a receita dos benefícios da Seguridade Social supera a receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), segundo estudo da Anfip.

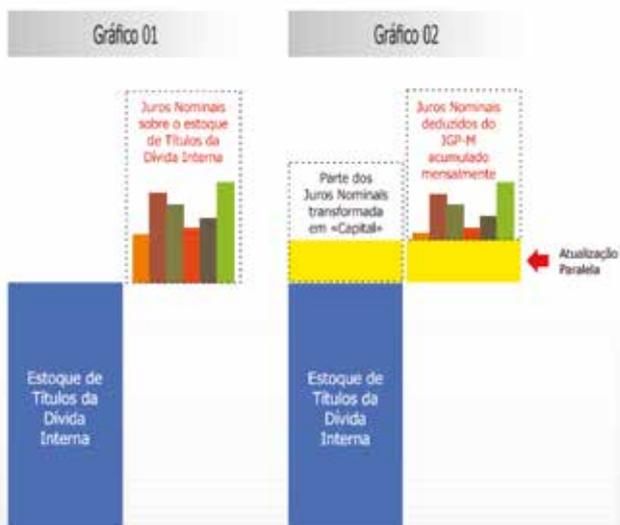
Bom, a questão da contabilização dos juros como amortização, como eu falei, é muito importante explicar, especialmente para vocês, nossos mestres, porque a crítica é pesada, cada vez mais pesada, em relação a essa questão do gráfico que divulgamos anualmente. O que descobrimos durante a assessoria à CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2009/2010)? Primeiro, verificamos que o valor dos juros pagos em cada ano, que está informado lá no Siafi,⁴ contabilizado como juros, era muito pequeno. Por que a gente fala que é pequeno? Porque a partir de uma conta conservadora e grosseira, tomamos o estoque da dívida interna no primeiro dia do ano, desprezando todo o crescimento da dívida naquele ano, e multiplicamos pela taxa média de juros da dívida interna divulgada pelo Tesouro Nacional. Ou seja, isso é uma conta grosseira, e bem por baixo, conservadora, porque usa o estoque no primeiro dia do ano e uma média da taxa de juros, e visa apenas obter um parâmetro, uma ordem de grandeza do montante de juros naquele ano.

⁴ Siafi é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, equivalente a um sistema de contabilidade pública oficial.

Quando comparamos o resultado dessa média conservadora com o valor dos juros da dívida registrado no Siafi – fizemos essa conta pela primeira vez na CPI, em 2008 – a diferença era gritante. Por exemplo, essa conta conservadora (do estoque da dívida no início do ano multiplicada pela taxa média dos juros) dava 215 bilhões de reais, porém, quando verificamos no Siafi, o gasto com juros alcançava apenas 110 bilhões. Uma diferença de 110 para 215. Quando vi isso, falei: “Eu, como auditora, trabalhei na Receita quase 30 anos, aqui tem um erro. ” Porque se tivesse dado uma diferença pequena, se poderia justificar uma margem de diferença, porque fizemos uma conta grosseira, conservadora, usando média de juros com estoque no primeiro dia do ano. Mas numa diferença de 110 para 215, afirmo que tem erro.

A partir daí começamos a procurar onde estaria o erro e descobrimos, conforme representado no diagrama:

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO



O estoque de títulos da dívida interna federal, representado em azul no diagrama, inclui vários tipos de títulos, e cada tipo paga um rendimento distinto. Então, se fôssemos desenhar a figura dos juros, ela seria representada como essas coluninhas de tamanhos diferentes. O que descobrimos? Todo ano se faz uma atualização monetária, paralela, de todo o estoque da dívida. Não tem sentido efetuar essa correção monetária, porque a correção já está embutida no valor dos juros nominais pagos aos detentores dos títulos da dívida. Se você compra um título indexado pela Selic, a atualização está lá dentro; se compra um título indexado IGP + X, ou IPCA + Y, a atualização está sempre dentro dos juros nominais, correto? Não tem lógica, mas ela é feita, como representado em amarelo no diagrama. Em seguida, são emitidos títulos públicos para pagar essa atualização paralela, que na verdade corresponde a grande parte dos juros. É por isso que a parcela dos juros informada no Siafi é pequena, pois só aquelas pontas das coluninhas são contabilizadas como juros, enquanto toda essa parcela dos juros pagos por esses títulos emitidos (representada em amarelo) é contabilizada como se fosse “amortização”. Deu para entender, então, porque o valor dos juros informados no Siafi é pequeno e o valor das amortizações é gigante? E mais estranho ainda: apesar da “amortização” gigante, em vez de diminuir, o estoque da dívida aumenta. Em determinado ano aparece lá uma amortização de 600 bilhões e a dívida, em vez de reduzir 600 bilhões, aumenta! Por que subiu? Porque todo aquele volume de títulos emitidos para pagar a parte dos juros (representado em amarelo no diagrama), está sendo contabilizada como se fosse amortização.

E por que isso é muito relevante? Mostrar a necessidade de somar as parcelas dos juros e das amortizações e representar a soma no gráfico do orçamento? Primeiro, porque o governo não dá a devida transparência de como é feita essa atualização paralela. Em 2017, por exemplo, o IGP foi negativo e foi feita atualização. Claro, a gen-

te até entende, isso aí é uma fraude? Então, ele não revela. Segundo, isso burla a Constituição Federal, porque o artigo 167, inciso III, diz que o limite para emitir título público são as despesas de capital. Quais são as despesas de capital? São investimentos ou amortização da dívida. Então, quais são as outras despesas? Despesas correntes, por exemplo, gasto com a manutenção da universidade, gasto com pagamento de professores, técnicos, gastos com saúde, e juros; juros são despesas correntes. Então, pela Constituição, é proibido emitir título para pagar despesa corrente. E, aí, a gente vê o privilégio da dívida. Por exemplo, faltou dinheiro para as universidades, está faltando, não está? O que está acontecendo com os orçamentos das universidades? Corta, corta, corta. Não tem dinheiro, corta. Não tem dinheiro para saúde, corta. Não tem dinheiro para Ciência e Tecnologia, corta. Corta tudo! E juro, que é despesa corrente? Não tem dinheiro também. Aí o que fazem? Emitem título, pagam, e contabilizam como se fosse amortização. Deu para entender? Eu fiz questão de dedicar um tempo a isso porque as críticas que temos recebido são pesadas. O *Estadão* chegou a publicar um gráfico sem o gasto da dívida, de tal maneira que a previdência ocupa 50%, é ridículo! Como se todos os títulos públicos emitidos só pudessem ser destinados ao gasto financeiro, como se não fosse legítima a contratação de dívida pública para investir em universidades, para investir em Ciência e Tecnologia, para investir em áreas que interessam à população. Essa é a mentalidade do privilégio financeiro. As telas que apresento ficarão disponíveis ao Andes e também na página da Auditoria Cidadã; podem usar à vontade, e tem vários links, como o do relatório que fizemos, denunciando isso ao Ministério Público Federal.⁵ Nada aconteceu! E o link⁶ de uma explicação do gráfico, mais fácil, que vocês podem usar.

⁵ Acesso ao link da denúncia em: <https://bit.ly/2MVSvfk>.

⁶ Acesso ao link da explicação em: <https://auditoriacidadada.org.br/explicacao/>.

Bom, estamos num dos países mais ricos do planeta e num cenário de escassez brutal. Com uma dívida interna que já supera 5 trilhões e meio de reais, a externa pública está em torno de 70 bilhões de dólares, mas a gente usa o dado da externa pública total, que é o dado, também, que o próprio Banco Central usa porque envolve a dívida das empresas que, no final das contas, o Banco Central é que vai ter a responsabilidade de conseguir esses dólares. O orçamento federal previsto para 2019, que é um orçamento no valor de R\$ 3,262 trilhões, reserva 44% para a dívida, enquanto para os servidores públicos ativos e aposentados, R\$350 bilhões. Estamos sendo tratados pela mídia como os responsáveis pelo rombo das contas públicas, então, é preciso divulgar mais esse dado. Onde é que está o rombo? O gasto financeiro é mais de 4 vezes superior ao gasto com todos os servidores públicos ativos e aposentados. O gasto com a Previdência Social é menos da metade do que se gasta com a dívida. E olha aí o Brasil amarrado, apenas R\$ 36 bilhões previstos para investimentos. O que fez a dívida crescer foi o gasto com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida.⁷

De 1995 a 2015, produzimos R\$ 1 trilhão de superávit primário, o que quer dizer isso? O que arrecadamos de tributos (que são as receitas primárias) foi R\$ 1 trilhão maior que o que gastamos com as despesas primárias (despesas com todos os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público e todos os serviços prestados à população: educação, saúde, previdência e assistência etc. Fica de fora da primária só a despesa financeira com a dívida, basicamente). Então, durante esses 20 anos, o que arrecadamos de tributos superou em R\$1 trilhão tudo que gastamos nas despesas primárias: um trilhão! E o que

⁷ Acesso ao artigo que explicita o crescimento da dívida em: <https://bit.ly/2N8ubn0>.

aconteceu com a dívida nesse período? Saltou de R\$86 bilhões para R\$4 trilhões. Então, o que adianta a gente ficar vendendo as nossas empresas nas privatizações, ficar cortando nos gastos sociais? O problema está no gasto financeiro, sempre esteve. Esse dado escancara onde é que está o problema das finanças públicas no Brasil. Não está na previdência, não está no gasto com servidores; descaradamente está na dívida pública, na chamada dívida pública.

E onde é que está o déficit? O *déficit* está no Banco Central. E nós estamos defendendo a tese de que é o custo da política monetária que tem provocado essa crise que nós estamos vivendo. A partir de 2013, o Banco Central começou a subir a taxa básica de juros, a Selic. Lá em 2013 a taxa estava em 7,25%, e o Banco Central foi elevando de 0,25 em 0,25, às vezes mais, para 7, para 8, para 9, para 10, para 11, 12, 13, 14, chegou em 14,25% a taxa básica, e ficou em 14,25% por mais de um ano. Ao mesmo tempo, o Banco Central começou a aceitar o depósito de toda sobra de caixa dos bancos e remunerou essa sobra diariamente. Quando eu falo sobra de caixa dos bancos, estou falando daquele dinheiro que os bancos não conseguem emprestar. E por que eles não conseguem emprestar? Porque eles querem juros de 200% ao ano para cima, então empresa nenhuma tem coragem de pagar esses juros. Quem precisa e entra, acaba quebrando, porque não dá conta, não tem retorno para cobrir o custo financeiro de um empréstimo bancário. Vocês têm ideia de qual foi o volume que alcançaram, no final de 2015 e início de 2016, esses depósitos voluntários que o Banco Central aceitou? Chegou a R\$1 trilhão, em janeiro de 2016. No final de 2015 já estava chegando aí, já estava em mais de R\$ 900 bilhões.

Imaginem o que isso provocou na economia! Não precisa ser economista para entender isso. Com aquela taxa de juro básica, Selic, em 14,25%, quando o mundo inteiro estava praticando

taxa de juro zero ou negativa desde a crise de 2008, o que os bancos fizeram? Jogaram todo o seu dinheiro no Banco Central, para receber remuneração diária, pela Selic alta, ou até um pouco mais. O que isso provocou na economia? Quando as indústrias médias ou pequenas (porque as únicas que têm capital de giro são as grandes) que dependiam do capital de giro do banco, e que o banco deixava com as empresas durante alguns dias, dependendo caso – 10, 15 dias, até um mês – secou, foi reduzido, a partir de 2015, para menos de 30%. Então, a empresa não tinha acesso a crédito porque os bancos preferiam receber remuneração diária elevada, paga pelo Banco Central.

O que é que vocês acham que aconteceria com a economia brasileira, se o Banco Central parasse de remunerar essa bolada, que agora já está em R\$1,2 trilhão? O que vocês acham que ocorreria se esse dinheiro estivesse nos bancos? Os bancos iriam querer ficar com esse dinheiro parado, dentro da gaveta? O que os bancos iriam querer fazer? Emprestar, lógico! Para emprestar, o que eles teriam que fazer? Baixar o juro. O que seria da economia brasileira irrigada com R\$ 1 trilhão a juro baixo? Adeus, crise! Adeus, justificativa para reforma da previdência! As empresas passariam a ter recursos para funcionar, gerariam emprego, a arrecadação das contribuições sociais iria aumentar. Então, fica evidente que essa crise foi provocada, foi fabricada. E não foi só isso não: juro alto e remuneração da sobra de caixa dos bancos. Houve também prejuízos com *swap* cambial: de setembro 2014 a setembro de 2015 foram R\$ 207 bilhões de resultado negativo com *swap* cambial. É um escândalo. E ainda não foi só isso. Em 2015, emitiram R\$ 480 bilhões de títulos públicos, além do necessário para rolar a dívida, deixaram o dinheiro na caixa único do Tesouro Nacional, e ficaram pagando juro desses títulos, porque depois que emite o título e vende, no dia seguinte já passa a surgir a obrigação de pagar juros. Nenhuma economia

suportaria esse conjunto de medidas nocivas ao mesmo tempo. Essa operação provocou aumento dos juros de mercado para patamares abusivos, devido à escassez de moeda provocada pela própria autoridade monetária. Além disso, houve explosão da dívida interna, porque para justificar a remuneração aos bancos, o Banco Central aceita o depósito voluntário, e entrega títulos da dívida para os bancos. Assim, R\$1,2 trilhão da dívida interna federal atualmente está nessa operação, servindo só para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Pergunto a vocês: isso é dívida? Claro que não! Isso é Sistema da Dívida! Quando a crise estava sendo fabricada, a dívida cresceu R\$732 bilhões em apenas 11 meses de 2015, e os investimentos federais não chegaram a R\$10 bilhões. O que significa isso? Esses R\$732 bilhões se destinaram ao pagamento de juros, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, a cobrir o prejuízo do *swap*, todos mecanismos que geram dívida sem contrapartida. Isso é o Sistema da Dívida.

O que é que explica o cenário de crise e de escassez que estamos vivendo, se temos mantido cerca de R\$ 4 trilhões em caixa? Segundo dados oficiais, em dezembro de 2018, tínhamos R\$ 1,27 trilhão no caixa único do Tesouro Nacional, vocês sabiam disso? Isso é munição para o Andes, para argumentar nas reivindicações com o governo. Há R\$ 1,27 trilhão no caixa único do Tesouro: que dinheiro é esse? É dinheiro de títulos emitidos em excesso para formar colchão de liquidez; dinheiro de excesso de arrecadação que, apesar da crise, estamos tendo; dinheiro que não chega a ser gasto por causa da PEC do teto, tudo isso fica lá reservado para pagar juros aos rentistas. Tínhamos R\$ 1,13 trilhão no Banco Central, remunerando a sobra de caixa dos bancos, e tínhamos cerca de R\$ 1,5 trilhão a mais em reservas internacionais. Tudo isso é dinheiro na gaveta – dinheiro na gaveta – e os estados à míngua, os municípios à míngua!

É necessário compreender a natureza da crise que está acontecendo aqui no Brasil. Porque se a gente não compreender, o discurso do governo é fatal! O governo chega e fala: Não tem dinheiro! Não tem dinheiro! Tem que fazer reforma! Ontem, eu saí do Congresso, da Câmara dos Deputados, depois das 9 horas da noite. O professor Osmar esteve lá com a gente, e quando entregamos os folhetos da Auditoria Cidadã da Dívida com o gráfico do orçamento para aqueles parlamentares novatos, eles olharam e perguntaram: “Mas isso aqui é verdade?” A gente diz: “Sim, pode verificar aqui, a letra está pequenininha mas pede para sua assessoria entrar nesse link, é só clicar e o senhor vai chegar no dado oficial. Só que é um calhamaço do orçamento. A gente traduz para esse gráfico aqui, mas o senhor vai chegar no dado.” E, aí, ele fala: “Não, mas a reforma da previdência tem que acontecer porque não tem dinheiro”. Gente, invariavelmente, todos falam a mesma coisa, pois é o que o jornal fala todo dia, é o que o governo fala todo dia, o que os ministros falam todo dia. Como não tem dinheiro, se nós temos mantido quase R\$ 4 trilhões em caixa? E, além dos R\$ 4 trilhões, há que atentar para o gasto que provocou essa crise aqui no Brasil.

Quais as razões para uma crise no capitalismo? Quais as principais razões de uma crise no capitalismo? Eu fui pesquisar isso até em livros estrangeiros. Primeiro, quebra de bancos: é a principal causa, que inclusive foi a causa da crise do *subprime* nos Estados Unidos, a crise estava instalada nos bancos. Na Europa também, a crise estava primeiro nos bancos e, aí, foi transferida para os países. Nós tivemos quebra de banco aqui no Brasil? Banco, aqui, lucra o que não se lucra em lugar nenhum do planeta. Segundo motivo, adoecimento da população, pestes etc., de tal forma que não tem gente para trabalhar. Não tivemos isso aqui. Tivemos quebra de safra? Ao contrário, recordes. Tivemos guerra? Também não. O que provocou a crise? A gente não encontra a causa. Por que as

empresas começaram a quebrar? Essa crise veio da quebra de indústrias. Começou com a quebra de indústrias por causa do custo do dinheiro. Indústria, para funcionar, tem que ter dinheiro para comprar matéria-prima, máquina, para investir em pessoal, em tecnologia, em galpão etc. Até que produz, distribui, vende e recebe, quem financia todo esse ciclo? Indústria não sobrevive sem recursos. E mais, quando a indústria quebra, afeta toda a cadeia, pois toda indústria adquire insumos de várias outras indústrias: uma que quebra leva um monte de indústrias à quebra também. Quando a indústria quebra, vem o desemprego, afeta o comércio, porque aqueles produtos deixaram de ser produzidos, não chegam no comércio. Então, tudo decorre desse desajuste financeiro provocado pela política monetária do Banco Central.

E mais, enquanto o PIB caiu mais de 7% em dois anos, em um país riquíssimo como o Brasil, e tivemos quebra de indústria, quebra de comércio, desemprego recorde, o que aconteceu com os bancos, em 2015? O lucro dos bancos foi 20% superior ao que eles tiveram em 2014. O lucro dos bancos chegou a R\$ 96 bilhões em 2015 e eles ainda fizeram uma reserva exagerada, uma provisão, de R\$ 187 bilhões, ou seja, o lucro mesmo foi de quase R\$ 300 bilhões, mais de três orçamentos anuais da educação! Banco produz riqueza? De onde veio todo esse lucro? Não foi só dos empréstimos, não, porque eles estão emprestando muito pouco; o dinheiro deles está no Banco Central. Esse lucro dos bancos veio dos mecanismos que geram dívida para gente pagar e o dinheiro vaza para o mercado financeiro.

Então, fazendo uma análise sistêmica de tudo isso que eu falei até agora, a crise foi fabricada pela política monetária do Banco Central que beneficiou bancos: taxas de juros mais altas do mundo; redução da base monetária com a operação compromissada; escândalo do *swap* cambial, produzindo prejuízo de R\$ 207 bilhões em um ano; prejuízos operacionais do Banco Central, que

só em 2016 foi de R\$ 250 bilhões; vocês viram isso em algum jornal? Não, isso não é divulgado! Adicionalmente, houve o excesso de emissão de títulos para fazer colchão de liquidez. Fabricaram a crise, e essa crise está servindo de justificativa para diversas medidas adotadas “para contornar a crise”. A primeira delas, a PEC do teto, que estabeleceu o teto de gastos para todas as despesas primárias e deixou de fora do teto o gasto financeiro com a dívida pública. As contrarreformas, as privatizações, o esquema da securitização, a autonomia do Banco Central, para que ele fique livre para realizar essa política monetária suicida!

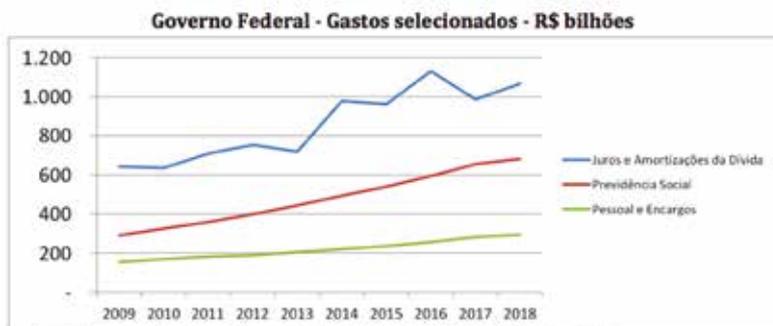
A emenda do teto, todo mundo sabe, foi a principal restrição que, inclusive, está amarrando os gastos da saúde e da educação. As despesas financeiras ficaram de fora. Na época da tramitação, a Auditoria Cidadã apresentou denúncia ao Senado Federal do que isso ia representar e do escândalo da dívida ter ficado de fora. Nós fizemos uma mobilização lá que, inclusive, tinha pessoas do Andes participando com a gente. No Senado, abordamos diversos senadores, perguntando a eles: “Senador, o senhor sabe o que é despesa primária?” Isso porque a PEC só estabeleceu teto para as despesas primárias. Só me arrependo de não ter encontrado alguém para filmar, porque eles não sabiam! Não adiantou nada, o Senado ficou surdo.

Nesse contexto de congelamento, o quadro é de inviabilização do dever do Estado com a saúde e com a educação porque, de acordo com a ONU, a nossa população vai aumentar 20,8 milhões de pessoas nos próximos anos, alcançando 228 milhões em 2030. Como manter o mesmo gasto com a educação, com esse aumento da população? É evidente que vai haver sucateamento, já está havendo, no primeiro ano de vigência da PEC. Com os valores corrigidos somente pelo IPCA esse investimento fica inviabilizado. O maior problema da PEC é que ela transformou aquela garantia de piso mínimo, que nós tínhamos na nossa Constituição,

em teto. Então, antes, a Constituição dizia: vai gastar daqui desse piso para cima, com a PEC, agora, vai gastar desse teto para baixo. Olha essa mudança brutal! E nos próximos 20 anos, o orçamento real da arrecadação, decorrente do crescimento econômico no período, será destinado exclusivamente para gastos relacionados com a dívida pública, enquanto a destinação dos recursos para as áreas sociais não poderá ultrapassar o teto. Então, as áreas da saúde e da educação são as mais atingidas, e aí está uma violação direta dos Direitos Humanos fundamentais porque se desconsidera o aumento da população e as carências sociais elementares.

Vou saltar algumas telas para encerrar no tempo, mas o material completo fica disponível na página de palestras do *site* da Auditoria Cidadã da Dívida.⁸

O rombo das contas públicas não está nos gastos com pessoal, nós fizemos a evolução de 10 anos de gastos com pessoal, com previdência social e com dívida, vejam:



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais/ERED> - Series Históricas - Por Função e por GND
Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacom/>
Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional.

O gasto com pessoal é a linha verde, ela sobe uma rampa muito suave. O gasto com a previdência está um pouco mais íngreme,

⁸ Acesso às palestras pelo link: <https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/palestras/>.

porque diante da ameaça de reforma muita gente acelerou e correu para se aposentar. Agora, qual o gasto que vocês estão vendo que está totalmente indisciplinado, dando pulos de um ano para o outro? É o gasto financeiro com a chamada dívida.

Nesse cenário de escassez, aquela operação de remuneração diária da sobra de caixa dos bancos consumiu R\$ 754 bilhões nos últimos dez anos, segundo balanços do Banco Central. Se corrigirmos esse valor, chegamos perto do R\$ 1 trilhão que o Guedes quer “economizar” com a reforma da previdência.

O grande capital já não quer mais apenas os juros e esses mecanismos fraudulentos que produzem dívida. Ele quer ir além, com a tal da Securitização de Créditos. E esse esquema vai afetar muito a educação porque esses percentuais que a educação tem direito, percentuais mínimos do orçamento para a educação vão ficar afetados. O que esse esquema faz? Os créditos tributários pagos pelos contribuintes à rede bancária não chegarão totalmente aos cofres públicos, porque esse esquema cria uma trava bancária no meio do caminho, que desvia parte dos recursos durante o seu percurso pela rede bancária.



CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



Há vários materiais⁹ sobre esse mecanismo fraudulento em nosso *site*. Eu não poderia deixar de falar nele, porque o PLP 459 ainda não foi aprovado e o Andes tem dado uma força grande, divulgando, participando da mobilização, o professor Osmar tem estado com a ACD no Congresso. Esse esquema é infame, pois cria novas empresas estatais para operar esquema fraudulento, enquanto Petrobras, Eletrobras, Casa da Moeda etc. estão sendo privatizadas. As novas empresas estatais criadas para operar o esquema estão servindo de fachada para a contratação ilegal de dívida pública, e essa dívida pública é paga por fora, com recursos desviados durante o seu percurso pela rede bancária. Nesse contexto de crise fabricada, Bolsonaro traz a reforma da previdência, que não é o objetivo aqui da minha fala, mas eu deixei aqui algumas telas que já tenho preparadas, vários artigos, e, depois, no debate, se desejarem, podemos detalhar mais.

Para concluir, toda essa nossa luta da Auditoria Cidadã não é feita porque a gente quer ser especialista em dívida, ou treinar

⁹ Acesso aos materiais por: <https://bit.ly/2WAKhJq>.

peças em nosso curso a distância para se tornarem especialistas em dívida, não é. É porque esse Sistema da Dívida tem sido um dos principais responsáveis pelo cenário de escassez aqui no Brasil. O Brasil é uma das maiores economias do mundo, porém, tem a pior distribuição de renda do planeta e ocupa a 79ª posição no IDH medido pela ONU. Isso não é aceitável porque a nossa realidade é de abundância em todos os sentidos. Esse cenário de escassez é produzido, é fabricado por essas políticas erradas. Acreditamos que se houver uma conscientização efetiva da população, podemos mudar esse cenário. Gosto de usar essas palavras cenário e realidade, porque cenário, se a gente quiser mesmo, o que a gente faz com ele? Muda, arranca e joga fora, certo? Então, deixo essa mensagem: é urgente sairmos do cenário de escassez, que não é acaso, ele é produzido por esse modelo econômico errado.

Estratégias de ação. Primeiro, conhecer essa realidade. Se as pessoas não souberem o que é política monetária e como ela está sendo aplicada no Brasil; o que é o Sistema da Dívida; como o modelo tributário está todo invertido, elas vão ficar acreditando – como os parlamentares lá estão acreditando – que não tem dinheiro, não tem jeito. Mas é claro que tem! O problema do Brasil não é e nunca foi a Previdência! Nosso problema é o modelo econômico errado, sustentado principalmente por política monetária suicida, pelo modelo tributário regressivo, pelo Sistema da Dívida e pelo modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente. Então, precisamos criar uma grande mobilização consciente e partir para ações concretas. Nesse sentido, estamos juntos com o Andes. Muito grata!

CAPÍTULO 4 – DÍVIDA PÚBLICA, PARASITISMO PRIVADO E SUBDESENVOLVIMENTO¹

José Menezes Gomes²

Boa noite a todos e a todas. Em primeiro lugar, queria confessar que tenho uma grande dívida com o Andes. Entrei na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1982 e, naquele momento, ocorreu uma greve contra a cobrança de mensalidade, ou seja, é bom a gente lembrar sempre isso, que esse sindicato teve e continua a ter um papel decisivo na defesa da universidade pública, da qual tanto precisei. Ao entrar neste auditório recordei nomes importantes dessas lutas como Edmundo, Márcio e Cristiano. Para a defesa da universidade e dos direitos dos trabalhadores, esse sindicato sempre prezou pela independência política e por seu caráter classista.

Bom. O tema da dívida fez parte da minha trajetória acadêmica sem uma programação prévia. Quando fui fazer mestrado

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Professor da Ufal, coordenador do núcleo alagoano pela auditoria cidadã, membro da Rede de Cátedras sobre a Dívida Pública.

em Campina Grande, em 1989, eu não tinha nenhuma intenção de tocar nesse tema. Mas fui estudar os programas de desenvolvimento regionais integrados e ao falar com um consultor do Banco Mundial, que também era professor, ele falou: “Olha! Esqueça isso! Esses projetos só servem para atrair dólar para o pagamento da dívida externa.” Então, tive que mudar meu objeto, e acabei falando sobre o papel do Estado, desindustrialização e dívida pública. Aí, fui fazer doutorado com o professor da USP Osvaldo Coggiola e estudar o Plano Real. Novamente, quando começo a analisar a evolução da dívida pública depois de 1994, esse tema atropelou-me novamente. Em seguida, fui fazer pós-doutorado com o Marcos Costa Lima, sobre fundos de pensão e, mais uma vez, esse tema voltou, ou seja, esse tema perseguiu-me, nesse sentido. Mas cada etapa dessa mostrou uma complexidade, já que parte da previdência dependia dos rendimentos dos títulos públicos.

O que eu vou procurar tratar aqui é a usura, dívida pública e usura financeira. Para tanto, terei como ponto de partida o resultado de uma pesquisa que estou concluindo, com um grupo de alunos na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em Santana do Ipanema. Nessa pesquisa, pegamos uma planilha do Senado Federal com todos os empréstimos externos dos estados, de 1948 a 2001, deflacionamos, separamos por estado, procurando ver quais os emprestadores. Para sabermos porque os estados entraram em colapso em 1997, é fundamental vermos os dados aqui levantados. Dentro disso, vimos que na maioria dos estados, mais da metade dos empréstimos feitos não tinha sequer o nome do emprestador; não tinha, também, o prazo de carência; não tinha a taxa de juro; não tinha, nem mesmo, o objetivo dos empréstimos. Tendo em vista que esses empréstimos externos tiveram um grande papel na atual dívida dos Estados, considero importante que se faça esse debate em cada Estado

porque poderá explicar parte dos problemas de financiamento dos serviços públicos, atualmente.

Para entendermos esse processo de endividamento público atual, temos que refletir sobre o processo de afirmação do capitalismo nos países centrais e a crise do capitalismo nas várias etapas. Para tratar deste tema sempre lembro como o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais resultou, também, das várias modalidades de saque aos países subdesenvolvidos.

A palavra usura nos remete ao capital usurário, que antecedeu ao capital industrial. Para a expansão do capital industrial, especialmente na Inglaterra, tivemos a acumulação primitiva, a formação da propriedade privada e o surgimento do trabalho assalariado. A criação das condições de extração de mais-valia vai resultar na acumulação de capital. Todavia, a exploração das colônias permitiu o saque de ouro e prata que ajudou na sua conversão em capital industrial na Europa.

Temos que lembrar que na América já existiam civilizações (Incas, Maias etc). A América não foi descoberta, foi invadida e saqueada enquanto se praticava um genocídio com a população originária, transformando essas terras em propriedade das Coroas e, depois, em latifúndios para a produção de matérias-primas para exportação. O que temos agora são formas mais evoluídas de dominação. O saque foi substituído, em seguida, pela extração de mais-valia. Todavia, os mecanismos do sistema da dívida tornaram isso ainda mais acelerado, porém mais encoberto. Agora, nós temos muito mais dificuldade de perceber do que na fase do saque convencional porque os mecanismos são novos.

Nesse processo, os Estados Unidos representam a figura clássica de uma nação rentista, como Lenin se referia (*Staat-Rentner*). Precisamos saber como aquele país se transformou num Estado Rentista. Nessa direção, aquele país surge como

parte da política colonial praticada pela Inglaterra, antiga grande potência industrial e financeira, que, ao tornar-se independente, se transformou na nova potência imperialista, no começo do século XX. É bom lembrar que esse território era habitado por nações indígenas que foram dizimadas pelo gasto militar realizado por aquele novo Estado e por uma dívida pública que esteve presente desde os primórdios daquela nação.

Em linhas gerais, o desenvolvimento do capitalismo na Europa resultou, também, do saque sobre os países coloniais ao mesmo tempo que se aperfeiçoavam os mecanismos de extração de mais-valia com a revolução industrial. Então, só lembrando, parte da exploração colonial com o trabalho escravo, especialmente do ouro e da prata da América e da África, servia para impulsionar a Revolução Industrial ou o aprofundamento da extração da mais-valia.

Só que vai chegar o momento em que esse capitalismo começa a entrar em crise e passa a ser exportado, gerando um ciclo de endividamento externo nos países coloniais. Então, não podemos falar da dívida dos estados subdesenvolvidos sem ligá-la ao ciclo de desenvolvimento e crise dos países centrais. Esse tema foi bem explicado por Barry Eichengreen num livro que tratou exatamente do processo de desenvolvimento nos países centrais, a ocorrência da crise capitalista e os ciclos de endividamento dos países subdesenvolvidos. Ou seja, é parte do processo de crise da reprodução do capital que, ao chegar num impasse, é exportado para os países subdesenvolvidos, impulsionando o endividamento externo que, em seguida, se converte em dívida pública. O impasse na reprodução do capital leva a busca pelos empréstimos, feitos aos Estados ou com garantias estatais, a ser o principal objetivo desses banqueiros.

É bom lembrar que as grandes navegações e a política de colonização resultaram do endividamento do Estado português,

junto ao capital usurário. Todavia, a montagem do sistema colonial era parte importante para os países que se industrializaram, pois as colônias produziam matérias-primas, importavam bens industriais e forneciam ouro e prata. Essa política, por exemplo, impulsionou a Inglaterra em sua Revolução Industrial.

Quando observamos o mapa do Brasil e comparamos seu território com os países da Europa, podemos ver as consequências da condição colonial que tivemos e que se reproduziu mesmo durante a fase de industrialização subdesenvolvida. Podemos observar que no território brasileiro caberiam quase todos os países da Europa (excluindo a Rússia). Vejamos bem, a Alemanha, que é a quarta economia do mundo, é do tamanho de Mato Grosso do Sul; o Reino Unido, que foi durante um tempo a grande potência, é do tamanho de São Paulo; a Espanha é do tamanho de Minas Gerais; a França da Bahia, a Itália é do tamanho do Maranhão. Maria Lúcia, falou antes que o Brasil possuiu os principais recursos naturais do planeta. O Brasil, por sua vez, tem mais recursos que todos esses países. No entanto, o Produto Interno Bruto da Europa é muitas vezes maior que o do Brasil. Parte desse fenômeno pode ser explicado pelo nosso passado colonial e pelo modelo de desenvolvimento dependente e associado, em prática, especialmente, depois do Golpe Militar.

Esse processo de submissão ao sistema da dívida começou com a proclamação da independência, quando o Brasil se tornou independente de Portugal e tomou dinheiro emprestado à Inglaterra para pagar a Portugal. Dessa forma, saímos da dependência política de Portugal e nos tornamos dependentes financeiros da Inglaterra. Mais à frente, em 1864, o país tomou novo empréstimo para fazer a Guerra da Tríplice Aliança e destruir o Paraguai, que era o grande concorrente da Inglaterra. Tanto o Brasil quanto a Argentina fizeram empréstimos em Londres para essa finalidade.

O resultado disso foi o extermínio de 80% da população masculina do Paraguai. Ao final da Guerra, em 1870, o Brasil interveio no novo governo e o Paraguai também se endividou com Londres para pagar indenizações de guerra. Tive acesso a um estudo que mostra que o endividamento do Brasil, vindo da Guerra da Tríplice Aliança, no final do século XIX, gerou impacto sobre o orçamento público. Com isso, o Brasil ajudou a destruir um futuro concorrente da Inglaterra no continente e, ainda, comprometeu a intervenção do Estado no investimento das políticas públicas que poderia ter modificado o quadro econômico e social. Então, nós saímos da dependência política e passamos à dependência financeira. E, mais recente, saímos da Inglaterra e passamos para os Estados Unidos, ou seja, nós continuamos na mesma direção. Tanto na fase colonial quanto na fase atual, o Brasil funcionou como um espaço de extração de riqueza e de transferência dessa riqueza para os países centrais. Desta forma, os países centrais foram os grandes beneficiados, seja saqueando riqueza direta (ouro e prata), extraíndo mais-valia, seja recebendo juros do serviço da dívida pública.

O termo usura fica claro quando observamos o quanto é cobrado de juros no Brasil: cartão de crédito rotativo, 386%; cartão de crédito parcelado, 163%; cheque especial, 300%. Para os estrangeiros presentes, essas taxas parecem estranhas. Todavia, esse é o cotidiano para todos que não são capitalistas no Brasil. Quando se trata dos grandes capitalistas, temos taxas de juros subsidiadas pelo BNDES que variam de 6 a 7% ao ano. Ou seja, o sistema de crédito no Brasil funciona como um moderno sistema de extorsão feito pelo sistema bancário. Nesse processo, as unidades federativas passam por um sistema de extorsão semelhante, exercido pela União.

O processo de trabalho gera a riqueza e parte dessa riqueza é apropriada na forma de mais-valia pelos agentes privados. É

bom lembrar que a parte principal da receita do Estado vem dos tributos que recaem sobre o trabalho necessário (salário) e sobre o trabalho excedente (mais-valia). Para esse processo ocorrer, foi necessário o surgimento da propriedade privada e, por sua vez, do trabalho assalariado, além da constituição de um exército industrial de reserva. Tudo isso levou à formação do capital industrial, tendo como objetivo sua valorização mediante a exploração do trabalho. Todavia, na crise da reprodução do capital, aparecem as formas rentistas próprias da era do capital monopolista.

Sobre o processo endividamento, especialmente dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, que cito na minha tese, dizia que um país era mais rico quanto mais endividado fosse. Percebam que os principais momentos de crescimento da atividade econômica nos Estados Unidos ocorrem em 1790, depois com a guerra civil, depois da Primeira Guerra, Segunda Guerra, ou seja, todos momentos marcados pelo crescimento do endividamento público. Nos EUA, o endividamento coincidiu com as etapas de crescimento da economia. No caso do endividamento da Espanha, podemos ver que a dívida cresceu também durante o século XIX.

Estados Unidos, país rentista clássico, tem metade do seu orçamento para os gastos militares e outra grande parte destinada ao pagamento do serviço da dívida. Esse país tem uma dívida pública que corresponde a 100% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Quando somamos os gastos militares como serviço da dívida, observamos que representam mais de 60% do orçamento. Vale lembrar que esses gastos militares servem para a defesa dos grandes grupos monopolistas estadunidenses na busca do mercado mundial.

Quando analisamos a dívida pública bruta da Argentina, podemos ver que a trajetória em sua fase de expansão, durante

o regime militar, resulta da prática de juros flutuantes. Sendo assim, a fase marcada pelo Plano Cavallo foi o momento da verdadeira explosão dessa dívida. Grande parte dessa dívida argentina veio da experiência de convertibilidade, quando um dólar era igual a um peso. Esta expansão vem tanto da criação da âncora cambial, como da saída dela. A dívida pública brasileira teve trajetória parecida com a da Argentina, tendo como grande acelerador o Plano Real. Esta lógica da política de estabilização que surge na América Latina é muito parecida com a política de juros altos da era Reagan, quando subiram a taxa básica de juro de 5% para 20%.

No estudo que estou fazendo, com vários pesquisadores, sobre o balanço de pagamentos, podemos observar que o endividamento externo não é mais algo relacionado apenas aos países subdesenvolvidos, mas, também, aos países desenvolvidos. Ou seja, os Estados Unidos têm um *déficit* de balanço de pagamento gigantesco. Todavia, esse país emite a moeda que se mantém aceita nas transações internacionais. Sendo assim, com papel e tinta se emite dólar, o que dá vantagem a eles, mesmo possuindo a maior dívida do mundo. Além disso, os principais países do mundo mantêm parte de suas reservas cambiais em títulos do Tesouro dos EUA.

Quando observamos o mapa dos EUA, em relação à expansão territorial, podemos observar que grande parte daquele território resultou, primeiro, do extermínio de indígenas e de guerras, especialmente contra o México. Além disso, os EUA transformaram Porto Rico em colônia. Estive lá recentemente para participar de uma atividade do CADTM e tive que tirar visto para os Estados Unidos para poder chegar a San Juan. Trata-se de uma colônia dos EUA que, no entanto, não está submetida à política monetária americana e que tem um sistema de endividamento muito parecido como os demais países subdesenvolvidos. Por-

to Rico está endividado com os fundos abutres e o sistema de securitização chamado de Cofina, semelhante ao existente da Grécia e em vários estados brasileiros. Os demais países não são colônias formais, mas estão submetidos ao mesmo sistema de dominação existente em Porto Rico.

Mas o que eu quero destacar é, exatamente, esse componente (Fábio já havia colocado antes, eu só quero localizar, isso aqui). Ao mesmo tempo que se introduziu o neoliberalismo na Inglaterra e nos EUA, tivemos a política de juros altos, de modo que a taxa de juro, que era de 5%, subiu para 20% ao ano. Tal fato elevou a dívida de todos os países, o que acabou levando às moratórias mexicana e argentina, em 1982. O objetivo daquela política monetária era tornar os títulos americanos desejados, combater a inflação americana e retomar a hegemonia do dólar. Isso acabou levando à explosão das dívidas externas e à conversão de dívida externa em dívida interna no Brasil. A desregulamentação financeira, em seguida, permitiu a expansão dos produtos financeiros e da esfera financeira em relação à atividade produtiva. Em 1987, ocorreu no Brasil uma moratória dessa dívida.

Houve uma dissociação entre a esfera produtiva e a financeira, especialmente a partir do início de 1980. Parte desse processo pode ser entendido pela queda da taxa de lucro nos EUA, pela elevação da taxa de juro e pelo fortalecimento dos fundos de pensão, que passaram a ter um papel cada vez maior no mercado de ações. Com a expansão dos fundos de pensão, estes passaram a ter um papel cada vez mais forte nas bolsas de valores e na compra dos títulos da dívida pública.

Para a luta de classes, a expansão da previdência privada representou um novo paradoxo, já que a garantia das aposentadorias e pensões no futuro passou a depender da disputa pela mais-valia no mercado de ações e pela compra dos títulos públicos. Esses fundos, ao possuírem ações de grandes empresas, passam

a compor o conselho dessas empresas e a participar, junto aos capitalistas, na gestão das empresas e, por sua vez, a atuar no sentido de aumentar o grau de exploração dos demais trabalhadores. Ou seja, são trabalhadores contra outros trabalhadores, quebrando a solidariedade de classe. Os trabalhadores do Banco do Brasil, que tem a Previ, tinham o controle acionário da Valepar, sendo gestores da Vale do Rio Doce. Tal fato significa que os trabalhadores do Banco do Brasil, que possuem fundo de pensão, estão na gestão da Vale para aumentar seus dividendos, fruto do aumento do grau de exploração. Significa exatamente que um trabalhador para garantir o seu futuro com o fundo de pensão vai explorar outros trabalhadores.

Os lucros das corporações americanas passam a vir mais das aplicações financeiras do que da produção. Tudo isso pode ser explicado pela queda da taxa de lucro industrial, de um lado, e pela elevação dos rendimentos dos títulos públicos comprados também pelas grandes empresas, do outro. Ao mesmo tempo, parte do capital produtivo dos EUA se desloca para a atuação em setores antes exercidos pelo Estado. Vimos, também, que parte da mais-valia extraída em outros países por suas transnacionais é remetida para os EUA como remessa de lucro.

Houve uma queda da taxa de lucro, que foi aprofundada em 1980. Em outras palavras, o neoliberalismo começa justamente quando se acentua a queda da taxa de lucro industrial, no mesmo momento em que a taxa de juro básica se eleva. Essa queda da taxa de lucro foi profunda, justamente em 1980, quando se origina o neoliberalismo, coincidindo com a necessidade do Estado tentar conter o que se chamou de crise fiscal, com a elevação da taxa de juro para 20%. Com juros tão elevados, muitos capitalistas passam a comprar títulos da dívida pública em vez de reinvestir a mais-valia. Além desse fato, os capitais privados vão entrar na privatização dos serviços públicos, passando a

atuar na saúde, previdência, segurança etc. Esses fatos dão o tom da mudança de orientação, o Estado vai ser encurtado porque tem que pagar juros da dívida e, ao mesmo tempo, tem que sair das suas funções porque o que era direito passa a ser mercadoria.

Sendo assim, a queda da taxa de lucro e a elevação da taxa básica dão início à desindustrialização nos EUA e ao deslocamento de capital estadunidense para a Ásia, na configuração dos Tigres Asiáticos, e, depois, em direção à China e sua restauração capitalista. Todavia, a dimensão mais perversa da política de estabilização dos EUA e de seus juros altos recaiu sobre os estados nacionais que multiplicaram suas dívidas e acabaram recorrendo aos constantes ajustes fiscais e aprofundando os problemas sociais. A conclusão a que eu cheguei é que, em 1997, quando todas as unidades federativas brasileiras entraram em colapso, parte disso era fruto dessa elevação da taxa de juro de 5% para 20%. Dessa forma, os países subdesenvolvidos arcaram com grande parte do ônus da política monetária dos EUA.

Estamos, no momento, realizando uma pesquisa sobre os 70 anos do balanço de pagamento de vários países. Esta iniciativa ocorre dentro da Rede de Cátedras sobre dívida, coordenada por Ramiro Chimuris, da qual o professor Francesco Schettino, faz parte. Nosso objetivo é entender como a vulnerabilidade estrutural desses países resultou no impulsionamento das respectivas dívidas públicas e como essas dívidas acabaram comprometendo volume cada vez maior das receitas destes Estados.

Numa análise preliminar, constatamos que o Brasil tem, na maior parte desse período, déficit nas transações correntes. Parte desse déficit se deve ao fato de que a conta serviço teve déficit em todo o período analisado, vindo especialmente do pagamento de juros e da remessa de lucros, devido à grande participação do capital estrangeiro nessas economias. A fase de mais intensa vulnerabilidade externa no Brasil foi justamente durante a vi-

gência do regime militar, de 1971 a 1985. O segundo momento de elevada vulnerabilidade foi durante a ocorrência do Plano Real, de 1994 a 2002. Isto revela o essencial da proposta de desenvolvimento de Fernando Henrique e Faletto na ideia de capitalismo dependente e associado. Tal fato se revelou também durante o governo do próprio FHC, depois de 1994.

A grande distinção que tivemos nesses dois momentos é que, na fase do Regime Militar, a taxa de crescimento era próxima de 9% ao ano, enquanto, na fase FHC, esteve próxima de 3%. A expansão da dívida pública acabou abrindo caminho para a intromissão de Banco Mundial e FMI e, com isso, essas organizações financeiras multilaterais acabaram definindo os rumos da política econômica e, especialmente, exigindo privatizações de serviços públicos e constantes ajustes fiscais para garantir o pagamento do serviço da dívida.

A atuação do FMI, longe de resolver a instabilidade das economias subdesenvolvidas, tornou-as cada vez mais amplificadas. O resultado desse processo foi a ocorrência de moratórias em vários países. A Argentina serve para explicitar melhor esse fenômeno. Depois de passar por um processo hiperinflacionário nos anos 1980, adotou uma âncora cambial no início dos anos 1990, implementou todas as medidas do FMI, com a privatização de todas estatais, e em 2001 chegou a uma nova moratória. Desde então, a sua dívida pública passou a comprometer parte cada vez maior do seu orçamento. Dessa forma, a Argentina, que tinha entrado em moratória em 1982, teve moratória 19 anos depois. Com o agravamento do endividamento feito pelo governo Macri, a Argentina acabou tendo outra moratória 18 anos depois, em 2019. Em 37 anos aquele país teve três moratórias.

No processo de endividamento brasileiro, vimos a grande intervenção desse Estado dando sustentação à acumulação privada que resultou no processo de industrialização, seja na fase

nacional desenvolvimentista ou durante o Regime Militar. Ao mesmo tempo que o Estado ficou superendividado, observamos um processo de desindustrialização, quando a participação da indústria no PIB passou por uma regressão. Em 1947, a participação da indústria no PIB era de 11%, passou para 13% em 1956 com JK, chegando a 16% em 1961. Durante o Regime Militar chegou, em 1979, a 19%, tendo seu ponto culminante de 21% no final da ditadura. Com o Plano Real caiu para 16%. Atualmente esta participação é de 10,9%. A política de juros altos, a abertura comercial, a privatização das estatais e a queda dos investimentos privados em substituição pela compra de títulos públicos, que ofereciam juros cada vez mais elevados, aprofundou o processo de reprimarização.

Ou seja, todos os esforços feitos pelo Estado no chamado modelo nacional-desenvolvimentista e, depois, no desenvolvimentismo do Regime Militar, levaram a um colapso completo da nossa indústria e a reprimarização da economia. Dessa forma, grande parte dos investimentos estatais feitos acabaram se transformando em patrimônio privado, tendo por base o capital subsidiado pelo BNDES.

Quando analisamos a relação entre a dívida pública brasileira e o PIB, podemos observar um crescente comprometimento da dívida. De 1947 até 1973, esta participação estava em 10%. Com a política de juros altos do Banco Central americano – FED –, em 1979, esta participação saiu de 33% para 50%. Atualmente estamos nos aproximando de 90% do PIB. Para entendermos melhor o papel do Estado no desenvolvimento, precisamos ver como se deu a evolução do PIB de 1920 a 2017.

No caso do Brasil, o momento de maior taxa de crescimento ocorreu justamente durante a fase nacional desenvolvimentista, até 1963. O segundo momento de maior expansão do PIB ocorreu durante a vigência do Regime Militar. A fase de crescimento

menor ocorreu durante a fase neoliberal, a partir de 1994. Quando comparamos o crescimento econômico com a expansão da dívida, constatamos que a fase de maior expansão da dívida pública foi justamente depois de 1994, quando as taxas de crescimento foram menores. Esse fato se agravou mais depois de 2015, com seguidos anos de taxas ou negativas ou próximas de zero.

O endividamento público aprofundou o enriquecimento privado, o empobrecimento social e o desmonte do sistema produtivo. Quando comparamos a taxa média de crescimento, nos dois momentos de maior crescimento do PIB, temos que de 1946 a 1963 esta taxa foi de 7,12%, enquanto no período de 1964 a 1984 foi de 6,29%. A fase neoliberal foi a de mais elevado endividamento, e de taxa média abaixo de 3% ao ano. Curiosamente, essa fase inaugurada com o Plano Real foi marcada, também, pelo crescente aumento da rentabilidade dos bancos, especialmente a partir de 2003.

Nessa crescente rentabilidade dos bancos, temos as elevadas tarifas cobradas, a automação bancária, o arrocho salarial, os elevados juros pagos pelo tesouro para rolar a dívida pública e, especialmente, o desmonte da Seguridade Social com a privatização progressiva da saúde e da previdência social. Com isso, os bancos passaram a oferecer cada vez mais previdência e saúde privada (Bradesco Saúde, Sulamérica Saúde etc.).

Sobre a previdência privada é preciso lembrar que temos dois tipos: a previdência aberta, geralmente ofertada pelos bancos, e a previdência fechada, ou fundos de pensão. Em 2019, a previdência privada, nas duas modalidades, tinha quase um trilhão de reais em ativos. O crescimento do volume de recursos da previdência privada se deu a partir do avanço da privatização da Previdência Social.

Todavia, quanto mais avançou a previdência privada, mais intensa passou a ser a crise capitalista e, por sua vez, a crise da

própria previdência privada, já que esta acaba por aplicar os recursos vindos dos trabalhadores ou da contribuição do patrão (quando existe) em dois tipos de ativos principais. O primeiro é o investimento em ações. Dessa forma, os fundos passam a comprar cada vez mais ações para disputar os dividendos que, no futuro, seriam ou não garantidores das aposentadorias e pensões.

Com isso temos dois complicadores que amplificam as incertezas e trazem novos elementos para a luta de classes. Por se tratar de investimento de risco, esses ativos podem ter perdas gigantescas quando as bolsas de valores têm quedas prolongadas. Durante a crise de 2008, os fundos perderam, só nos EUA, US\$ 4 trilhões ou R\$ 20 trilhões, o que comprometeu a capacidade desses fundos de, no futuro, pagarem as aposentadorias e pensões. Do outro lado, temos a aplicação em títulos da dívida pública de vários países. A Argentina serve para ilustrar esses enormes riscos para a previdência privada. Em 2001, a Argentina declarou moratória da sua dívida e ofereceu, em seguida, uma renegociação com os possuidores de títulos, um deságio de 75% do valor de face. Tal fato representou grandes perdas para os possuidores daqueles títulos. Com isso, esses ativos foram para o mercado de ações temendo nova perda com a dívida pública. Todavia, tivemos a crise de 2008, a bolsa argentina teve uma perda muito grande, e a solução encontrada foi a reestatização da previdência, nesse mesmo ano.

No Brasil, nos últimos anos, tivemos perdas seguidas na Bolsa de São Paulo, o que comprometeu a meta atuarial dos planos. Com isso, a Previc permitiu que os fundos pudessem aplicar até 95% dos recursos em títulos públicos. Com isso, os fundos de pensão passaram a depender cada vez mais dos juros altos pagos pelo governo brasileiro, o que significa, para o Estado brasileiro, ter que fazer um ajuste fiscal cortando despesas sociais para pagar mais juros. Entretanto, a taxa básica de juros passou a

cair cada vez mais ameaçando, por outra via, o rendimento dos fundos de pensão.

Esse predomínio do setor financeiro fica mais claro quando comparamos o rendimento dos bancos e o lucro do setor industrial. Observamos que o lucro do capital que está na indústria é bem menor do que o do setor financeiro. Todavia, quando comparamos o do Brasil com o dos EUA, o rendimento no Brasil é bem mais elevado do que nos EUA.

Da dívida pública federal, não se pode esquecer que parte dela é a dívida dos Estados federalizada, em que a União taxa em 7,5% ao ano mais o IGP-DI. Ao mesmo tempo, a União, que cobra juros elevados para as unidades federativas, libera empréstimos para os grandes empresários a 6% ao ano. O exemplo mais atual está na venda da Embraer para a Boeing que, em seguida, solicitou empréstimo ao banco estatal.

Essa renegociação representou para as unidades federativas uma verdadeira extorsão da União, que acumulou de 1999 a 2016 uma taxa de 1.600%. Com isso, o estado de Alagoas tomou emprestado R\$ 2,3 bilhões, em 1998, pagou R\$ 7,3 bilhões, e devia R\$ 10,5 bilhões, em 2014. Essa expansão da dívida não se deve apenas à elevada taxa de juro e ao IGP-DI, mas também à prática do anatocismo. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu uma liminar para onze estados, tendo como base a Súmula 121, que não permite a cobrança de juros sobre juros entre entes estatais.

Tal fato poderia redefinir os respectivos saldos devedores. Todavia, todos os governadores abandonaram esta reivindicação e partiram para a livre negociação com a União, o que acabou resultando na Lei Complementar 156 de 2016. Com essa lei, a dívida foi renegociada por vinte anos, com suspensão de pagamento por dois anos e a permissão de um novo ciclo de endividamento interno e externo, mediante a exigência de privatização das estatais.

Esse novo ciclo de endividamento compromete o financiamento dos serviços públicos, em especial das universidades estaduais.

Quando analisamos todos os estados brasileiros, podemos ver a repetição daquilo que constatamos em Alagoas. Todos os estados deviam, em 1998, R\$ 112 bilhões, pagaram R\$ 246 bilhões e deviam R\$ 422 bilhões, em 2018. Isso mostra a necessidade de que façamos a auditoria da dívida pública, tal como prevê a Constituição de 1988.

Sobre o processo de privatização da Previdência, observamos que a bancada evangélica, com mais de 100 deputados, votou esmagadoramente a favor da Reforma da Previdência, bem como de outras reformas que retiravam direitos. Nesse processo, destacou-se a bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia), que sempre votava em conjunto para acabar com os direitos dos trabalhadores. No entanto, o surgimento da Bemprev revela outra motivação da bancada evangélica, pois se trata da previdência privada dos evangélicos.

Os organizadores dessa previdência imaginam ser possível obter 30 milhões dos atuais 60 milhões de evangélicos para uma previdência privada evangélica. Em outras palavras, pretendem disputar com os bancos parte da previdência privada. Chico de Oliveira chamava a previdência privada de um grande negócio.

Os dados apresentados por Rosa Marques e Paulo Nakatani, tendo como fonte o Banco Internacional de Compensações (BIS), revelam que a crise capitalista passou a ser um grande motivador da dívida dos Estados Nacionais. Quando vemos a dívida de todos os países de 2005 a 2011, constatamos que essa dívida era de US\$ 22 trilhões, em 2005, e chegou a US\$ 41 trilhões, em 2011. O principal fator que explica essa explosão da dívida de todos os países é a crise capitalista de 2008.

Neste momento, esses estados usaram o dinheiro público para salvar as grandes corporações da falência. Para entender-

mos esse volume de dívida vinda da crise, precisamos ver como estava o mercado de ações no mundo. Em 2005, o valor de mercado das ações nas bolsas mundiais estava em US\$ 43 trilhões. Em 2007, quando começa a crise, esse valor chegou a US\$ 64 trilhões. Todavia, em 2008, quando explode a crise, as perdas nos mercados de ações mundiais chegaram a US\$ 30 trilhões. Esse grande volume de capital fictício perdido foi recuperado após a intervenção desses Estados e, em 2011, o valor das ações chega a US\$ 45 trilhões. Em outras palavras, os US\$ 30 trilhões perdidos foram, em parte, recuperados como fruto da nova dívida contraída pelos Estados que, em seguida, introduziram um novo ajuste fiscal para cortar despesas sociais e assegurar o pagamento das respectivas dívidas públicas.

Portanto, passamos trinta anos na fase liberal repetindo que o Estado era ineficiente e que deveria se afastar dessas funções para os agentes privados, supostamente mais eficientes, poderiam atuar no lugar antes exercido pelos Estados. Entretanto, quando explode a dívida, esses Estados, que não tinham recursos para financiar saúde, educação e demais serviços públicos, encontraram dinheiro público para salvar os grandes grupos empresariais. Essa mudança de orientação ficou bem clara na mudança de discurso de Martin Wolf, articulista do *Financial Times*, que escreveu um artigo dizendo: “Somos todos keynesianos de novo”.

Logo após ver muitos bancos falindo, Wolf voltou a defender a intervenção do Estado para salvar os agentes privados. Com isso, a General Motors e várias outras empresas foram estatizadas. Ao mesmo tempo que você vê alguns jovens fazendo um discurso defendendo o livre mercado, o que nós estamos vendo na verdade é que o uso do dinheiro público foi descaradamente destinado para pagar o ônus da perda nos mercados financeiros. Não esqueçam que esses são dados do BIS.

Agora, quem é que vai comprar os títulos da dívida desses países? Os mesmos empresários que foram atingidos pela crise e que já foram beneficiados. Eles, agora, vão ganhar dinheiro porque quanto mais se torna difícil pagar a dívida, mais altos serão os juros. Esse é o caso da Argentina, país em que a taxa de juro já está chegando a 70% por ano. Essa nova dívida não tem nenhuma contrapartida social, pois apenas foi usada para salvamento bancário. Sendo assim, na crise do neoliberalismo, o que temos é mais neoliberalismo para os pobres e dinheiro público para salvar aqueles que sempre estiveram na gestão do Estado, mesmo sendo agentes privados.

Para encerrar, destaco o número de homicídios do Brasil *versus* o dos demais países. Em 154 países foram registrados 62 mil homicídios, enquanto no Brasil tivemos 62.517, em 2018. Em outras palavras, estamos vivendo uma situação de extermínio de grande parte da população pobre. A dívida pública e o volume de dinheiro público destinado ao pagamento do serviço da dívida explicam parte desse grave quadro social. Todavia, a explicação principal vem do modelo de desenvolvimento que tem como fundamento a extração de trabalho excedente, que gera enriquecimento privado e empobrecimento social. Ou seja, os mecanismos existentes no sistema colonial, de saque de ouro, de prata, de trabalho escravo, tudo isso foi substituído por mecanismos muito mais eficazes, como a extração de mais-valia e o sistema da dívida.

Encerro lembrando o papel do Andes na luta em defesa do ensino público e dos demais direitos dos trabalhadores, sempre baseado na sua autonomia e na independência de classe. Nesse momento, é bom lembrar de maio de 1968, sejamos realistas, lutemos pelo impossível, porque o possível é a tragédia que está aí, e ela nos ameaça como seres humanos. Obrigado!

CAPÍTULO 5 – PROJETOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA E O SINDICATO NACIONAL¹

Eblin Farage²

Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer a Cláudia que está aqui no Brasil compartilhando conosco a experiência da Argentina e do sindicato da educação da Argentina. É um prazer e uma responsabilidade estar aqui nesta mesa para partilhar um pouco dos acúmulos e das reflexões que estruturam também a ação do Sindicato Nacional. Estamos em um momento da classe trabalhadora no qual pensar o projeto de Universidade pública que nós defendemos impõe, também, pensar o momento em que o capitalismo está. Nós temos um pressuposto de que a educação não paira sobre as relações sociais, mas, ao contrário, é determinada pelas relações sociais e, portanto, para nós é um

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFF, integrante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF e secretária geral do Andes-SN gestão 2018-2020.

desafio compreender a luta de classes e o movimento das classes em defesa dos seus projetos de educação.

Compreender hoje o estágio em que a universidade pública está, não só no Brasil, mas em toda América Latina e no mundo, exige compreender a luta de classes e o projeto que se tornou hegemônico. Nós estamos às vésperas do 3º Encontro Nacional de Educação no Brasil, que vai pautar um projeto classista, então, que momento é esse que nos exige pensar outro projeto de educação? Este questionamento se deve ao fato de compreendermos que o projeto de educação que vem sendo hegemônico e construído não atende aos interesses da classe trabalhadora. Para nós, então, é importante, partindo dessa constatação de que educação não paira sobre, mas é fruto das relações sociais, entender os movimentos da luta de classes e o próprio desenvolvimento do capitalismo. E, aí, tem uma questão, abordada ontem pelo professor Francesco, que para nós é muito importante, que é a compreensão de que a desigualdade faz parte da lógica de desenvolvimento do capital, ela é estruturante do capitalismo. E, aliado à perspectiva, à análise, de que a desigualdade é estruturante do capitalismo, é importante entender, a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital, como que esse movimento acontece de forma desigual, porém combinada, no mundo todo. Não é um movimento por acaso, é o próprio movimento, posto pela luta de classes, mas o próprio movimento desenvolvido pelas necessidades do capital. Então, para nós, nos parece um desafio compreender que a educação deve ser entendida nesses marcos. No marco do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

É bem verdade que o capitalismo para se estruturar e se desenvolver, precisa se apropriar, privadamente, da riqueza que é socialmente produzida. É importante essa identificação, porque isso tem rebatimento na forma como a educação é estruturada,

pois a apropriação da riqueza socialmente produzida vai se alterando ao longo do tempo, sempre mantida pela exploração do homem sobre o homem, de uma classe sobre outra. Vivemos um momento de intensificação, cada vez maior, da exploração da força de trabalho e, como dizia o Octavio Ianni, uma combinação do moderno e do arcaico que permite que se tenha, ao mesmo tempo, o trabalho escravo e a alta tecnologia, tecnologia entendida nos termos em que foi discutido aqui ontem em uma das mesas. Ao mesmo tempo, essa combinação de novo e velho, hoje, se traveste de outras formas dentro da nossa universidade e no mundo do trabalho. Então, pensar na forma de contratação dos professores da Argentina, citada pela Claudia, nos diz alguma coisa. É, inclusive, o que vão querer nos impor em breve no Brasil, o trabalho cada vez mais precarizado, através de contratação de temporários, terceirização, trabalho intermitente, com o trabalho estruturado por carreira docente, ou seja, uma verdadeira combinação da exploração da força de trabalho docente.

Identificar os elementos do projeto aplicado nas universidades argentinas revela o mesmo projeto de educação do capital gestado pelos organismos internacionais e operacionalizado por seus agentes no poder em cada país. Tanto na Argentina, quanto no Brasil e na maior parte dos países da América latina, são as diretrizes dos organismos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Unesco, entre outros, que pouco a pouco vão sendo implementadas.

Um segundo elemento nesta análise é a ideia da financeirização, também trabalhada ontem, a partir da perspectiva da apropriação privada do fundo público e da mercantilização de tudo. Financeirização e apropriação do fundo público que vão desde a criação do sistema da dívida às parcerias público-privadas, às privatizações. Isso, também, nos parece importante porque nos

diz sobre o estágio em que o capitalismo está. Uma necessidade de superar aquilo que nós analisávamos, até bem pouco tempo, como crises cíclicas do capital e que, nos parece, agora se apresenta como uma crise estrutural do capitalismo. E, para nós, compreender esse momento da educação e os desafios que estão postos para a classe trabalhadora e para as entidades da educação, constatando que a desigualdade é estruturante do capital, é elemento necessário para, também, compreendermos que, além da desigualdade de classe que estrutura o capital, também o machismo e o racismo são seus estruturantes. Porém, para nós, tão importante quanto compreender a crise internacional do capital é, também, compreender a crise do chamado socialismo real.

Então, por um lado, é necessário que nós compreendamos que o capitalismo entra em crises, que essas crises são cíclicas e, como já dizia Marx, que essas crises vão, cada vez mais, se aproximando. E, em algum momento, pela incapacidade do capitalismo de dar respostas às necessidades humanas e as suas exigências de desenvolvimento, se institui uma crise estrutural do capitalismo, ou seja, o capitalismo não consegue mais dar resposta às contradições que ele mesmo criou. Por isso, se intensificam as diferentes formas de exploração da força de trabalho, articuladas a outras formas, na tentativa de garantir sua revitalização, como a apropriação privada do fundo público, as diferentes modalidades de privatização – clássicas e não clássicas, sempre articuladas às tentativas de apassivamento da classe trabalhadora seja através da repressão direta e da criminalização dos movimentos organizados, seja do impulso aos projetos de conciliação de classe, que tanto marcaram a América Latina. A crise estrutural do capitalismo vai acirrar o que já estava posto na estruturação das relações sociais. Por exemplo, a desigualdade passa a alcançar níveis não vistos anteriormente, aprofunda a diferença entre ricos e pobres, e agora não mais só nos países da

América Latina ou nos países da África, mas também em uma parte da Europa, em países do chamado capitalismo avançado, ou seja, nos países mais desenvolvidos do mundo. Isso vai exigir contrarreformas, reestruturação do Estado e, portanto, retirada de direitos que foram conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Por outro lado, é importante que a gente também entenda como a classe trabalhadora reage às crises do capital e como a gente se organiza diante dessas crises. Por isso, ao mesmo tempo que é importante compreender o movimento que o capitalismo faz para se apropriar de direitos, para se apropriar da riqueza socialmente produzida, e para ampliar formas de exploração, é importante também entender que a chamada crise do socialismo real, em especial a partir da crise da União Soviética, da queda do muro de Berlim, tem rebatimentos para a organização da classe trabalhadora no mundo todo. E isso não nos parece menor porque evidencia um processo, primeiro, de fragmentação da classe trabalhadora, uma fragmentação importante; segundo, uma priorização, em determinados momentos, da luta institucional e da luta do que é possível na ordem do capital, em detrimento da luta autônoma da classe trabalhadora. Assim, parece que a chamada crise do socialismo real nos tira do horizonte a superação da ordem do capital. E, se no nosso horizonte não está mais um projeto de superação da ordem do capital, passamos a lutar pelo viável dentro dessa ordem. Isso marca nossa recente história brasileira, em especial a partir do processo de redemocratização e marca também a história da América Latina.

Outro elemento, que também entendemos que seja importante, é que na tentativa de esvaziar a luta de classes e os projetos que coloquem como horizonte a superação da ordem do capital, alguns temas importantes para a classe trabalhadora, que estruturam o capitalismo, vão sendo apropriados pela lógica do

capital de forma não classista. Então, o debate do feminismo, por vezes, é apropriado de forma não classista, o debate racial, o debate LGBTTI. Daí o desafio de fazermos desses elementos, que são elementos estruturantes da lógica capitalista, um debate também classista, e não um debate do possível dentro da ordem do capital. Isso tem relação com a forma como o mundo do trabalho se configura e se reconfigura, inclusive, nas nossas universidades.

Entender essas crises, tanto a crise internacional do capital quanto a crise do socialismo real, e a forma como nós, classe trabalhadora, respondemos a isso, tem que ser feito, na nossa avaliação, a partir de alguns elementos que nos desafiam. Primeiro, como dizia Gramsci, ter o otimismo da vontade e o pessimismo da razão. É necessário analisar a realidade como ela se mostra, e isso nos impõe recuperar os processos históricos. Sempre falamos que os nossos problemas não começaram com Temer, eles pioraram um pouco com o Temer. E piorou, ainda mais, com a eleição de Bolsonaro, piorou muito, é qualitativamente pior. Mas o projeto que nós desenvolvemos, desde o processo de redemocratização do país, também não foi um projeto que interesse ao conjunto da classe trabalhadora e que de fato tenha contribuído para o processo de emancipação da classe trabalhadora. Então, é importante analisar, a partir dos processos históricos, de forma que a nossa vontade não nos crie ilusões.

Daí deriva um segundo desafio, que é o reconhecimento de que, apesar de não estarmos derrotados, pois a classe trabalhadora não está derrotada, nós tivemos uma derrota importante que foi a ascensão da extrema-direita no Brasil e isso, para nós, não pode ser considerado menor. Ter este governo no poder não pode ser considerado menor, pois tem repercussões drásticas para a nossa vida cotidiana, não só nas nossas instituições de ensino, mas também na nossa organização sindical, enquanto

trabalhadores, e na perspectiva da organização autônoma e classista. Reconhecer essa derrota nos coloca outra análise: Em qual momento nós estamos na luta de classes? Que momento é esse em que nós estamos falando de construir um projeto classista de educação? Que universidade pública é essa que nós vamos defender nos marcos de um projeto que desestrutura por completo o que é público?

Isso nos leva a identificar que nós vivemos uma fase em que a classe trabalhadora, infelizmente, está na defensiva. Nós estamos hoje lutando para não perder direitos conquistados e nós estamos conseguindo avançar pouco. E a derrota que se expressou nas últimas eleições no Brasil tem repercussões para o movimento da luta de classes e para o movimento organizado dos trabalhadores da educação. Reconhecer esse movimento nos leva a pensar como que o Estado brasileiro vai se reconfigurando, em especial a partir do fim da ditadura militar, para construir as bases da Universidade que nós temos hoje. É óbvio que a gente sabe que a universidade pública não tem seus marcos a partir do movimento de redemocratização; que temos um marco importante a partir da contrarreforma da educação nos governos militares, em especial a partir de uma imposição de determinações internacionais, como os acordos MEC/Usaid com o Brasil, da estruturação da educação.

Começamos outro momento a partir do Consenso de Washington em 1989, da redemocratização no Brasil, da Constituição de 1988, e de todos os processos de educação que, a partir daí, vão se desenvolvendo. Florestan Fernandes, um dos grandes pensadores da realidade brasileira, dizia que a burguesia brasileira não foi capaz de, na educação, fazer nem mesmo as reformas que interessavam ao capital. Segundo o autor, o padrão composto da burguesia brasileira a estruturou de forma subalternizada em relação ao capitalismo no mundo. Mas, segundo a professora

Kátia Lima, essas reformas passam a ser bem-sucedidas na lógica do capital, em especial, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Tem início um processo na educação superior que passa pela ampliação do setor privado e pela privatização interna das instituições de ensino superior públicas. Lembrando o que eu apontava no início, como a educação não está pairando sobre as relações sociais, todas as demais contrarreformas atingem o projeto de educação pública que defendemos. Ao analisarmos o conjunto de contrarreformas que tivemos desde a Constituição de 1988, porque conquistamos uma Constituição que garante alguns direitos, como o princípio da seguridade social e a estruturação de direitos sociais, já identificamos um lastro neoliberal em algumas das propostas aprovadas. Identificamos um duplo movimento, o de garantia de algumas conquistas para a classe trabalhadora, mas também reivindicações que garantem alguns interesses do empresariado. No âmbito dos direitos sociais, é necessário registrar que precisavam ainda ser regulamentados e que, antes mesmo de todos serem implementados, começamos a viver no Brasil o processo de reestruturação a partir da contrarreforma do Estado, em especial desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, que vai, com base nas determinações do neoliberalismo, regredir no que havíamos conquistado no âmbito dos direitos sociais, mas que não havia se estruturado ainda.

E, hoje, estamos às vésperas de mais uma luta, de mais uma tentativa de retirada de direitos no âmbito da previdência. Mas é importante recuperar todas as contrarreformas da previdência que tivemos desde o Fernando Henrique Cardoso, passando pelo Lula, pela Dilma, com a criação da Funpresp, até chegar na tentativa frustrada do Temer. Bom lembrar que no governo Fernando Henrique Cardoso tivemos a mudança do fator previdenciário e no governo Lula, passamos a ter a taxaço dos aposentados, e o fim da paridade. Dilma inova com o fundo de previdência do se-

tor público, tão pleiteado pelo mercado. Um conjunto de medidas que ao atingir o servidor público atinge a lógica estruturante do serviço público, em todas as áreas. Se verificarmos, identificaremos os mesmos processos na saúde. Conquistamos na Constituição de 1988 a saúde universal, mas ela não se materializa. E não se materializa porque logo se inicia um projeto de contrarreforma que passou por diferentes formas de privatização, pela incorporação das organizações sociais na gestão da saúde básica, terceirização, diferentes transformações até chegar na Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) , no governo do Lula, que se caracteriza, na nossa avaliação, como uma nova forma de gestão da saúde, modelo a ser seguido por estados e municípios, e que se constitui como mais uma forma de desestruturação do público estatal. No mundo do trabalho, as reconfigurações também não começam com o Temer, com a reforma trabalhista, começam lá atrás, quando nós temos a possibilidade da terceirização no serviço público das atividades-meio, e isso foi desestruturando também as nossas universidades.

Hoje, temos universidades públicas em que boa parte dos nossos serviços já é terceirizada, muito antes da aprovação da terceirização nas atividades-fim e da reforma trabalhista do governo Temer. Toda a segurança das nossas universidades é privada, assim como todo o sistema de limpeza, uma parte dos técnicos-administrativos, restaurante universitário, ou seja, já tem um conjunto de serviços dos quais a universidade não tem como prescindir, porque não é formada apenas por professores, ela é formada por técnicos-administrativos e outros servidores. Nesse sentido, compreendemos que não existe possibilidade de estruturar uma educação de qualidade sem servidores de carreira.

Esse processo de desestruturação é um processo por dentro das políticas públicas, mantém o caráter público para fora, mas dentro, a gente já vem há anos em um processo de desestrutu-

ração e privatização. Isso, apesar de ser uma determinação dos organismos internacionais do capital para um modelo de educação, a partir dessa perspectiva de ampliação do setor privado e da privatização interna das instituições públicas de ensino, e se materializa através de elementos que consideramos importantes. Primeiro, em uma perspectiva de formação voltada à preparação para o trabalho imediato, com ênfase na capacitação técnico-operativa. Segundo, na reprodução do conhecimento em detrimento da produção de novos conhecimentos. Terceiro, na redução da formação ao ensino entendido exclusivamente como repasse de conhecimentos. Quarto, em uma primazia do mercado na definição das pesquisas e da extensão da maior parte das nossas instituições. Quinto, numa redução do investimento público. E é óbvio que essa redução do investimento público, tanto nas universidades quanto nas ciências e tecnologia, só vem se agravando. E se o projeto do atual ministro da Economia der certo, do Paulo Guedes, com a desvinculação orçamentária, isso que hoje já é absolutamente insuficiente para a estruturação das Universidades, vai condenar o funcionamento das nossas instituições.

Outro elemento que identificamos como marca nesse projeto de contrarreforma da educação é a quantificação de tarefas como critério para avaliação e para a progressão dos docentes. Então, temos a imposição de uma forma de exercer nossa função. Com a flexibilização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, passamos a última década revendo os PPP dos nossos cursos para adequar a carga horária às exigências do Ministério da Educação. Sempre falo que dou aula no curso em que me formei e, quando me formei na Universidade Federal Fluminense o meu curso era em dois turnos, semi-integral, ele tinha cerca de 5. 100 horas, hoje eu dou aula no mesmo curso de Serviço Social, que tem cerca de 3. 200 horas. Essa exigência de redução da carga horária para atender a uma das perspectivas do alinha-

mento internacional da educação, que é o aligeiramento da formação e a certificação em larga escala, obviamente tem impacto na qualidade do ensino nas nossas instituições e impõe uma flexibilização nos projetos políticos pedagógicos.

Por fim, outro elemento que nós consideramos fundamental, é a imposição de fragmentação dos trabalhadores na própria reconfiguração do mundo do trabalho dentro das universidades. Se olharmos, por exemplo, os técnicos-administrativos, eles agora têm uma instituição, para atingir apenas os de nível superior, nos moldes daquela que foi criada no governo Lula para tentar nos combater, tentar combater o Andes-SN. Um sindicato cartorial criado no gabinete do então ministro da Educação e oficializado na sede da CUT, em Brasília, à revelia da categoria docente. Essas ações vão impulsionando a divisão no interior das categorias, seja pela alteração da perspectiva da organização sindical, como no caso da tentativa de destruir o Andes-SN, ou seja, na perspectiva de conjugar essa perspectiva a uma hierarquização da categoria, dividindo os técnicos-administrativos entre os que têm e os que não têm nível superior. Essas formas que vão sendo impostas à universidade, de reconfiguração do próprio mundo do trabalho e da organização dos trabalhadores, vão impactar, também, na organização autônoma e sindical dos trabalhadores.

Isso vai resultar, na nossa avaliação, numa imposição de um modelo de educação que vai hierarquizar as universidades, já que o nosso modelo de educação é muito diferente da Argentina e muito diferente da maior parte da América Latina. O Brasil não se organizou com a ideia das grandes universidades nacionais, como a gente vê na Argentina, México, Uruguai, enfim, o nosso modelo de educação superior é diferenciado, também pelo tamanho do país. Se pensarmos na nossa maior universidade pública, a USP, se eu não estou enganada, tem cerca de 80 mil

alunos, mas quando a gente vai numa Universidade Nacional, eu estive na Colômbia, tem-se 110 mil alunos em uma única universidade. Então, há uma concentração muito maior de discentes e é muito diferenciado do modelo brasileiro, que é mais pulverizado para garantir o acesso, interiorizado, e que conjuga a educação superior federal com educação superior estadual e municipal. Então, esse projeto de educação hegemônico pelos interesses do capital, muito além da mercantilização de que tanto falamos, de tornar a educação uma mercadoria, é um projeto que tenta destituir o sentido de uma educação pública que se materializa numa hierarquia entre as universidades e na estratificação no interior das próprias universidades. Não é à toa que a gente tem um conjunto de medidas, como a reforma do ensino médio, que busca desvalorizar a formação das licenciaturas, e um conjunto de outras medidas que acaba atingindo o ensino superior e o modelo de universidade pública que defendemos.

Esse conjunto de ações, que explicitam um projeto, tem hoje rebatimentos no nosso cotidiano. E que rebatimentos são esses? Primeiro, vivemos a intensificação do trabalho docente, uma intensificação que gera um segundo rebatimento, que é o adoecimento, isso não pode ser, por nós, considerado menor. Quando analisamos nas universidades a situação do adoecimento docente, identificamos que não é só físico, mas também mental, e isso tem consequências para o projeto de estruturação da própria universidade. Terceiro, porque o adoecimento docente está no topo dos rebatimentos das transformações do mundo do trabalho, considerando a precarização das condições de trabalho e de estudo. E toda vez que estamos falando das nossas condições de trabalho, também estamos falando da condição de estudo dos nossos estudantes, uma vez que existe uma relação direta. Costumamos brincar aqui no Brasil que o professor dá sempre um jeitinho para dar aula, para não faltar. Se ele está doente vai dar aula da mesma

maneira, por isso que na maior parte das universidades públicas a inserção de professores na licença médica é muito menor, por exemplo, do que dos técnicos, porque repomos aula e o professor acha que tem que dar um “jeitinho” para não atrasar a disciplina, há uma cultura do “jeitinho” para ir dar aula. E é óbvio que se um professor dá aula doente, isso tem rebatimento no processo, não só de saúde do professor, como no próprio processo pedagógico. Então, isso é importante para nós. Tanto que uma das pesquisas que foi feita sobre saúde docente mostrou que a maior parte dos professores quando dá entrada na licença saúde, já está em nível elevado de adoecimento, o que algumas vezes tem levado, inclusive, à aposentadoria precoce. Há uma precarização total nas nossas condições de trabalho, mas sempre tentamos dar um “jeitinho” para manter todo o trabalho.

Então, nós que acreditamos na universidade pública, não por uma questão de crença, mas por uma questão de projeto de educação, que a universidade pública deve ser estruturada com ensino, pesquisa e extensão, mesmo sem recursos, mesmo sem o aporte das universidades, por esforço dos docentes, nós fazemos o tripé ensino-pesquisa-extensão se manter vivo. Isso é feito, muitas vezes, com o dinheiro do próprio professor em algumas áreas; em outras, o caminho será a mercantilização, através da venda de serviços e parcerias público-privadas. Intensifica-se a concorrência nos editais, gerando também, além de uma fragmentação do próprio corpo docente, uma competição entre eles. Então há uma competição pelos editais, há uma competição pelas publicações, até porque isso tem relação direta com a condição de progredir na carreira docente e, portanto, chegar ao topo da carreira, a partir desse modelo desestruturante de carreira que nos foi imposto. Há um crescimento no bojo das práticas neoliberais dessa fase atual do capitalismo, do individualismo, do conservadorismo.

Vale destacar, como citado anteriormente, que a criação de uma entidade nas bases do antigo governo, que assina um “acordo” de desestruturação da carreira docente, aliada ao projeto de educação do capital e aos processos desestruturantes de direitos e serviços públicos, entre eles a educação superior, no Brasil, fecham um ciclo a favor da educação mercantilizada.

E é nesse contexto que temos que agregar o elemento, que para nós está caracterizado como recrudescimento do conservadorismo neste momento da história do Brasil, que ganha o Planalto Central e traz novos elementos para pensarmos as disputas em torno dos projetos de educação. Vivemos hoje a naturalização e a banalização do ódio, instigando a perseguição a todos e todas que pensem diferente, perseguição da qual os professores são alvo central. Ainda hoje, antes de iniciarmos essa mesa de debate, uma professora falava de mais uma suposta tentativa de atentado na Universidade Federal do Paraná. Isso também aconteceu na UFRJ na semana passada, aconteceu em mais duas ou três universidades. Então, parece que é uma banalização, uma banalização do ódio, uma banalização da perseguição, uma banalização da vida, que está explícita em ações como a dos 80 tiros para parar um carro de um homem negro no Rio de Janeiro. Estes elementos estão articulados com um processo de intensificação do assédio moral e do assédio sexual. Claudia, ao relatar a experiência docente da Argentina, falava da cartilha para os docentes sobre assédio que, para nós, também é um debate importante, pois faz parte do cotidiano das nossas instituições de ensino, junto como a desestruturação da carreira docente e a precarização das condições de trabalho, e isso tudo vai, então, formar uma combinação do que consideramos a desestruturação do público.

E como estamos reagindo a todo esse conjunto de crise do capitalismo, de crise da própria organização dos trabalhadores, e

de imposição de reconfiguração do nosso fazer profissional, das nossas condições de trabalho e das instituições públicas de ensino? Nós entendemos que, assim como no fim da ditadura militar, vivemos um processo de reorganização da classe trabalhadora, que naquele momento culminou com a construção de importantes organizações como a Central Única dos Trabalhadores, que foi uma das maiores centrais sindicais da América Latina; que culminou na organização do MST, que é um dos maiores movimentos rurais de esquerda da América Latina; que culminou com a construção do Partido dos Trabalhadores, que também foi um dos maiores partidos de esquerda da América Latina. Aquele momento de reorganização da classe trabalhadora construiu um projeto, um projeto que na nossa avaliação foi superado, no sentido de que ele não atende mais aos interesses da classe trabalhadora. Construímos um projeto de redemocratização do país com base na organização popular que nos deu, como alternativa, o possível dentro da lógica do capital. E esse possível dentro da lógica do capital parece que não garante nem o projeto de educação e de universidade que nós defendemos, nem a emancipação humana. Então, cabe a nós, neste novo momento de crise nos desafiarmos a, mais uma vez, reorganizar a classe trabalhadora e pensar em que termos se dará essa reorganização.

Para finalizar, queria registrar alguns desafios que entendemos que temos nesse processo de reorganização da classe trabalhadora. Primeiro, por que um sindicato de educação tem que falar em reorganização da classe? Justamente por aquilo que explicitiei no início, se a educação não paira sobre, se é fruto das relações sociais, nós temos que assumir a luta de classe como condição para defesa do projeto de educação que nós estamos construindo há quase 40 anos. O projeto de universidade que nós defendemos não é possível nas amarras do capitalismo, não interessa ao capital, e não poderá ser executado plenamente na

lógica do capital. Então, para nós, é condição para o projeto de educação que defendemos, discutir a reorganização da classe trabalhadora. E, óbvio, como nós somos apenas um sindicato, nós só vamos contribuir nesse processo, porque esse é um processo que deve ser da classe, e não deve ser só da classe nacionalmente, deve ser da classe internacionalmente. Como dizia Novak, o internacionalismo não é apenas um desejo, é uma imposição à classe trabalhadora, já que o objetivo é combater, também, um sistema que é internacional, que é o capitalismo. Então, não tem como se combater um sistema internacional se não for também com uma organização internacional.

Internamente nós entendemos que vivemos um momento em que precisamos de duas estratégias distintas de organização da classe trabalhadora. Uma para combater aquilo que imediatamente se apresenta como retrocesso, seja a contrarreforma da previdência, sejam os retrocessos em termos das liberdades democráticas. Entendo que o ciclo iniciado em 1985 se fechou em 2018, e não precisamos ficar esperando, no dia primeiro de abril, os militares tomarem o poder, pois eles já subiram a rampa do Planalto Central pelo voto popular. Nesse sentido, é necessário reconhecermos que outras formas de fechamento do regime são possíveis e já estão se apresentando no nosso cotidiano, com cerceamento de liberdade, com perseguição, com autorização do extermínio. Nesse momento, pensar uma estratégia para combater no imediato tudo aquilo que significa retrocesso, nos impõe dialogar com todo mundo, com todas as pessoas e organizações que se colocarem contra a reforma da previdência, contra os retrocessos das liberdades democráticas, contra qualquer retirada de direitos.

Mas apenas isso não é suficiente. É necessário pensar nos espaços estratégicos de organização da classe trabalhadora e, também, que os espaços que nós temos hoje ainda são insuficien-

tes diante do desafio que a classe tem de se reorganizar. Hoje temos um conjunto de centrais sindicais das quais uma parte vive à espera da chamada do governo para negociar, outra parte está à espera das próximas eleições, e apenas uma pequena parte segue focada na luta autônoma dos trabalhadores. A central sindical da qual nós fazemos parte, a CSP Conlutas, apesar de ser uma central sindical e popular e, portanto, na sua essência apresentar um projeto que nós avaliamos que é o projeto que temos que construir, é uma central sindical insuficiente diante das demandas que temos na luta de classe. O Fórum das Entidades Nacionais do Serviço Público Federal, o Fonasefe, que nesse período vem se movimentando, também nos parece insuficiente para a construção de um projeto estratégico. Avaliamos que seja necessário organizar para além dos espaços em que nós já nos organizamos. Nesse sentido, no último período, estamos investindo na construção do que aprovamos no último congresso do Andes-SN, que é o Fórum Sindical Popular e de Juventude de Luta por Direito e Liberdades Democráticas, não como espaço em substituição aos que já existem, mas como um espaço que pretende dialogar para além de nós mesmos, dialogar com organizações e entidades que hoje não se organizam em nenhum outro lugar, e que coloquem como horizonte, não apenas o embate imediato com o retrocesso da extrema-direita, mas que se disponham também a construir algo mais estratégico para a classe trabalhadora.

Então, nos parece que esse é o desafio imediato que temos: atuar em duas frentes, combatendo os retrocessos imediatos, mas, ao mesmo tempo, vislumbrando que o nosso horizonte não pode ser o do possível na ordem do capital, porque na ordem do capital, o projeto de universidade que nós defendemos não é possível; na ordem do capital, nós teremos a educação possível e que interessa ao capital. É necessário que tenhamos como hori-

zonte a superação dessa ordem e, como já dizia Marx, isso será obra dos próprios trabalhadores. Como dizia Marx, o capitalismo cria os seus próprios coveiros e acho que a convocação a que nós estamos sendo chamados nesse momento, não é só para defender a nossa carreira, as nossas condições salariais e as nossas condições de trabalho, mas para defender um mundo em que o ódio não seja o que paire, não seja a ordem; para defender uma sociedade em que a esperança volte para a juventude e não que a esperança da juventude seja ocupar as mídias porque realizaram atentado em escolas ou outros espaços públicos. Nós temos responsabilidade com esta e com as futuras gerações, e a educação tem um papel importante, apesar de não ser a única responsável. E penso que é a isso que nós estamos sendo chamados, a reconstruir e a nos reorganizar para defender uma educação e um projeto de sociedade que, de fato, interesse à classe trabalhadora.

CAPÍTULO 6 – UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E CLASSE NA ARGENTINA

Claudia Baigorria¹

Introdução e resumo histórico

Bom dia a todas e a todos. Bem, antes de tudo, como o meu colega acaba de me apresentar, sou professora e pesquisadora da Universidad Nacional del Litoral, mais precisamente do Instituto de Tecnología de Alimentos da Facultad de Ingeniería Química (localizada na capital da província de Santa Fé, Argentina). Atualmente estou em licença sindical, isso há vários anos, já que assumi diversos cargos tanto na direção nacional da minha federação ConadU Histórica (atualmente Secretária Adjunta, mas já ocupei diversos cargos antes, inclusive o de Secretária Geral por dois períodos), bem como da Central de Trabajadores de la Argentina (também atualmente, Secretária Adjunta).

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos companheiros e às companheiras da direção do Andes, especialmente à sua Se-

¹ Professora e pesquisadora da Universidad Nacional del Litoral na Argentina, Licenciada em química, mestre em Ciência e Tecnologia dos Alimentos. Atualmente Secretária Adjunta da Federación Nacional de Docentes, Investigadores y Creadores Universitarios (Conadu Histórica) e Secretária Geral Adjunta da CTA Autónoma da Argentina.

cretária Geral, Eblin Farage, por me permitir participar de um seminário com temas tão importantes e transcendentais para a vida de nossas universidades nacionais e também para a organização da classe trabalhadora. Transcendência que assume uma dimensão especial no nosso caso, pois somos uma organização com uma sindicalização muito mais tardia que a dos demais setores da classe – pelo menos no meu país, a Argentina – já que a organização da docência universitária começa de maneira incipiente nos anos 1970 e se consolida no início dos anos 1980. A ConadU foi fundada em 1984. Outros sindicatos nacionais são muito mais antigos (ATE 1925; UPCN 1948; Ctera se consolida em 1973 como um sindicato nacional etc.). A docência universitária demorou mais para assumir sua identidade como trabalhadoras e trabalhadores, mas a partir daí se consolidou na luta pela conquista de seus direitos e na defesa da educação e da universidade pública, gratuita, popular, democrática e científica, sempre apoiada pelo orçamento do Estado. Ou seja, nossa sindicalização teve a característica de superar em seus objetivos a questão das reivindicações exclusivamente corporativas. Além disso, em função dos anos de recuperação da democracia, a centralidade de nossas reivindicações foi a reintegração de professores que haviam sido demitidos pela ditadura militar por motivos políticos e a normalização das universidades nacionais.

Isso foi um pouco a título de apresentação, já que devo me referir ao Sistema Universitário Argentino. E falar da Universidade pública, democrática, popular, científica remete-nos necessariamente à Reforma Universitária de 1918, aquela rebelião estudantil ocorrida em um contexto de lutas operárias e camponesas e que emerge ante a necessidade de democratizar um modelo universitário oligárquico, clerical e patriarcal que representava as castas docentes da época. Naquele momento, havia apenas cinco universidades públicas na Argentina, entre elas a

Universidade Nacional de Córdoba, que foi o palco da greve estudantil que se tornou um ícone universitário.

Não é por acaso, então, que se tenha colocado como capa de uma de nossas publicações os 100 anos da Reforma de 18, que marcou o curso da história do movimento universitário na Argentina. Ano passado completou um século, exatamente no dia 15 de junho, e se realizaram atos e comemorações em todo o sistema universitário (principalmente estudantes, mas também muitas e muitos docentes), atos governamentais etc. Nossa Federação, ConadU Histórica, também convocou um fórum e uma mobilização e marchamos pelas ruas da cidade de Córdoba, berço e cenário da Reforma Universitária. Somos, pois, filhas e filhos daquela rebelião estudantil, que se expressou na tomada da reitoria da Universidade Nacional de Córdoba e na greve estudantil que impediu a eleição do reitor, para dizer basta a um regime autoritário e a um modelo de ensino conservador vinculado aos dogmas do clero. Reivindicamos esse feito e seus postulados democratizantes, embora sustentemos que se trata de um processo inconcluso e, por isso, lutamos pelos direitos e liberdades que ainda restam conquistar. “As dores que nos restam são as liberdades que faltam...”, diz o Manifesto Liminar da Federação Universitária de Córdoba.

As universidades públicas argentinas, e também a maioria das latino-americanas, são atravessadas pela herança política da Reforma, que teve um alto espírito internacionalista, latino-americanista e também impactou fora do continente.

Os seus postulados possuem enorme vigência, nomeadamente a autonomia universitária, cogoverno com participação estudantil, concursos para admissão à docência, liberdade acadêmica e, também, óbvio, a conexão entre pesquisa e docência, uma pesquisa de qualidade a serviço dos interesses populares, das maiorias populares.

Os golpes militares de Estado que se seguiram e as mudanças de sinal político marcaram interrupções no processo democratizador iniciado pela Reforma, com retrocessos e intervenções. Houve grandes lutas ao longo dos anos subsequentes pela gratuidade dos estudos, para verdadeiramente abrir a universidade aos setores mais populares e mais castigados de nossa classe trabalhadora. Um momento muito importante foi o ano de 1949, quando o então presidente Juan Domingo Perón declarou a gratuidade dos estudos, por meio de um decreto que consagrou esse direito. E estamos comemorando justamente este ano, há poucos dias, os 70 anos daquela declaração tão importante para que os filhos e filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras pudessem ter acesso ao ensino superior.

O Sistema Universitário e Científico-Tecnológico

Atualmente, nosso sistema universitário consiste em 57 universidades nacionais, 4 institutos universitários nacionais, 4 universidades provinciais, um instituto universitário provincial, 49 universidades privadas e 14 institutos universitários privados. Embora a diferença numérica entre as instituições públicas e privadas tenha diminuído ao longo dos anos, as primeiras exibem uma esmagadora maioria em termos de matrículas de alunos; que se justifica pela gratuidade e o ingresso irrestrito que as instituições públicas nacionais mantêm na graduação. Em relação à oferta acadêmica, o total é de 12.196 nas públicas, e inclui cursos de graduação, cursos de especialização, seminários de pós-graduação e outros, que concedem créditos para os cursos de pós-graduação, depois para mestrados, doutorados, pós-doutorados. Em 2018, segundo dados do Ministério da Educação Nacional, 2.711 cursos eram de *pregrado* (cursos de ingresso ou introdutórios aos cursos de graduação), 5.554 de graduação e 3.931 de pós-graduação. Este é o conjunto do sistema universitário público.

O número total de estudantes universitários de *pregrado*, graduação e pós-graduação é ligeiramente superior a 2 milhões em meu país, dos quais 1,88 milhão mais ou menos corresponde a carreiras de *pregrado* e graduação e o restante é pós-graduação. Como eu disse anteriormente, as universidades públicas aglutinam a maior população estudantil, registrando 79% do número total de estudantes universitários nas carreiras de *pregrado* e graduação. No mesmo sentido, do total de alunos de pós-graduação, 77% é de universidades públicas.

Ou seja – e isso também é um dado – em tempos em que o governo neoliberal de Mauricio Macri (Alianza Cambiemos), ataca e agride tudo o que é público, seja educação pública, saúde pública, previdência e seguridade social em seu conjunto, e também as leis e acordos coletivos que soubemos conquistar como classe trabalhadora, é animador que a opção que os diferentes setores da juventude têm para acessar os estudos de ensino superior continue a ser a universidade pública. Assim, como eu estava dizendo, 79% dos alunos de graduação e 77% dos alunos de pós-graduação estão concentrados no ensino público. Nos doutorados o número é ainda maior, são praticamente 85% de estudantes nos doutorados. Doutorados que, em sua maioria, são de altíssimo nível acadêmico, muitos deles ministrados por professores que foram formar-se no exterior, e que voltaram com seus títulos de doutorado e pós-doutorado.

Toda a oferta acadêmica passa por um sistema de avaliação e acreditação no âmbito da legislação do ensino superior em vigor, obrigatório para todas as graduações. O órgão responsável é a Coneau, a Comissão Nacional de Acreditação e Avaliação Universitária, estrutura amparada pela Lei do Ensino Superior (LES) votada no período neoliberal dos anos 1990 (e combatida por toda a comunidade universitária), durante o governo de Carlos Menem. Coneau é o órgão encarregado de avaliar a cria-

ção de novas universidades e o credenciamento obrigatório das graduações. Essa comissão está integrada pelas universidades públicas, mas com representação minoritária perante os representantes do governo e das universidades privadas. Além disso, para que uma nova universidade pública seja criada, ela deve passar pelo Congresso Nacional, por proposta do Ministério da Educação Nacional. As privadas, não, saem por decreto com o aval simples do Ministério. Isso continua sendo assim, desde o governo Carlos Menem. E isso levou à grande proliferação de universidades privadas naquela época e se repete na gestão atual, privilegiando disciplinas e cursos em função dos interesses do mercado.

Quanto ao orçamento universitário, a universidade pública argentina não é alheia a tudo que tem sido a política de ajuste deste governo, mas também dos anteriores. Há mais de 15 anos, e para além do fato de o orçamento ter crescido em termos nominais de forma praticamente sustentada, esse crescimento deve-se principalmente aos períodos de criação de novas universidades e, sobretudo, acompanhando os aumentos salariais de trabalhadoras e trabalhadores docentes e não docentes (que representa cerca de 90% do orçamento total da universidade). Embora sempre tenhamos acolhido favoravelmente a criação de novas universidades, também exigimos que se definisse um orçamento efetivo para poder sustentá-las, visto que algumas vezes – até demagogicamente – se criaram universidades nacionais sem as respectivas rubricas orçamentárias. Graças à luta do movimento estudantil e também do movimento docente universitário esses orçamentos foram sendo conquistados pelo menos para as tarefas essenciais, em particular para o ensino de graduação, que é gratuito. Mas o orçamento do Estado tem diminuído progressivamente para outras atividades, sob amparo da própria LES que permitiu a geração de “recursos próprios” para suprir esta redu-

ção do financiamento estatal. E, além disso, a LES favoreceu o encurtamento dos cursos de graduação (gratuitos), reduzindo seu conteúdo e, portanto, sua qualidade acadêmica, transferindo esses conteúdos para cursos de pós-graduação, que em sua maioria são pagos. Cursos de pós-graduação que costumam ser muito caros e que as e os docentes devem custear de seus magros salários, ainda que ao longo de todos esses anos, e depois de muitas reivindicações, tenhamos conseguido a gratuidade em vários deles e cotas (vagas) gratuitas para professores em alguns deles, principalmente aqueles que têm a ver com a especificidade da disciplina pela qual as e os docentes são responsáveis. Mas não conseguimos 100% de estudos gratuitos na pós-graduação, que hoje são praticamente obrigatórios para o acesso a determinadas categorias de ensino ou ao sistema científico-tecnológico.

Em matéria orçamentária, outra das áreas afetadas pelos cortes e reajustes é a de ciência e tecnologia. Esclareço que nas universidades públicas, além das atividades primordiais de ensino de graduação e pós-graduação, também é desenvolvida mais de 75% da pesquisa científica. O restante é feito em centros de pesquisa também dependentes do Estado e muito pouco em instituições privadas (embora isso também tenha crescido nos últimos tempos). A política de ataque desse governo às organizações de ciência e tecnologia tem buscado precisamente sua privatização. Sinal claro disso é o desaparecimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, descendo ao posto de Secretaria e com forte corte orçamentário que atinge diretamente seus principais institutos Inta, Inti, Conicet, Cnea etc. O mais importante é o Conicet, que ontem foi o centro de uma jornada de luta na Argentina. O eixo do protesto foi a exclusão de centenas de bolsistas aspirantes à carreira de pesquisador. As e os aspirantes são profissionais jovens que têm trabalhado durante anos sob um regime de bolsa de estudos e possuem forma-

ção elevada. Anualmente realizam concursos para ingressar na carreira, cujas vagas são limitadas, e que neste ano e no anterior foram ainda mais reduzidas com a consequente expulsão de centenas de jovens, apesar de terem sido aprovados nas instâncias de concursos e avaliações. Muitos desses profissionais trabalham como bolsistas em nossas universidades nacionais ou em institutos que também funcionam dentro das universidades. Recebem bolsas a título de compensação pelo trabalho de pesquisa que realizam no âmbito da sua formação pós-graduada. É uma forma de trabalho muito precária, e a bolsa ou estipêndio que recebem não é o que tradicionalmente chamaríamos de salário, com contribuições para a aposentadoria, com contribuições para obras sociais etc. Mas é um trabalho que executam e pelo qual deveriam ser pagos e terem a prerrogativa de continuar depois de terem concluído sua formação. E essa é uma das maiores reivindicações no âmbito desses protestos. Uma de suas consignas, “pesquisar também é trabalhar”, exemplifica a proletarização do setor (num contexto de elevado desemprego de milhões de jovens do mercado de trabalho), pois parece que não são considerados trabalhadores pelo fato de serem chamados de bolsistas. E dizem: não somos bolsistas, somos trabalhadores de ciência e tecnologia. Por isso, ontem foi o seu dia, justamente em homenagem a Bernardo Houssay, que foi o primeiro Prêmio Nobel hispano-americano que tivemos, que foi um médico de muito prestígio e responsável por grandes descobertas que ajudaram na pesquisa para a prevenção e cura de diabetes.

Bem, eu dizia, o setor de ciência e tecnologia também sofreu os mesmos embates orçamentários que nós. Macri, desde que chegou, passou a difamar o sistema científico-tecnológico, passou a difamar a universidade pública. Seu ministro da Educação, ao se referir à escola pública, falou daqueles “pobres argentinos que tiveram a desgraça de ter caído na escola pública”. Essas

foram suas palavras. Um ministro da Educação fala que é uma desgraça ir para a escola pública, obviamente aludindo à grande vantagem de ir para o ensino privado. Esse ex-ministro da Educação – que agora é senador nacional – acaba de apresentar um projeto de lei para restringir o direito à greve de trabalhadoras e trabalhadores docentes.

De qualquer forma, mesmo com as lutas de resistência às políticas do atual governo, muito já se retrocedeu e sabemos que, por mais que mude o governo, continuaremos tendo as mesmas demandas por muito tempo porque, como os dados indicam, retrocedemos 10 anos em termos de investimento estatal nas universidades públicas. E isso está intimamente relacionado ao acesso dos setores de menores rendas ao ensino superior. Ao longo da recuperação da democracia em 1983 até 2013 (último registro) mudou a distribuição do quintil mais pobre que acessou a universidade pública, em comparação com o outro extremo mais rico, reduzindo essa lacuna até o ano 2013. O que pode ser considerado um avanço do ponto de vista distributivo. Esses períodos de expansão coincidem bastante com os anos de criação de novas universidades, diversificando, deste modo, as matrículas para os setores menos abastados, que eram os que tradicionalmente acessavam a universidade. Isso ocorreu em particular nos períodos dos governos Menem e Kirchner. A criação de novas universidades foi frequentemente questionada como respondendo mais aos interesses políticos dos partidos do governo do que a demandas reais. Cada governo tinha afinidade com um intendente e o intendente queria ter uma universidade em seu território. Em suma, para além destas críticas, consideramos que tem sido muito favorável o desenvolvimento registrado em regiões muito populares da província de Buenos Aires, sobretudo onde antes não podiam acessar o ensino superior porque o preço do transporte para ir à UBA ou à universidade mais próxima se

fazia realmente impossível. Bolsas de apoio a estudantes, filhos e filhas de trabalhadores também acompanharam o processo de ampliação das matrículas nessas áreas populosas.

Hoje, o sistema de bolsas também está destruído. As bolsas tinham crescido bastante comparativamente, acompanhando o percentual em relação ao PIB, embora sem atingir valores que cobrissem todas as necessidades, pois o orçamento universitário jamais deu margem para grandes investimentos em bolsas. Como eu disse antes, cerca de 90% do orçamento da universidade vai para o pagamento de salários, e nos anos 1990 chegou a ser quase 95% ou mais. Em outras palavras, todas as despesas operacionais com ensino, pesquisa, extensão, bem-estar do aluno etc., saem desse escasso resto. Obviamente, isso é consequência do propósito privatista que avançou de mãos dadas com a LES aprovada no governo Menem, mas que não se cristalizou nas mensalidades dos estudos universitários graças às enormes lutas do movimento estudantil e docente para manter a gratuidade que ainda temos hoje. Para o neoliberalismo, a universidade sempre será um lugar para as classes abastadas e, portanto, pode estudar quem pode pagar. A universidade pública e gratuita para o governo Macri é (como era para o governo Menem) uma despesa, e é uma despesa desnecessária para eles. Nós continuamos defendendo, como o movimento estudantil, a gratuidade de todos os estudos, questão intimamente ligada à massificação de nossas universidades.

Também continuamos defendendo o ingresso irrestrito como garantia desse ingresso massivo no ensino superior, embora haja universidades e faculdades que, até por problemas de construção (limite de espaço), coloquem algum tipo de exigência de ingresso, mesmo que seja a ordem de chegada. Garantir o investimento em obras de infraestrutura para manutenção, melhoria e ampliação do número de sedes também é requisito fundamen-

tal para proporcionar mais oportunidades às e aos estudantes. Atualmente isso é uma utopia, pois as obras estão paralisadas, porque as bolsas estão congeladas, porque as bolsas foram cortadas, porque não há passe escolar universal e gratuito para estudantes e nem para docentes.

O investimento orçamentário

Dito isso, o orçamento da universidade pública argentina, aprovado para o ano de 2019, é de 147 bilhões de pesos argentinos. Pode parecer uma soma enorme para 57 universidades nacionais, mas não em comparação a conceitos como compromissos com credores externos, por exemplo. Só o que está previsto para o pagamento dos juros da dívida é de 746 bilhões de pesos. Somente no primeiro bimestre deste ano – janeiro e fevereiro – nosso país, a Argentina, pagou juros sobre a dívida eterna, porque não é externa, é eterna, ao ritmo de 1 milhão de pesos por minuto. Esse valor corresponde a vários orçamentos destinados à saúde, ou à educação, ao ensino superior, à seguridade social em geral. Para nós, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da universidade de forma autônoma está intimamente relacionado com o investimento genuíno do Estado, a partir da arrecadação das contribuições que todos os cidadãos pagamos (e há setores que poderiam pagar mais, e não o fazem), mas também deixando de pagar os juros usurários da dívida ilegítima e fraudulenta.

Voltando aos momentos a que me referi antes, em que houve picos de crescimento do investimento orçamental, aumentos em relação ao PIB. São reconhecidos três momentos históricos desses picos. O primeiro foi o retorno à democracia, entre 1983 e 1988, quando o gasto, o investimento público, se duplicou. O próximo momento foi, como eu disse, no período de Menem com a criação de nove Universidades (aí alcançou 0,92%), e, por

fim, no período de Kirchner quando foram criadas 18 universidades, atingindo um pico de 1,32% do PIB. Esse foi o máximo que se alcançou. Depois houve vários processos de retrocesso que também tiveram a ver com a queda da atividade econômica, com a desvalorização da moeda em 85%; foi mais ou menos também na época da hiperinflação que tivemos na Argentina. Com a queda dos impostos, a partir da posse do governo Macri se eliminaram retenções nos setores mais concentrados: os da megamineração poluidora e dos grandes exportadores de milho, carne, a redução aos exportadores de soja.

Depois, os aumentos nas tarifas dos serviços públicos também colocaram o orçamento da universidade em xeque. Um orçamento que é fortemente impactado tanto pelas variações do preço das divisas (as quais são insumos para a realização de tarefas em laboratórios, hospitais universitários, setores que dependem de informática etc.) quanto pelos aumentos de tarifas. E, como acabei de mencionar, as políticas de priorizar os pagamentos da dívida, obviamente assumidas ao custo de menos gastos com saúde, educação etc. Esse governo levou o investimento orçamentário para as universidades públicas (em relação ao PIB) a níveis inferiores ao de 2008, ou seja, recuamos 10 anos.

À guisa de conclusão

Neste percurso procurei descrever nosso sistema universitário argentino e suas vicissitudes durante alguns períodos até chegar ao atual governo. Os eixos poderiam ser muitos, tentei um resumo, mas há muitos argumentos para cada uma das afirmações feitas. Em que se baseia atualmente a política universitária? Na manutenção e aprofundamento da Lei do Ensino Superior de Menem. Mas tampouco o governo anterior – a quem também questionamos muitas vezes – revogou essa lei, embora tivesse maioria parlamentar, amparando-se na desculpa de que era a

corporação de reitores, as associações patronais das universidades, que o pressionavam para que não o fizesse. Era como se não quisessem que o *status quo* fosse alterado porque se viam beneficiados, de alguma forma, em administrar seus próprios orçamentos com maior autonomia e não depender tanto da nação, o que incluía a possibilidade de gerar seus próprios recursos com a venda de serviços, venda de conhecimentos, tudo o que foi explicado pelo colega italiano, Francesco, no primeiro dia deste evento. Tudo é a mesma matriz privatista, a mesma matriz mercantilista. Bem, a Lei do Ensino Superior não ordena e não privatiza porque mantém a gratuidade dos estudos e mantém a obrigação do Estado de contribuir o máximo para sustentá-la. Posteriormente, o Congresso – em acordo com as universidades – fez uma organização que tem muito mais a ver com a autonomia e, inclusive, a possibilidade das autoridades universitárias designarem pessoal docente e não docente a seu critério. Essa política manteve sua continuidade até que alcançamos em 2015 uma conquista que foi enorme – mais tarde falarei com mais detalhes – que é o nosso primeiro Acordo Coletivo de Trabalho. A partir do acordo coletivo de trabalho limitou-se o poder dos governos da época e o autoritarismo de muitos empregadores universitários sobre nossas relações de trabalho.

Resumindo, então, a vigência da lei menemista do ensino superior foi mantida e aprofundada por este governo. Também a negação da Lei Nacional de Educação (para os níveis de educação obrigatórios), que foi a primeira coisa que eles atacaram quando chegaram ao governo, acabando assim com a paridade docente nacional, a qual estabeleceu um piso salarial para as e os docentes dos níveis de ensino obrigatórios, para as professoras e os professores, que tanto lhes custou conquistar em 2006, após mais de uma década de vigência da Lei Federal de Educação (também do período Menem), que descentralizou a educação e

suas paridades salariais. Este governo também saiu a militar sua rejeição à Lei de Educação Sexual Integral, com toda uma campanha montada. A eliminação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva e, por fim, vemos o termo inovação de que Osvaldo também falou ontem. Há cientistas inovadores, professores inovadores, e de repente isso não é mais ensino, pesquisa e extensão, mas é também a inovação que se incorpora às responsabilidades dos docentes, ou seja, quanto você vende, quanto você vale. Porque isso também gera pontos, gera pontuações e antecedentes quando se trata de concursos. Embora pareça irreal, existem faculdades ou centros de pesquisa, sobretudo de grande excelência, mas que estão tão comercializados, quase privatizados, que na hora da realização dos concursos, entre os antecedentes, se pergunta aos candidatos quanto geraram com serviços a terceiros, serviços ao meio ambiente ou serviços à empresa, quanto conseguiram arrecadar. Isso também acontece hoje na universidade argentina.

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi extinto e hoje depende do Ministério da Educação da Nação, como antes. Agora temos o Ministério da Cultura, Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação Produtiva e Esporte, colocaram todos juntos. Então, o plano-mestre eram outras tentativas que ao final não conseguiram prosperar. O Sistema Nacional de Reconhecimento Acadêmico tem uma importância muito maior, então em todo caso, poderíamos ampliar um pouco as áreas vagas em que, verdadeiramente, é onde se estabelece o vínculo, praticamente o casamento, entre a política de governo e a comunidade empresarial, as corporações empresariais locais. Por quê? O que sugerem as áreas vagas? Que se eu pensar em abrir um curso de Direito em uma universidade que fica em um local onde é preferível que se habilite um curso de engenharia, por exemplo, o governo autoriza, mas não dispõe de orçamento. Ou seja, se uma universidade

quer abrir um curso de direito em uma região onde há soja, ou onde há petróleo, ela pode abrir a graduação em direito, mas deve gerar ou obter os recursos a partir de fontes próprias, para sustentar essa carreira. É a isso que se referem as áreas vagas que estão funcionando no Ministério. Eles relacionam as áreas vagas com a adequabilidade, com o território, colocam-no em sintonia com a cidadania, com as necessidades das pessoas etc. Mas isso está orientando e direcionando muito explicitamente o orçamento para as demandas do mercado e das empresas, não dos cidadãos como eles tentam anunciar. Isso faz parte da política de mercantilização.

Outro marco das políticas do governo é a criminalização dos protestos sociais, não só de professoras e professores, mas de todos os setores da classe trabalhadora. Desde a posse do governo de “Cambemos”, temos assistido a cenários repressivos em manifestações, com cassetetes, gases. Isso nos protestos dos professores, da saúde, das comunidades Mapuche. Recentemente, a mais emblemática foi a repressão ao protesto contra a reforma da previdência, onde havia a presença de idosos. Nada importa para eles. É a política de Cambemos, de sua ministra estrela Patricia Bullrich, que à maneira de Bolsonaro fala em reduzir a maioria penal, em reprimir piquetes etc. A política repressiva não é exclusiva do governo nacional, os governos provinciais também ordenaram repressões pelas mãos de sua polícia local.

Corpo docente das Universidades Nacionais

A universidade pública na Argentina é mantida por profissionais, dos quais 67,1% ocupam cargos de dedicação simples, são 10 horas semanais. Os de dedicação exclusiva, 40 horas semanais, são muito poucos e representam 11,22%. E 18,3% são de dedicação semiexclusiva, com 20 horas semanais. Esses são os cargos declarados, que possuem designação, recebem salário

em folha e têm cobertura social. Mas também há toda uma série de designações precárias. Muitos recebem algum tipo de pagamento, como uma bolsa ou algo similar. Na universidade pública argentina há cerca de 20 mil docentes que trabalham e não recebem nenhum salário, nem bolsa, nem nada, são professores ad honorem, como se fosse uma grande honra trabalhar de graça hoje em dia, certo?

São 193.056 cargos docentes ocupados por 135.018 graduados e pós-graduados nas Universidades Nacionais.

Vou fazer uma síntese da escala de salário bruto para as várias categorias e regimes de trabalho. Uso como cargo de referência o auxiliar de primeira classe com dedicação semiexclusiva, que é a posição inicial da carreira docente e chega até a professor titular. Os titulares são os que recebem os maiores salários (são 11% do total do corpo docente), principalmente os de dedicação exclusiva. O cargo melhor remunerado é o de professor titular com dedicação exclusiva em final de carreira (que recebe 120% do vencimento base); esse universo é reduzido a 1 ou 2%. Assim, a grande maioria, que está no regime de dedicação simples, recebe salários iniciais entre 5 mil e chega a 12.400 pesos no final da carreira. E se chegaram a se aposentar com esses salários, receberiam entre 10 mil e 22.840 pesos, dependendo da categoria e do regime de trabalho. O atraso salarial é uma constante há muitos anos, e tem sido mantido e aprofundado com o governo “Cambiamos”.

A sindicalização docente em universidades argentinas

O índice de sindicalização docente nas universidades é próximo a 40% e, como eu disse no início, a sindicalização é mais tardia que em outros setores. Lançamos uma publicação que fala sobre isso, um livro intitulado *El sindicalismo docente universitario: aportes a la reconstrucción colectiva desde ConadU histórica*

(1971-2011)”. Isso, em outros tempos, era impensável. Como é que um professor liberal que vai ministrar sua aula inaugural, como era antes, conseguia se sindicalizar? Bem, o nosso sindicato tem a ver com períodos anteriores à ditadura militar, tem a ver com professores que foram demitidos, perseguidos, exilados, presos, em períodos ditatoriais. Eles foram perseguidos por fazer parte de um pensamento crítico, porque nós tínhamos outra universidade em outra época, tínhamos uma universidade crítica, autocrítica, uma universidade a serviço dos interesses das maiorias populares. Pois bem, tudo isso foi reprimido, como em outros setores da classe trabalhadora, em que delegados de fábrica, trabalhadores em geral sofreram prisão, tortura, morte, exílio. Tudo que havia nesse outro período, a ditadura militar procurou aniquilar.

Muitas e muitos docentes que sobreviveram àqueles anos buscaram se organizar, geralmente para exigir a reintegração das professoras e dos professores demitidos e para tentar repatriar as professoras e os professores exilados. Isso ocorreu nas escolas e também nas universidades, onde também houve muitas e muitos estudantes desaparecidos, presos, assassinados. Nossa universidade pública argentina tem uma longa lista de alunos que foram vítimas daquela época sombria, não apenas da última ditadura. Também no período da ditadura de Onganía, a repressão e a perseguição a docentes, estudantes e trabalhadores em geral foi uma constante. Mas também sempre houve grandes lutas de resistência, como o Cordobazo em 1969, que acabou com o governo de fato. Nós reconhecemos esse feito enorme no marco de grandes mobilizações e greves operárias que conseguiram mesclar os interesses da classe trabalhadora com os interesses do movimento estudantil. Nos anos 1970, começaram a se formar as primeiras organizações e corpos de delegados docentes, que se consolidariam nos anos 1980. Nas reuniões eles já começaram

a reclamar, como eu disse, por reivindicações relacionadas aos direitos humanos. Mas também pela normalização das universidades. Então, cresceram as reivindicações por cargos docentes, categorias, pela possibilidade de uma carreira docente. E sempre houve a reivindicação de um orçamento maior para as universidades, acompanhado de planos de luta e mobilizações junto ao movimento estudantil. É o que, em resumo, está documentado no livro que pudemos construir a partir da memória coletiva.

Isso é uma parte da história, que reconstruímos entre 2001, quando ocorreu a fundação de nossa ConadU Histórica, até 2011. Antes éramos uma federação única, a ConadU. Mais tarde, quando um setor daquele renunciou ao nosso principal bastião, que era a autonomia dos patrões, e passou a ter alguns vínculos mais burocráticos com o governo da época, nossa federação acabou se partindo, houve uma intervenção do Ministério do Trabalho. Bem, o processo é longo, mas não será muito diferente do que vocês também devem ter passado durante o governo Lula, eu acho. Eu entendi que eles montaram outro sindicato que era paralelo ao governo, algo que rejeitamos e repudiamos. Posso exigir a liberdade do Lula e dizer isso, e o faço com total convicção.

Nossa federação foi fundada em 2001, também em um contexto de enorme crise social e lutas de resistência. Um ano muito convulsionado que culminou com o Argentinazo, que ocorreu nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, com a saída do governo da Aliança encabeçado por De La Rúa e que mais tarde nos deu 5 presidentes em um mês. Pois bem, naquele momento fundamos a ConadU Histórica, nossa federação nasceu no calor de todas essas lutas.

A nossa prática sindical continua a ser sustentada nas assembleias, no nosso respeito à liberdade e à democracia sindical, na autonomia dos governos do momento, das patronais

universitárias e dos partidos políticos. Temos como baluarte a defesa da educação pública e da universidade pública em primeiro lugar e, obviamente, a defesa dos direitos das e dos docentes universitários.

A luta pelo Acordo Coletivo de Trabalho

Em 2015, conquistamos o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho. Para nós foi uma conquista histórica, depois de 20 anos de luta e tendo salários fragmentados em todo o país, cargos fragmentados e cerca de 80% do corpo docente na condição de temporários, isto é, em contratos de renovação anual. A partir da entrada em vigor do acordo coletivo e da sua aplicação na maioria das universidades nacionais, foi possível estabelecer o ingresso na carreira para os docentes com 5 ou mais anos no cargo, conforme estabelecido no artigo 73, que é uma cláusula transitória. Desta forma, os professores que se encontravam na condição de temporários, adquiriram o estatuto de efetivos, o que lhes confere estabilidade no cargo sujeito a determinadas condições. Antes deviam fazer um concurso público aberto, de oposição e antecedentes, como se nunca tivessem trabalhado, ou nunca tivessem sido avaliados. Os que estão na condição de temporários há menos de 2 anos realizam concurso público, e os que estão entre 2 e 5 anos têm o mecanismo de acesso à carreira (em geral são concursos fechados) definido em comissões paritárias. E depois há avaliações periódicas, a cada 7 ou 5 anos, ou nos anos que a universidade e os sindicatos acordem em uma comissão paritária, mas a avaliação é individual. A avaliação do desempenho escolar do professor é feita, mas sem concurso aberto. Normalmente é uma planificação e uma avaliação por uma junta, por uma comissão, e o professor permanece no cargo. Se for mal avaliado, pode ter até duas avaliações negativas consecutivas ou três alternadas e não perde o cargo. Isso é muito

valioso para nós porque permite que os professores praticamente se aposentem com poucas avaliações ao longo de sua carreira, sem estar à mercê de uma averiguação anual.

Além disso, a nomenclatura de cargos docentes universitários, também inclui a nomenclatura de cargos docentes para o ensino pré-universitário. Conseguimos incorporar um regime de licenças que é muito avançado, especialmente a licença maternidade, que realmente consagra um importante direito das mulheres. Infelizmente, ainda não temos licenças para violência de gênero, mas presumimos que em breve as incorporaremos.

E prevê a dispensa, a partir da aposentadoria, pela lei da aposentadoria móvel, que também conquistamos com muita luta e trabalho com todos os blocos de deputados e senadores. E depois de quase três anos de intenso trabalho, foi aprovada por unanimidade nas duas câmaras. Em 2009 alcançamos a aposentadoria com 82% móvel, lei que rege a todos. Temos três regimes especiais de aposentadoria móvel para docentes universitários, pré-universitários e pesquisadores. Obviamente, hoje também estão tensionados devido à reforma da previdência que o governo acordou com o fundo monetário. Mas além disso, os últimos aumentos salariais incorporaram muitas rubricas fixas, rubricas sem contribuições para o sistema previdenciário que prejudicam os valores recebidos na aposentadoria. Antes tínhamos 100% do salário com contribuições, 100% remunerativo, 100% bonificável, então até recentemente a gente se aposentava com 82% do melhor salário, que era o último salário. Agora, dos últimos aumentos que nos deram, 66% são rubricas negras, como dizemos – mal dito – mas são rubricas não remunerativas e não bonificáveis que não têm contribuição para o sistema previdenciário.

Ou seja, com a introdução das rubricas fixas, eles destruíram novamente a escala salarial, afetando a escala de antiguidade, os adicionais por área desfavorável para as universidades mais dis-

tantes e, obviamente, também prejudicando muito as aposentadorias atuais e futuras.

Continuamos a luta pela aplicação do acordo coletivo em todas as universidades e pela recuperação de salários e pensões.

Articulação com outros setores

São muitas as lutas em que intervimos contra o ajuste e as políticas neoliberais no âmbito da nossa CTA Autônoma, mas também em articulação com outros movimentos, em particular com os movimentos sociais, estejam ou não na nossa central, com organizações de direitos humanos, com o movimento estudantil, partidos políticos etc. A luta na Argentina tem sido muito, muito intensa. Recentemente fizemos o enfrentamento contra o “dois por um”, que foi uma decisão judicial do ano passado, que tentava reduzir pela metade a pena de repressores por crimes de lesa humanidade. Foi um escândalo e as diferentes entidades, as organizações de direitos humanos, saímos em grandes mobilizações, houve verdadeiras revoltas populares em todo o país. Nossa federação fez parte de todas elas.

Também tivemos enorme participação nas lutas do movimento de mulheres, tanto pela legalização do aborto quanto contra a violência de gênero. Também lançamos uma publicação sobre violência de gênero nas universidades nacionais. A partir daí, começamos a planejar protocolos para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero nas universidades nacionais em coordenação com o movimento estudantil e o setor não docente. E também com autoridades. Avançamos bastante desde que iniciamos esta campanha. Hoje, das 57 universidades nacionais, 28 possuem protocolos. Ainda há muito que fazer. Recentemente, o CIN (Conselho Interuniversitário Nacional) definiu a adesão das universidades nacionais à Lei Micaela, que estabelece a capacitação obrigatória dos profissionais em ques-

tões de gênero e violência contra a mulher. É um programa de capacitação aprovado pelo Congresso Nacional para que funcionários e administradores de diferentes setores sejam capacitados nesta perspectiva. Então as universidades aderiram e isso será obrigatório para docentes, não docentes, estudantes e autoridades superiores também.

No dia 30 de agosto do ano passado, protagonizamos a maior mobilização da história universitária, no marco de seis semanas de greve por reivindicações salariais e orçamentárias. Mais de 300 mil pessoas marchamos em Buenos Aires sob forte chuva, e centenas de milhares se mobilizaram nas províncias contra o ajuste às universidades nacionais e em defesa da educação pública. Tivemos marchas enormes desde que o governo assumiu e passou a executar demissões e ajustes em todos os setores. Em 12 de maio de 2016 ocorreu também uma grande mobilização educativa na qual tivemos grande participação. Tem havido picos de participação muito altos nestes tempos e também períodos mais baixos. Isso obviamente tem a ver, não só com o que a liderança sindical possa transmitir às companheiras e aos companheiros sindicalizados, mas também com o nível de desacordo da base. Mas nada do que conquistamos nos foi dado por qualquer governo. Temos uma longa tradição de greves, mobilizações, tendas, aulas públicas, rádios abertas, petições etc. Foi assim que conseguimos a lei previdenciária que saiu por unanimidade nas duas casas porque era irrepreensível, mas foi preciso fazer um trabalho de formiga e sempre com luta.

Bem, os professores sentem quando também são tempos de defesa e quando são tempos de refluxo. Estamos em um momento de muitas investidas deste governo, ao qual continuamos fazendo resistência. Acreditamos que podemos conseguir alguma conquista ou pelo menos não perder tanto quanto temos perdido em questões orçamentárias, por exemplo. Ou na ques-

tão salarial, onde ao terminarmos de receber teremos perdido praticamente 20% do salário, que se soma aos 9% que perdemos em 2016 e ao 1% que perdemos em 2017, que foi o ano que menos perdemos na universidade contra a inflação, que continua a crescer. Eles não podem controlar a inflação, eles não podem controlar a desvalorização, eles não podem controlar os aumentos de preços e tarifas. Não é uma consequência indesejada de uma política mal aplicada, esse plano de ajuste faz parte da mesma política, pactuada com o fundo monetário, de continuar ajustando e ajustando os setores populares em benefício dos grandes grupos. É a política deste governo, e nas questões universitárias os reitores são cúmplices silenciosos. Alguns setores da nossa categoria docente, às vezes, também olham para o outro lado, pretendendo continuar com seu individualismo, nem sempre acompanham todas as lutas e, às vezes, veem como incômodo isto de “ficar protestando o tempo todo”.

Mas há realmente muitas coisas que conquistamos desde que nos organizamos sindicalmente. Agora são tempos de resistência, como temos feito contra a reforma previdenciária em dezembro de 2017 junto com outros setores. Houve repressão, com cassetetes, gases, balas de borracha, companheiros presos. Eles estão determinados a fazer valer as reformas (trabalhista e previdenciária) acordadas com o fundo monetário. E isso é mais ajuste em todos os setores, inclusive no orçamento da universidade. É por isso que dizemos: a luta continua!

CAPÍTULO 7 – DECOMPOSIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA¹

Ricardo Antunes²

Boa noite a todos e a todas! Eu estou muito contente de estar aqui. Quero começar agradecendo o convite ao nosso sindicato, o Andes, ao meu amigo Osvaldo Coggiola que está ali. Hoje, várias vezes, lembrei-me da fundação do Andes, em 1980, em Campinas. Eu estava lá no encontro de fundação, como muitos de nós que participamos do movimento de oposição que levou à criação do Andes. Saindo de uma ditadura. Momentos que, digamos, tem certa similitude. Então, quero parabenizar, acho que, como o Marcelo disse há pouco, nós vamos sair dessa encrincha se combinarmos luta social e reflexão profunda dos temas cruciais. Se nós não fizermos isso, então, a Margaret Thatcher deverá ter razão: *There is no alternative* (não tem alternativa). E,

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Professor titular do IFCH da Unicamp, autor de dezenas de livros sobre o mundo do trabalho e classe trabalhadora. Entre suas últimas obras estão o livro *O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital* (2018 e 2020) e *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado* (2020).

por isso, eu quero saudar este encontro. Quero, também, dizer que é um prazer estar aqui com meu querido amigo Marcelo, que fez uma apresentação cuidadosa, dando tantos elementos para se pensar a classe trabalhadora hoje. É um prazer também estar com Mariana, que está nos coordenando nesta mesa. E que este evento seja um momento de fortalecimento do Andes, do nosso sindicato, numa quadra que estamos entrando, que é mais difícil, mais complexa, do que até mesmo a ditadura militar. Porque o cenário mundial é muito adverso. Se eu tiver tempo, pretendo fazer uma nota um pouco mais abrangente do cenário mundial. Mas não sei se vai dar tempo.

O tema da mesa é muito sugestivo, importante: decomposição e recomposição da classe trabalhadora. Desconstrução, destruição, e reconstrução da classe trabalhadora. Tentei, então, pensar minha apresentação contemplando, digamos, a dinâmica que está por trás desta pergunta, que é crucial. Há muito tempo, nesta altura do campeonato, quase quatro décadas, que a gente vem caminhando, fortemente, e acho que temos acertado, modestamente. E digo isso contra aquela tese eurocêntrica do fim da classe trabalhadora, do fim do trabalho. Bom, aquilo virou pó. É que nem jornal do dia seguinte, só serve para embrulhar peixe. Livros que defendem teses muito ousadas, espetaculares, eliminação de tudo o anterior, de tudo..., depois de certo tempo nem no sebo são mais encontrados, porque o sebo supõe que o livro tem certo valor.

Agora, nós estamos desafiados a entender um pouco o que está ocorrendo, o que vem mudando. Tentarei fazer minha apresentação trabalhando com três movimentos. O primeiro movimento, se nós fossemos fazer uma fotografia breve do século XX, eu diria que foi o século do automóvel. O mundo constituído, então, foi desenhado e concebido a partir da fábrica. O universo taylorista e fordista, a fábrica automotiva, no início do

século XX, acabou desenvolvendo um mundo onde a classe operária, a classe trabalhadora, o universo fabril, o universo fabril automotivo, industrial no sentido amplo, se esparramou pelo mundo inteiro. Vocês, quando forem à Unicamp, encontrarão no arquivo Edgard Leuenroth, o acervo do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), que era uma tentativa, já dos anos 1920 para os anos 1930, de introduzir o taylorismo no Brasil. Tal foi a expansão dessa sociedade que o Chaplin, insuperável, a fotografou magistralmente no seu *Tempos Modernos*.

Vou ser bem sintético nessa primeira parte porque, nós sabemos, isso foi em alguma medida desconstruído. É uma sociedade maquínica, vertical, concebida, incluindo o mundo fabril, a partir da concepção tayloriana, da gerência científica, do *Homo saber*, o que elabora, o administrador científico, o engenheiro, e o *Homo faber*, a classe operária, manualizada. Não é por acaso que o Taylor, que não era um idiota, dizia que os operários deveriam ser gorilas amestrados, dóceis. Gorilões, viris e produtivos, mas não rebeldes, porque gorilão rebelde é confusão na fábrica. Esse era o desenho, uma classe operária muito concentrada nos grandes espaços produtivos; masculina na sua predominância, a fábrica automotiva tinha prevalência masculina, embora nunca fosse exclusivamente masculina; regulamentada, porque desde o século anterior, na verdade, desde o início da Revolução Industrial, os sindicatos fizeram avançar as lutas pela regulamentação da jornada de trabalho, direito do trabalho, descanso semanal, trabalho igual para salário igual..., tudo isso avançou.

E essa grande fábrica, que gerou o que os italianos chamavam de o operário massa, fez com que o sindicato do século XIX, que era de outro tipo, tivesse que se adequar à nova morfologia do trabalho do século XX. Não dava mais para conversar no sindicato artesanal, de ofício, em uma fábrica como a Volkswagen, como a General Motors, como a Ford. A Ford, quando eu visitei

em São Paulo, em meados dos anos 1980, era uma fábrica imensa. A Volkswagen, na qual eu nunca consegui entrar, tinha, no ABC, prefeitura, delegacia, nome de rua..., era uma cidade, uma cidadela operária. E os sindicatos que nasceram, de certo modo, eram sindicatos de massa, mas foram enfeixando-se, também, como sindicatos verticais, como as empresas verticais. Sindicato social-democrata, ligado a social-democracia, sindicatos comunistas, dos seus mais distintos matizes, sindicatos trabalhistas, reformistas...

Essa foi a classe trabalhadora que assustou o capital, que deflagrou revoluções, que, digamos assim, marcou esse século que se foi. Era uma classe trabalhadora muito marcada pelo que você poderia chamar de um processo da fábrica, de uma alienação despótica, quase animalizada. Marx, desde o século XIX, quando antecipa o cenário da grande indústria, ele dizia que é preciso um despotismo fabril forte para colocar essa classe operária para produzir, para controlar essa classe trabalhadora, torná-la mais produtiva, geradora de mais valor. E foi uma classe operária onde as atividades eram muito especializadas. No caso da indústria automobilística, estou usando aqui a indústria automobilística, mas isso poderia valer, *mutatis mutandis*, para os químicos, os bancários, os professores, com as suas devidas especificidades. Mas a planta automotiva é, para mim, o que caracteriza o século XX, e é esta classe operária que foi vitoriosa, importante, e explosiva ao longo do século passado.

E a atividade era muito especializada, o ferramenteiro, o trabalhador da pintura, o trabalhador da tapeçaria... Era uma planta muito segmentada, digamos assim, a cada trabalhador ou a cada trabalhadora, a sua atividade. Isso se alterava um pouco na indústria têxtil porque, por vezes, tinha um maquinário diferenciado, mas a grande sacada do Taylor e do seu casamento com Ford, um casamento poderoso que se manteve por um século,

levou àquela linha de montagem muito rígida; uma produção fundada nas economias de escala – de modo que o Ford dizia, o desafio do consumidor é escolher entre o carro Ford modelo T, cor preta, ou o carro Ford modelo T, cor preta, ou seja, o um ou o mesmo; produção em massa; os operários podendo consumir, houve um relativo aumento salarial, a jornada de U\$5 por dia e, a partir daí, digamos assim, esse cenário se esparramou. Mas o século XX foi o seu período de hegemonia.

A partir do período entre 1968 e 1973, que eu não posso desenvolver aqui, mas das explosões de 68, Paris, vários países da Europa, Estados Unidos, México, Itália no ano seguinte, 1969, no Brasil, 1968, *cordobazo* na Argentina, invasão da Tchecoslováquia, invasão russa em Praga, em 1968. Então, esse foi um ano, digamos assim, onde tudo que é sólido começou a derreter. E, a partir daí, se iniciou um processo que fez com que caminhássemos para, o que eu estou chamando na minha exposição, o segundo movimento. Entre 1968 e 1973 – 1968 as explosões, 1973 quando a crise dá um sinal de ser uma crise não mais cíclica, mas uma crise longa, estrutural e profunda. Não há tempo para expor isso aqui, mas acho que a gente de algum modo acompanha um pouco o que se passou. E, a partir daí, montou-se uma trípole destrutiva que tem concebido, desenhado e conformado o capitalismo até a situação em que nós chegamos hoje. Um capitalismo fundado no neoliberalismo enquanto ideologia ultrarregressiva, e hoje nós estamos num patamar mais avançado dessa ultrarregressividade. Um capitalismo sob hegemonia financeira, que é muito diferente do período da hegemonia industrial. E hegemonia financeira, só um parêntese, não são os bancos, é fusão de banco com indústria, com um capital mais poderoso que totaliza tudo. Sou completamente contrário a quem acha que a hegemonia financeira é só especulação. Nada disso! Penso muito

diferente disso. A hegemonia financeira controla o mundo do capital na sua totalidade.

E um terceiro movimento que tem a ver, também, com esse nosso debate diretamente, uma reestruturação produtiva do capital permanente. Fui um dos primeiros, acho que posso dizer isso, a tentar entrar em cheio, mas aos poucos fui percebendo que a ideia de reestruturação produtiva merecia uma qualificação mais precisa, ela é permanente. Nós estamos, agora, às vésperas, ou já entramos, na chamada indústria 4. 0. Dou uma nota sobre isso no livro *O privilégio da servidão*, que resultou da pesquisa que eu fiz, visitando vários países, tentando entender um pouco essa tragédia que é global. Se nós entrarmos, se o capitalismo chegar, como parece inevitável, à chamada indústria 4.0, nós vamos entender o que é devastação, e qual vai ser a cara dela. E, a partir de 1968/1973, você tem esse desenho que nos leva ao segundo movimento.

No século XXI, se eu tivesse que, como no século XX, tentar caracterizá-lo, é muito cedo, nós estamos no começo do século XXI, é inimaginável, mas assim, se pudesse definir uma coisa para ele, diria que é o século do *smartphone*, do celular e do mundo digital. Você não entra em nenhum metrô, em nenhum lugar do mundo, que as pessoas não estejam falando com uma máquina, inumanas, com maquinário, fazendo uma interação com outro mundo. Até porque a interação com a família, com a esposa, com o marido, está impossível; com os filhos, difícil; com o vizinho, é guerra; então, a única interação possível é com a máquina, vivemos o século do mundo maquinico. E ele afetou profundamente o mundo do trabalho, profundamente.

As empresas, para fazer um paralelo com o que eu disse anteriormente, elas se horizontalizaram, terceirizaram. O Marcelo deu elementos muito importantes, atuais, empíricos e analíticos dessa horizontalização, quer dizer, a terceirização é total. A

Toyota, que começou com isso, se fundava na terceirização, hoje a terceirização está esparramada em todos os espaços. Nós vimos, nos estertores do governo Temer, em setembro do ano passado, que uma de suas últimas medidas foi levar a terceirização para o espaço público, quase que de modo ilimitado. Empresa horizontal com maquinário informacional digital, jogando numa classe trabalhadora fragmentada porque, ao contrário, os capitais perceberam que um dos seus pontos débeis, o seu calcanhar de Aquiles, era a concentração operária e a luta operária de 1968. A Volkswagen do Brasil tinha 44 mil trabalhadores no final dos anos 1970 e início de 1980, na época das greves do ABC. Só São Bernardo passava de 20 mil, se não estiver confundido – quando fiz minha tese de doutorado me lembrava bem desses dados –, mas muita, muita gente.

A fábrica moderna, a empresa moderna, tem que ser esparrramada até porque tem uma rede que a estrutura digitalmente. Assim, você resolve dois problemas, de um lado, arrebenta no âmbito espacial aquela coesão massiva da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, o sistema informacional permite que se aumente a produtividade. Não tem sindicato, é mais difícil organizar sindicalmente, você pode mudar para qualquer país, que isso pode ser estruturado. Isso, naturalmente, não vale do mesmo modo em todas as empresas. Quando você olha a indústria automotiva e vai estudar, por exemplo, a Benetton, são muito diferentes, é claro, mas é possível perceber que esse desenho se amplia.

Há um processo exponencial e forte, eu já tinha destacado isso antes, de feminização da classe trabalhadora. Nunca a classe trabalhadora foi só masculina, nós é que errávamos muito ao chamar do trabalhador, do homem. Há umas décadas entendi que não é assim que funciona, até fico um pouco curioso porque às vezes algumas colegas minhas falam o homem, ou o trabalha-

dor. O contingente feminino hoje em muitos países, dentro da classe trabalhadora, quantitativamente falando, é maior que o contingente masculino, bastaria falar isso. E no mundo todo, do século XX, da indústria do século XXI, e dos serviços, a classe trabalhadora é majoritariamente feminina, houve um processo de feminização muito especial.

Há também a expansão das terceirizações e dos múltiplos modos de envolvimento da classe trabalhadora, cada vez mais desregulamentada. Houve uma mudança muito profunda que, em particular, afetou a indústria, a agricultura, o serviço. Até porque, hoje, você tem que falar indústria, agricultura, serviços, são três círculos, mas você tem que fazer também as interseções: agroindústria, indústria de serviços e serviços industriais. E isso fez com que todo esse universo fosse alterado. Uma fábrica, hoje, é toda digitalizada, os trabalhadores são mais jovens, têm que ter algum conhecimento da língua inglesa, estou falando de operários, trabalhadores operários, das indústrias que tenho conseguido pesquisar e acompanhar, eu e o nosso grupo de pesquisa. O trabalhador é muito diferenciado do período anterior.

Na agricultura também. O agronegócio, hoje, depende desse avanço informacional digital. Praticamente todas as empresas do ramo de agronegócios, hoje, dependem de uma forte dimensão, mesmo em um trabalho, aparentemente, digamos assim, mais distanciado. Até porque, a agroindústria é a articulação complexa que começa na produção, produção rural, e termina, na sua transformação, etanol, soja e tudo mais. E no setor de serviços, como o Marcelo antecipou, a coisa esquentou.

Você tem, nas fábricas, a demolição, a desconstrução ou a decomposição, como diz o tema da nossa mesa, do operário massa. No ideário do capital, em alguma medida, esse operário massa vai sendo substituído pelos colaboradores individualizados, estes recebem pelo que produzem, o sistema não é mais o cronômetro

controlando. Isso como tendência, estou aqui apontando essas diferenças, mas há muita imbricação entre elas. De todo modo, é muito diferente o mundo industrial, hoje, no que diz respeito ao universo operário. Ah, mas na China, mas na Índia... Claro, é muito importante. Eu estou apontando algumas tendências, mas, repito, a hibridez aqui é vital. A minha cabeça deu duas viradas ao longo dessas décadas todas, e não faz muito tempo. A primeira foi quando conheci o mundo europeu, que dizia que o trabalhador estava acabando. Eu falei: “Bom, ou eu vim parar na Itália por engano, ou a classe trabalhadora não acabou, mas tem que entender no que ela mudou.” Depois, foi ter conhecido a Índia e a China, que o Marcelo falou aqui e que no meu livro *O privilégio da servidão* tento tratar um pouco. É onde você percebe o que é a classe trabalhadora, o que é a precarização estrutural, o que é o vilipêndio, o que é o saque, com as diferenças que existem entre esses dois países.

Muito bem. No mundo do trabalho, nós passamos a ter o trabalho digital. O operário e a operária não são mais necessariamente controlados pelo cronômetro, pelo déspota. Ah, mas eles acabaram? Não! É um processo de diminuição e, em alguns casos, eliminação, por quê? Porque o trabalhador e a trabalhadora são inculcados a se tornarem déspotas de si próprios, uma síntese que eu usei, no *Adeus ao trabalho*, em 1995. Déspota de si próprio, é um sistema de metas que você tem que controlar, e que você sabe muito bem se fez as metas ou não. Não fez, tem que fazer. No mundo universitário, não tem qualis A, você é excluído! Não tem qualis A, então tem que dar um jeito. Nós sabemos quais são as metas, entende? Imagine isso no *telemarketing*, *call center*, hotelaria, hipermercados, *fast-food*, comércio, nas fábricas terceirizadas e flexibilizadas como a Foxconn, na China, que só entre 2009 e 2017 teve muitos suicídios, vários suicídios, isso para não falar da Telecom Franz.

E nasce, digamos assim, um trabalho que é mais individualizado, é *online*, é digital, pode ser feito no espaço da produção, no espaço da empresa, ou nas casas, com *home office*, com teletrabalho, com trabalho no espaço onde você vive. E isso gera um proletariado, que a Úrsula Rios aborda em seu livro *A formação do cybertariado* [The making of the cybertariat], publicado por minha iniciativa, pela Editora da Unicamp, há um ano e meio, que indico para quem quiser estudar o tema. É muito original esse livro, com a vantagem de que é edição brasileira e com textos bem mais atuais do que a publicação original do começo de 1990. Um infoproletariado, de que Ruy Braga e eu falamos naquele livro que trata especialmente de pesquisas feitas no Brasil sobre *call center* e *telemarketing*. Hoje, você não tem, como tinha, 850 mil bancários ou bancárias como em 1985, quando houve uma greve importante, mas você tem uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, a divisão sociossexual do trabalho, nesse caso, é decisiva, a prevalência feminina é enorme, mulheres que estão invisibilizadas nos *call centers* que atendem e prestam serviço para os bancos, para as lojas, para tudo que a gente tem hoje no mundo da produção.

E esse desenho, digamos assim, criou alguns exemplos de trabalho, que são mais ou menos conhecidos entre nós, e que eu desenvolvi no livro *O privilégio da servidão*. Quer dizer, na Inglaterra há mais de duas décadas temos uma experiência chamado *Zero Hour Contract*, que é o seguinte, todo tipo de trabalho, homens e mulheres, dos serviços, médicos, advogados, enfermeiros faxineiros, trabalhadoras de limpeza, qualquer tipo de trabalho, ficam disponíveis e são chamados por uma plataforma. Fazem o trabalho, recebem uma parte, e a outra parte é surrupada pela plataforma, que é uma grande corporação. A diferença do que vou citar depois, que é o Uber, daí a ideia de uberização do trabalho, é que no *Zero Hour Contract*, não há

contrato de obrigatoriedade. Eu pergunto a Mariana se ela quer fazer o atendimento, e ela diz “Hoje, não.”, aí eu vou falar com o Marcelo, ele também pode dizer “Hoje, não.”, mas alguém vai acabar topando. “Não sou obrigado a dar trabalho a vocês, e nem vocês a aceitar”. Só que isso cria uma massa disponível de trabalhadores e trabalhadoras, de todas as áreas de serviços, disponíveis para o capital e, perfeito, você ficou três dias esperando para fazer o trabalho, e fez um, você trabalhou em duas horas, você recebe por 2 horas ou pelos três dias? Pelas duas horas. Os três dias, que você ficou esperando lá, é problema seu. Os empresários, pela dádiva, são todos dadivosos: Nós damos emprego, ele é que quer ser *Zero Hour*, ou ela. Não, não! Você só é zero hora porque você não pôde ser jornada regulamentada, no caso brasileiro, ser celetista.

Um segundo exemplo, que também conhecemos, é o do Uber. Se não existisse essa empresa, no Brasil, o nosso desemprego seria bem maior do que é, quantitativamente levantado. Porque qualquer trabalhador ou qualquer trabalhadora desempregado/a hoje, se ele/a tem um carro, ele/a se aplica no Uber, se ele/a não tem, ele/a aluga um carro para fazer o mesmo. E todos vocês, provavelmente, já tiveram a experiência de andar num desses automóveis, todos eles são de profissões, eu já peguei veterinário, engenheiro da produção, motorista de caminhão, metalúrgico, todas as atividades, sem trabalho, você tem essa alternativa de fazer jornadas de 10, 12, 14, 16 horas. A empresa extrai, diretamente do que é pago, a parte dela, extração pura de mais-valia. Vou tentar chegar, se der, também, nesse ponto, extração pura de mais-valia, pura. Ah, mas ele não é operário! Ele não é operário industrial fabril, lembremos das pistas que o Marcelo deu. Nesse caso até usei uma síntese, eu disse assim: “O capitalismo de plataforma é uma espécie de protoforma do capitalismo.” O que é isso? O capitalismo de plataforma que nós temos hoje,

o trabalho digital, o operário que está aqui, o trabalhador do mundo digital que está sendo rebobinado, você não sabe se está sendo reenergizado ou sugado no que lhe resta, porque ele já está curvado. O capitalismo, então, da era digital, se fundamenta nesse tipo de trabalho que está vinculado ao celular. Hoje eu conversava com o moço que me levou para o aeroporto de manhã, ele estava dizendo que teve um dia em que roubaram o carro dele, ficou sem celular, sem o carro, parou de trabalhar. E o seguro? Ele não tem seguro nenhum, o Uber paga tudo, como vocês sabem, gasolina, seguro do carro, seguro dele, limpeza do carro. Tudo, paga tudo. E se ele não pagar isso, o que acontece? A empresa só tira. E por que o capitalismo de plataforma é como a protoforma do capitalismo? Qual foi a protoforma do capitalismo? A protoforma do capitalismo foi a acumulação primitiva, a exploração e a espoliação colonial. Hoje, é a exploração e espoliação digital, por isso eu uso, sem nenhuma reserva, nós vivemos a era da escravidão digital.

Nenhum pedreiro, nenhum trabalhador da construção, nenhuma trabalhadora da limpeza pode hoje viver e trabalhar sem ter o celular, essa praga que inferniza a vida de todo mundo. E o professor? Ele é crítico. Mas, o que vou fazer quando sair daqui? Vou ligar essa porcaria. Não é assim? Nós fazemos isso, porque o nosso trabalho está aqui, no celular, é aqui que se controla o nosso trabalho. E isso vale para um conjunto grande de categorias de trabalhadores.

Eu peguei um caso na Itália, último exemplo que vou citar, suspenso em 2017, que é o trabalho pago por *voucher*. Os trabalhadores e as trabalhadoras, dos mais qualificados aos menos qualificados, dos mais jovens aos menos jovens, dos nativos aos imigrantes, ganham o *voucher*. Trabalham um número de horas e ganham *voucher* que vão trocar pelas horas trabalhadas. Na Itália, que em 1970 teve um código de trabalho avançado;

em Portugal, os recibos verdes; na reforma do Temer, não na da terceirização, na trabalhista, na contrarreforma do Temer, os intermitentes. Essa é outra praga mundial e brasileira, porque o intermitente ou a intermitente, ele contabiliza como trabalhando, como estando empregado, perdão, mas como no exemplo que eu citei do *Zero Hour* e outros, ele pode trabalhar ou não. Aliás, a única diferença do *Zero Hour* para o Uber é que o Uber não pode recusar. Se recusar uma, duas vezes, ele tem que justificar. Se recusar três vezes, já é um candidato a ser posto fora, se não tiver uma justificativa plausível. O *Zero Hour* pode recusar quantas vezes quiser.

Então, nós temos, na verdade, uma miríade de trabalhadores e trabalhadoras do mundo do trabalho que fez com que houvesse uma verdadeira explosão do setor de serviços. De modo muito sintético, nos séculos XVIII e XIX, o capitalismo fez a transformação capitalista da indústria. Porque a indústria já existia no Egito antigo. Quando você pegou a primeira pedra ou o primeiro minério e extraiu dela, por aquecimento, o ferro, é um processo de transformação, a indústria capitalista é outra coisa. No século XIX, o capitalismo transformou, capitalisticamente falando, o mundo rural. A partir dos anos 1970 do século passado, tudo aquilo que era serviço e que era desprezado pelo capitalismo, as áreas produtivas do setor de serviços eram minoritárias, o capitalismo devastou.

Hoje, as zonas de não mercadoria no setor de serviços são poucas, saúde, educação, previdência, estradas, tudo no setor de serviços foi transformado. E essa transformação no setor de serviços, alguns denominam sociedade pós-industrial, sociedade de serviços. Eu nunca usei esses termos nos meus livros, nunca escrevi, apenas citei quem usa. Sabe por quê? Porque nós estamos vivendo um processo de industrialização dos serviços. Mas de onde o Ricardo tirou essa ideia? Do Marx. E por que do

Marx? Quem vê o volume 2, porque tem que passar do volume 1 para o volume 2, se não, não dá, né? Quem leu o volume 2 de *O capital*, vai ver que..., vocês riram, né?, tem que ler, e o 3 também! É claro que eu estou brincando! Mas estou me baseando neles. A indústria de serviços é um processo onde tudo se torna gerador de lucro e de mais-valia. Por exemplo, o comércio gera lucro, mas o Marx dizia que não gera mais-valia. Mas a indústria de transporte, a indústria de armazenamento, a indústria de comunicações do seu tempo gera lucro e mais-valia. Porque Marx vai dizer, no volume 2 de *O capital*, que a mais-valia, centralmente, é gerada no processo de produção, por suposto. O processo de circulação é vital para a produção, é vital, para o processo de produção ir bem, que a circulação, como diz o Marx, se aproxime de zero, porque se leva dias para circular e comprar mercadoria, comprar matéria-prima, contratar trabalhadores, você não produz. Então, tem que ter circulação ágil. O Marx era tão genial na sua formulação, e dizer isso não significa que ele não tenha erros, os gênios também erram, mas eles são gênios, é uma categoria um pouco diferenciada. O Marx vai dizer, “É preciso entender”..., só na cabeça de uma figura com essa luminosidade, né? “É preciso entender o processo de produção dentro do processo de circulação”. Se meu livro *O privilégio da servidão* tem alguma coisa nova, isso não é novo, por suposto, é tentar entender esse cenário atual partindo do Marx, não chegando nele, partindo dele.

Pois bem, qual é o papel do mundo midiático, das mídias, hoje, do mundo digital? É reduzir ao mínimo o tempo de circulação das mercadorias, é reduzir intensamente o tempo de produção. E isso gerou uma explosão de um novo proletariado, Marcelo deu tantas pistas, que tem sido, inclusive, importante nas revoltas. Terceirizadas da limpeza, professores substitutos, enfermeiros que são, digamos assim, suplementares, uma massa de trabalhadores e

trabalhadoras, *telemarketing*, *call center*, hotelaria, são muitos que, digamos, se inserem nesse processo que gera mais-valia, que gera lucro, e também, frequentemente, mais valor. Isso significa, outra pista do Marx que é importante para entender, e que lembra aquele genial escritor mineiro, o Guimarães Rosa, “pão e pães questão de opiniões”. Às vezes repito isso bastante porque é difícil achar uma melhor que essa, entende?, pão e pães..., claro que cada um pode ler os grandes autores do jeito que quiser. Esse é o meu modo de ler. É o certo? Não tenho a menor ideia. Nem a mais remota ideia. Mas Marx tem uma noção de indústria ampla, indústria para o Marx, para mim, não é só transformação da natureza, indústria que Marx analisou, no século XIX, era transformação da natureza. Mas, hoje, é indústria de serviços, aliás, ele deu muitas pistas, quando falava da indústria de armazenamento, ele falava em indústria de transportes, indústria de comunicações, indústria do gás, e assim por diante.

Naturalmente isso criou um novo proletariado desregulamentado, intermitente muitas vezes, na informalidade, terceirizado, dependente. Uma fábrica como a Foxconn, que produz Apple e Nokia, entre outras marcas, é uma empresa global de terceirização, na China e também no Brasil. Há uma unidade da Foxconn no Brasil. Chegou a ter na China 1,6 milhão de trabalhadores, empresa global de terceirização. É por isso que algumas das chinesas que estudam criticamente a sociologia do trabalho na China dizem: o futuro e para onde vamos, passa pela luta de classes na China, como na Índia. E o Marcelo tem razão, a greve de 2016 na Índia é considerada a mais ampla greve mundial, que envolveu 160 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. É um país, também, de um bilhão de pessoas, menor que a China, mas bem explosivo.

Isso, então, cria para a gente alguns problemas..., e uma nota, que não vai dar tempo, na indústria 4.0, três palavras, o que é

indústria 4.0? Criar a internet das coisas, a inteligência artificial, os algoritmos, e as fábricas vão conversar, as máquinas vão conversar entre si. Então, essa máquina A, não o Ricardo, vai avisar a máquina B, que não é a Mariana, é a máquina B, que acabou tal coisa, que eu tenho que fazer, e a Mariana, que é a máquina B, vai avisar a máquina C, o que tem que fazer. E nessa, nós três dançamos! Entenderam? A questão para mim é que é uma tecnologia destrutiva, é desigual entre o norte e o sul, e ela vai ser devastadora. Ah, mas vai criar novos empregos. É verdade! Vai criar uma massa lá no topo, de quem atua na inteligência artificial, com essas tecnologias de ponta, e vai desempregar uma massa imensa. Para onde eles vão? Para os bolsões da miserabilidade. Até porque, também no centro do mundo, o *welfare state*, o que está restando dele, é muito diferente do que havia antes.

Os desafios, então, são profundos, o Marcelo falou deles. Como organizá-los? Como representá-los? Como romper com isolamento, individualização, fragmentação? Vou dar duas pistas e depois a gente debate, se for o caso. Primeiro, nós temos os nossos sindicatos, estou de acordo com tudo o que o Marcelo falou nisso, e adiciono um ponto, só para complementar: os nossos sindicatos aprenderam muito, mas têm muito o que aprender com os movimentos sociais. Porque os movimentos sociais nunca representam categorias organizadas, representam contingentes de trabalhadores e trabalhadoras pobres, empobrecidos, miserabilizados, mas que não são uma categoria que vem toda certinha: masculina, com direito, regulada, celetista e tal. MTST, MST, veja, não é por acaso, terra, trabalho, comunidades indígenas, movimentos da juventude, movimentos negros, movimentos ambientalistas radicais, são muitos, que o sindicato pode e deve tentar articulá-los. E um segundo ponto, que me parece decisivo e com o qual eu queria terminar: chega de tentar consertar o inconsertável, chega de gastar energia. No capitalismo do nosso tempo, se eu tiver ra-

ção, e é uma tese central de *O privilégio da servidão*, nós estamos numa era da devastação, o capitalismo não tem mais interesse em nenhum tipo de conciliação. Vou fazer um debate amanhã com os procuradores do trabalho e vou dizer a mesma coisa. Se depender do capitalismo, a justiça do trabalho vai desaparecer, como já não existem em vários países, porque a justiça do trabalho quer conciliar, e o capitalismo não quer conciliação. Nós, brasileiros, já vimos onde dá a conciliação, o que acontece com as engenharias magistrais da conciliação. Então, é muito complicado e o capitalismo não quer.

Então quais são as questões vitais hoje? Nós temos que entender. Aquilo que o Marcelo disse, não adianta só representar os professores das universidades federais. Quais são as questões vitais hoje? A gente tem que entender essas questões do nosso tempo. O trabalho é uma questão vital? O gênero? A divisão sociosexual do trabalho? As dimensões de raça? É possível falar em socialismo na América Latina sem os negros e as negras? A dimensão étnica? Ah, o Brasil foi descoberto pelos portugueses. Que baita mentira, né?, eles vieram aqui nos saquear, depois os espanhóis. As comunidades indígenas tinham um *modus vivendi* verdadeiramente autossustentável, era verdadeiramente sustentável a sua vida. Foram devastadas. A questão ambiental é crucial. E elas estão interconectadas. Por exemplo, a questão da mulher. A mulher burguesa sofre opressão, a violência da família burguesa e do homem burguês, mas a mulher da classe trabalhadora, o seu componente de classe amplifica as opressões, as sujeições e as explorações. A negra, mais ainda. A indígena, também. Mas nada ao modo pós-moderno, não tem mais classe, não tem mais capitalismo, sociedade do conhecimento, aí não! É articular! Articular essas conexões que são vitais!

E a questão da propriedade intelectual e da propriedade social. Nós estamos desafiados a reconstituir, a caminhar, a lutar,

a resistir, mas também a pensar um novo modo de vida para o século XXI. O que nos obriga a tocar e bater fundo na propriedade privada do capital, na exploração do trabalho e nesse elemento... A extrema-direita nunca falava que era extrema-direita, ela dizia que era liberal, democrática. A primeira vez que eu me lembro, foi uns 15 anos atrás, eu vi na Itália um cartaz que me assustou, "*Noi siamo la vera destra*", nós somos a verdadeira direita. Bom, agora, ela fala pululando e babando que é a nova direita. Nós estamos desafiados a não termos vergonha de nos posicionarmos como esquerda, com um projeto de esquerda para lembrar o meu querido István Mészáros, que já se foi, para além dessa ordem destrutiva do capital. Esse é o imperativo, também, para o sindicato, para o movimento feminista, para o movimento negro, para o das mulheres, e nós temos que lutar por isso! Obrigado!

CAPÍTULO 8 – A CLASSE TRABALHADORA HOJE: PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E LUTAS SOCIAIS¹

Marcelo Badaró Mattos²

Boa tarde a todas e a todos! Eu queria começar agradecendo o convite para estar aqui, no nosso sindicato, fazendo este debate. É um prazer estar participando dessa atividade tão importante ao lado do meu mestre, professor Ricardo Antunes, e da professora Mariana Trotta.

Queria começar lendo uma matéria de Lara Abib, que foi publicada pela minha seção sindical na segunda-feira (8/4/2019), em Niterói:

Com salários atrasados, trabalhadores da limpeza da UFF voltam a paralisar atividades nesta segunda, dia 8. Aduff-SSind se solidariza com trabalhadores; pagamento referente ao mês

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Historiador, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), autor de inúmeros livros entre eles *A classe trabalhadora – de Marx a nosso tempo*, de 2019, pela Boitempo; *O Sindicalismo Brasileiro após 1930 de 2003*, pela Descobrimo o Brasil; *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, de 2010, pela Expressão Popular, entre outros.

de março deveria ter caído no dia 05. Os trabalhadores da empresa terceirizada Luso-Brasileira responsáveis pela prestação de serviços gerais na Universidade paralisaram as atividades na manhã desta segunda (08) após iniciarem mais um mês com os salários atrasados. Os terceirizados deveriam ter recebido na sexta-feira passada (05), quinto dia útil de abril. Por conta da paralisação, o Restaurante Universitário do *campus* do Gragoatá alterou o seu horário de funcionamento para 12h às 14h, com abertura só do Refeitório 1. Os trabalhadores se reúnem novamente em assembleia, na manhã de terça (09), às 7h, em frente ao *campus* do Gragoatá.³

Não é só na Universidade Federal Fluminense. Desde 2015, os atrasos salariais passaram a ser uma constante na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizadas na nossa universidade, assim como em tantas outras e nos órgãos públicos em geral, pelo país afora. Queria tomar essa matéria como mote para introduzir a discussão proposta para essa mesa a partir de dois eixos. O primeiro, é tentar entender quem são essas trabalhadoras e esses trabalhadores que estão ao nosso lado, no dia a dia do trabalho na universidade, e em outros tantos postos de trabalho por aí afora, embora, muitas vezes, não saibamos o nome deles, e muitos nem troquem com eles os cumprimentos mais usuais, como um bom-dia ou boa-tarde. Em seguida, como segundo eixo, gostaria de discutir questões articuladas a partir da seguinte pergunta: como é que esses trabalhadores e essas trabalhadoras se organizam e lutam? Vou procurar trazer alguns dados de pesquisas recentes e, também, argumentações já mais antigas, já acumuladas, para dar suporte ao que quero discutir com vocês hoje.

³ Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recen-tes/item/3589-com-salarios-atrasados-trabalhadores-da-limpeza-da-uff-vol-tam-a-paralisar-atividades-nesta-segunda-08>. Último acesso em: jul. 2020.

Trabalhadores do Brasil, quem são?

Quem são os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados na universidade. Eu diria: um retrato de uma parcela expressiva da classe trabalhadora brasileira. Durante a greve de 2015, quando problemas como os que estão sendo vividos agora por esse contingente da força de trabalho da UFF começaram a pipocar, recorrendo à lei de acesso à informação, a Aduff-SSind conseguiu acesso aos contratos da UFF com empresas de terceirização de serviços. Naquela época, constatamos que mais de 60% do orçamento de custeio da universidade era destinado a esses contratos. Examinando um deles, destinado a contratar 32 trabalhadores para a limpeza de uma unidade da universidade, tomado como exemplo, chegamos ao valor repassado pela UFF de quase R\$ 3 mil para cada trabalhador empregado, quando cada um deles recebia pouco mais de um salário mínimo (que valia menos de R\$ 800 naquele ano). Ou seja, nenhuma dúvida de que, mesmo computados os “encargos trabalhistas” e obrigações contratuais, o lucro das empresas contratadas é muito elevado, às custas de um dispêndio orçamentário que compromete boa parte dos recursos da universidade.

Mas, voltando ao tema mais geral: a classe trabalhadora. O que são trabalhadores terceirizados? Um estudo do Ipea, de 2018, assim define suas condições de trabalho:

As condições de trabalho dos terceirizados são marcadas por menores salários, menor tempo de emprego, maiores jornadas, maior rotatividade e maiores índices de acidentalidade e de adoecimentos ocasionados pela ocupação. Além das desvantagens nas condições de trabalho e salários, os trabalhadores terceirizados ficam frequentemente desprotegidos no encerramento dos contratos, principalmente nos setores de vigilância e asseio e conservação, nos quais a falta de pagamento é constante, pois as empresas encerram as atividades e os trabalhadores não recebem as verbas rescisórias a que têm direito (CUT, 2011). Caso consigam

ser imediatamente contratados por outra empresa, ou até pela mesma, com nome alterado, os trabalhadores não conseguem gozar férias. Também são constantemente removidos para diferentes locais de trabalho.⁴

Além disso, o estudo ressalta que trabalhadores terceirizados sofrem proporcionalmente mais acidentes de trabalho e enfrentam maiores dificuldades nas negociações coletivas, pois são representados por sindicatos distintos dos empregados diretamente nas mesmas empresas, entidades normalmente com menor força de representação sindical.

No entanto, utilizando a metáfora de Ricardo Antunes, em relação ao conjunto da classe trabalhadora, o trabalhador terceirizado ainda possui razoáveis vantagens relativas, com muitas aspas, poderíamos dizer, “privilégios”! Segundo o IBGE, em 2015, cerca de 18% dos empregados no Brasil eram terceirizados. Com a lei da terceirização irrestrita de 2017, esse percentual já deve ser bem maior. Trata-se, porém, com todas as suas precariedades, de um emprego com carteira assinada e contribuição previdenciária. Quase a metade da força de trabalho empregada (44% e 40%, respectivamente, segundo dados daquele mesmo ano de 2015) não tem acesso a essas garantias legais mínimas.

E estão empregados! Segundo o IBGE, os desempregados somaram no último trimestre (janeiro a março de 2019) 12,4% da população ativa, 13,1 milhões de pessoas. Já a taxa de subutilização – desocupados, os subocupados com menos de 40 horas semanais e os que estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem procurar emprego em horário integral por mo-

⁴ Patrícia Pelatieri (e outros), “As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas”, in: Campos, André Gambier (org.), *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília, Ipea, 2018, p. 34.

tivos diversos – é de 24,6%, somando 27,9 milhões de pessoas.⁵ Outra pesquisa do Ipea, divulgada recentemente, nos fez saber que em 22,2% dos domicílios brasileiros, nenhum membro desempenha atividade remunerada. A eles se somam 30,1% de domicílios com renda muito baixa.⁶ Pesquisa de uma consultoria britânica informa-nos que quase 40% da renda dos domicílios é oriunda de benefícios pagos pelo governo (pensões, aposentadorias, auxílios etc.) ou bicos informais, respondendo o salário por apenas 56% dessa renda (os restantes cerca de 4% provém de rendas, como aluguel e outras). O mesmo estudo mostra que em 2018 o gasto médio mensal por domicílio foi de R\$ 3.241, enquanto a renda média foi de R\$ 3.173, ou seja, na média (que esconde a enorme disparidade entre as rendas) as famílias precisam se endividar para sobreviver.⁷

Poderíamos listar mais uma série de dados que apenas reforçariam o que já sabemos. A classe trabalhadora brasileira viveu historicamente, mas com significativo agravamento no período recente, uma situação de precariedade estrutural. Um agravamento decorrente não apenas da crise econômica, mas da opção consciente por políticas que retiram direitos dos trabalhadores, com o objetivo de rebaixar o custo da força de trabalho. E o projeto que hoje dirige o país é o de levar essa precariedade para um

⁵ Os dados sobre o desemprego podem ser encontrados em IBGE, “Quadro sintético da PNAD do IBGE”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=23143&t=destaques>. Último acesso em: jul. 2020.

⁶ Maria Andréia Parente Lameiras, Sandro Sacchet de Carvalho e Carlos Henrique L. Corseuil. “Mercado de trabalho”, *Carta de Conjuntura*, Ipea, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2019/03/20/mercado-de-trabalho-12/>. Último acesso em: jul. 2020.

⁷ Márcia de Chiara. “Informalidade e benefícios respondem por 40% da renda das famílias do país”, *Estadão*, 24/3/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,informalidade-e-beneficios-respondem-por-40-da-renda-das-familias-do-pais,70002765991>. Último acesso em: jul. 2020.

grau inaudito, acabando com a previdência social (e, portanto, destruindo a única fonte de renda para uma parcela expressiva dos que vivem/viveram, ou tentam viver, do próprio trabalho) e impondo a disjuntiva: empregos sem direitos ou desemprego aberto.

O trabalho precário, ou a precarização do trabalho, não é uma exclusividade nacional. Em relatório datado de 2015, a OIT apontou cerca de 201 milhões de desempregados no mundo naquele mesmo ano, número superior em 30 milhões ao total no início da nova fase da crise capitalista em 2008.⁸ As mulheres (ocupando cerca de 40% da força de trabalho), foram as mais atingidas pela crise, respondendo por cerca de 73% do déficit de empregos.⁹ Além disso, estimava-se em menos de 45% o total de assalariados regulares, sendo quase 60% contratados em empregos temporários ou de tempo parcial. Entre esses trabalhadores “precários”, as mulheres também são maioria significativa.¹⁰

Com base nesses dados, a OIT afirma que a grande marca do mercado de trabalho mundial atual é a precariedade: “em resumo, o modelo do emprego padrão [estável e de tempo integral] é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual, pois menos de um em cada quatro trabalhadores está empregado em condições correspondentes a esse modelo”.¹¹

Uni-vos!(?)

Comecei com uma matéria sobre greve de trabalhadores terceirizados. Vamos ampliar o enquadramento. Nos últimos anos vivemos um crescimento do número de greves no Brasil entre 2013 e 2016 e um recuo em 2017 e 2018, mas mantendo um

⁸ OIT, *World employment, and social outlook 2015: The changing nature of jobs*, Geneva: ILO, 2015, p. 13.

⁹ OIT, *World employment*, p. 18.

¹⁰ *Ibid.*, p. 13.

¹¹ *Ibid.*, p. 13

patamar muito mais elevado que aquele do início da década. Em 2012 a pesquisa de greves do Dieese encontrou 879 ocorrências, que saltaram para 2.057 em 2013; 2.085 em 2014; 1.964 em 2015; 2.114 em 2016; 1568 em 2017 e 1.453 em 2018.¹²

Em 2018, das 1.453 greves que o Dieese registrou, os trabalhadores da esfera pública promoveram o maior número de paralisações (791), com 655 registros entre os trabalhadores da esfera privada. No serviço público, nas três esferas, trabalhadoras e trabalhadores da educação foram o grupo que mais parou, seguidos pelo da saúde.

Há outros dados relevantes desta última pesquisa de greves do Dieese: no setor privado, as greves em serviços foram bem mais numerosas que na indústria – 490 x 195. No balanço dos últimos anos, os pesquisadores concluem que:

A partir de 2012 – ano em que preponderaram greves realizadas por trabalhadores de forte tradição sindical, em especial da indústria sudestina – começam a se destacar paralisações promovidas por categorias mais vulneráveis, tanto da perspectiva da remuneração, quanto das condições de trabalho. A partir de 2013 – e progressivamente – os grandes protagonistas das mobilizações passaram a ser os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado – como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza – e os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde – OSS.¹³

Como na maioria das greves em geral, essas de terceirizados, em específico, foram greves de curta duração, com poucos trabalhadores envolvidos, por empresas, defensivas nas suas rei-

¹² Dieese, “Balanço das greves de 2018”, *Estudos & Pesquisas*, n. 89, abr. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.pdf>. Último acesso em: jul. 2020.

¹³ *Ibid.*

vindicações: muitas pelo pagamento do salário atrasado, pelo direito às férias ou ao 13º. Demonstram, porém, que mesmo entre os setores mais precarizados da classe, o recurso ao mais típico instrumento de mobilização e reivindicação de natureza sindical, a greve, é corrente.

Por certo que a atual configuração do mercado de trabalho, com forte concentração de empregos no setor de serviços, explica o predomínio de greves entre trabalhadores desse setor. Mas, indo além, se reunirmos as greves no serviço público nas áreas de saúde e educação (as mais numerosas entre os trabalhadores do Estado) com outras greves em serviços, como limpeza urbana a terceirizados nos setores de saúde, limpeza etc., é possível perceber uma forte concentração de greves em atividades relacionadas à reprodução social, ou seja, em atividades – ainda garantidas pelo Estado como direito, ou ofertadas pela iniciativa privada como mercadorias – essenciais para a reprodução da força de trabalho. Isso também não é algo que esteja ocorrendo exclusivamente no Brasil.

Cabe ressaltar, ainda que brevemente e através de apenas alguns exemplos, a complexa, porém inextricável, relação entre as lutas contra a exploração do trabalho e as lutas que dizem respeito às condições de reprodução social, no quadro atual do capitalismo global.

Apesar de toda a precariedade de um mercado de trabalho em que mais de 90% dos empregos são considerados informais, os conflitos laborais cresceram também na Índia nos últimos anos. Desde 1991, quando se iniciaram as contrarreformas neoliberais, até 2017, a Índia viveu 17 greves gerais. A maior delas até então – que foi saudada como a maior da história da humanidade em número de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos – ocorreu em 2 de setembro de 2016, quando entre 150 e 180 milhões de pessoas pararam em todo o país. Em janeiro

deste ano, outra greve de dimensões semelhantes parou a Índia. Muitas das greves indianas recentes, como as de 2016 e 2018, tiveram por origem movimentos de trabalhadores e, especialmente, trabalhadoras, de castas inferiores, em serviços como os de limpeza urbana.¹⁴

Greves no setor de serviços e, especialmente, nas áreas relacionadas à reprodução social vêm ganhando cada vez mais destaque também nos Estados Unidos. Após décadas de declínio no número de greves, no primeiro semestre do ano de 2018 houve uma alteração significativa na curva. A mudança foi provocada, especialmente, por greves no setor da educação, a maioria delas puxadas por mulheres, professoras, nos estados de West Virginia, depois Oklahoma, Arizona, Kentucky e Colorado. Segundo Jeffery R. Webber, em 2017 foi registrado o segundo número mais baixo de paralisações envolvendo mais de mil trabalhadores e trabalhadoras desde que essas estatísticas começaram a ser feitas nos EUA, com apenas sete greves e 440 mil jornadas perdidas. “Entre janeiro e maio de 2018, a maré virou, em grande parte como resultado da revolta das professoras: 16 paralisações do trabalho [envolvendo mais de mil pessoas], 556.200 trabalhadores envolvidos e 1.885.200 jornadas perdidas”.¹⁵

No mesmo fórum de debates sobre essas greves de trabalhadoras da educação nos Estados Unidos, Tithi Bhattacharya analisou a pauta dos movimentos – centrada em salários, aposentadorias e assistência médica – destacando, porém, como aspectos

¹⁴ Sobre a greve geral na Índia, ver Vijay Prashad: “Na Índia, a maior greve geral do mundo: 180 milhões cruzaram os braços”. Disponível em: <https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/na-%C3%ADndia-a-maior-greve-geral-do-mundo-180-milh%C3%B5es-cruzaram-os-bra%C3%A7os-53c12db71951>. Último acesso em: out. 2018.

¹⁵ Jeffery R. Webber. “Return of the Strike: A Forum on the Teachers Rebellion in the United States”. *Historical Materialism*. Disponível em: <http://www.historicalmaterialism.org/articles/return-strike>. Último acesso em: jul. 2018.

centrais o fato de serem “de um lado, uma resposta a décadas de ataques neoliberais aos salários e benefícios e de outro lado [pôs-se] a dignidade da profissão.” Segundo a mesma autora:

Enquanto o período neoliberal assistiu a virulentos ataques sobre a educação pública, o período também foi marcado por uma contratendência – um crescimento sem precedentes em setores ligados à reprodução social. (...) Empregos em serviços tiveram um crescimento de 14,2 milhões entre 1990 e 2010 e mais da metade desses empregos estão na esfera da reprodução social, como assistência social, saúde e serviços de alimentação. Isso deu aos trabalhadores nesses setores – professoras e enfermeiras – um poder social único, que se confronta com sua completa falta de poder político.¹⁶

A onda de greves no setor da educação estadunidense continua neste ano de 2019. Não é casual que representantes de movimentos grevistas na área de educação – e em outros ramos, como no setor hoteleiro e no de *fast food* (estes marcados por emprego precário de maioria feminina, com forte presença de migrantes e trabalhadoras negras) – participem da organização da Greve Internacional de Mulheres nos Estados Unidos. Essa aglutinação de movimentos vem se articulando globalmente desde 2016 e nos três anos seguintes promoveu chamados às manifestações e paralisações do trabalho (não só o assalariado, mas também o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado) de mulheres em diversos países, que tiveram ampla acolhida e geraram algumas manifestações de massa e greves bem sucedidas no dia 8 de março, com destaque para casos como o da Espanha neste ano e em 2018, quando verdadeiras greves gerais nacionais foram levadas adiante pelo movimento.¹⁷ A pla-

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Sobre o movimento da Greve Internacional de Mulheres nos EUA, consultar sua página <https://www.womenstrikeus.org/>; sobre a greve na Espanha, que envolveu manifestações e paralisações em pelo menos 120 cidades, ver por exemplo uma

taforma do movimento inclui: direitos reprodutivos, combate à violência contra as mulheres, direitos trabalhistas e sociais, um feminismo anti-imperialista e antirracista e justiça ambiental, resumidas em *slogans* como “Feminismo das 99%”.

Concluindo

Os exemplos de crescimento das greves entre trabalhadores e especialmente trabalhadoras no setor de serviços ligados à reprodução social – sejam servidores e servidoras públicas ou trabalhadoras e trabalhadores precarizados e terceirizados –, numa época em que a precarização generalizada das relações de trabalho torna a reprodução social mais difícil e precária para parcelas crescentes da força de trabalho, não é aleatório para minha exposição. Também não é aleatória a referência à relação entre o movimento feminista e as lutas sindicais/grevistas dos exemplos aqui citados.

Em uma situação de maior precarização das relações de trabalho, estaríamos muito equivocados se enxergássemos o setor mais precarizado e pauperizado como o resultado de uma desconstrução objetiva da classe trabalhadora. A precariedade é um componente estrutural do trabalho assalariado e o domínio do chamado “emprego padrão” foi restrito há cerca de três décadas, em uma pequena parte do globo, e, ainda assim, para uma parcela da classe trabalhadora, masculina e nascida naqueles países do Norte. Por certo, entretanto, as conquistas de direitos trabalhistas e sociais geraram um horizonte de possibilidades de mínima dignidade que estimula as lutas de resistência contra contrarreformas neoliberais que desmontam o que sobrou daquele horizonte. Por isso mesmo, apesar de todas as condições

matéria da imprensa local em https://elpais.com/economia/2018/03/08/actualidad/1520545956_654616.html, ambas as páginas consultadas em out. 2018.

adversas, trabalhadoras e trabalhadores precários se mobilizam para lutar por salários, direitos etc., identificando-se, assim, na realidade concreta das lutas que movem, com as formas tradicionais de ação coletiva da classe trabalhadora, como os trabalhadores terceirizados da UFF e tantos e tantas outras que fizeram greves nos últimos tempos.

Mas, é preciso reconhecer problemas de, pelo menos, duas ordens. A primeira é que com esse sindicalismo que está aí, construído para representar basicamente os trabalhadores empregados, estáveis, formais e, mesmo para esses, cada vez mais burocratizado e adaptado à ordem, vai ser difícil avançar na representação e unificação das lutas do conjunto da classe. É preciso que o sindicalismo combativo de setores formais, como o nosso, se disponha a ir além das lutas específicas das categorias (sempre necessárias, é claro) e se transforme, também, em uma plataforma de construção de laços solidários e de apoio à constituição de organizações entre os setores mais precarizados e menos organizados sindicalmente, ou representados por sindicatos de carimbo. Nossa imprensa, nossos fundos, nossos departamentos jurídicos, nossa estrutura material, poderiam fazer bem mais por essa unificação das lutas do que fazem hoje. Indo além, com um exemplo concreto, por que não organizamos greves de solidariedade aos colegas terceirizados nas universidades, por exemplo?

A segunda e última ordem de problemas: a conexão de trabalhadoras e trabalhadores de educação, assim como de trabalhadores de saúde e outros ligados ao cuidado, com as dificuldades cotidianas da vida das parcelas mais precarizadas da classe os torna potencialmente mais propensos a interagirem ou serem influenciados direta e indiretamente por movimentos mais amplos, como o movimento de mulheres (ao qual fizemos referência no caso das greves nos EUA) ou de luta contra a violência do

Estado contra a população negra. Organizar lutas unificadas da classe trabalhadora, hoje, passa por potencializar a combatividade de tipo sindical de toda a classe – empregados e desempregados; formais e informais; do setor público ou privado; terceirizados ou contratados diretamente –, mas também por associar a luta sindical a todos os movimentos que lutam por condições dignas de vida, não limitados às relações de trabalho, como os movimentos contra as opressões e relacionados à reprodução social, do tipo dos movimentos por moradia, contra a violência do Estado etc.

Nós vivemos tempos muito difíceis. A correlação de forças social e política, por onde a gente queira olhar, nem de longe é favorável para as forças da classe trabalhadora. O que aponte aqui, muito sinteticamente, são elementos que, acredito, indicam limites, mas também indicam potencialidades, no sentido da reconstrução da classe do ponto de vista da sua organização e da sua subjetividade coletiva. Eu não trouxe uma avaliação exatamente positiva da situação que atravessamos, por isso não vou encerrar a minha fala com nenhuma mensagem otimista. Mas como disse aqui Romina del Plá, na mesa anterior, também acredito que temos a obrigação e temos muitas possibilidades a serem exploradas de manter a chama da luta acesa. Nós podemos estar distantes do tipo de reorganização da classe que defendemos, mas, por isso mesmo, é essencial refletir sobre como podemos ativar esse processo. Acho que um seminário como este é um passo importante nessa direção, e espero que as reflexões coletivas aqui elaboradas, especialmente do final de semana superativo que vocês vão viver a partir de amanhã, tragam algumas boas notícias sobre para onde caminhar no próximo período. Muito obrigado pela atenção de vocês!

CAPÍTULO 9 – DÍVIDA PÚBLICA E USURA¹

Fabio Marcelli²

Quero primeiro lembrar um fato pessoal: minha carreira científica começou aqui mesmo em Brasília, há 29 anos, com um relatório sobre a questão da dívida externa que apresentei em âmbito institucional, acho que foi no Supremo Tribunal Federal. Por um lado, venho me dedicando a este tema há muitos anos e, por outro, é obviamente um tema que compromete a comunidade científica há pelo menos 30 anos, e, também, nos compromete politicamente, pela sua importância. Entretanto, a questão da dívida externa assumiu novas dimensões e novas formas e, na realidade, a sua importância aumentou nos trinta anos que nos separam da década de 1990.

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Diretor de pesquisa do CNR da Itália, autor de 14 livros, incluindo a *Bolívia, Novas fronteiras de direito e política*, e mais de 100 artigos sobre direito internacional e relações internacionais.

As raízes da dívida como fenômeno remontam a tempos muito remotos na história da humanidade. Há um livro muito importante do antropólogo americano David Graeber, *Debt*, em que se fez uma análise muito interessante sobre suas origens mesmo em religiões existentes desde a Antiguidade, nas várias religiões monoteístas e politeístas. Desse livro quero relatar apenas dois pontos importantes: o primeiro é que na origem da dívida, segundo Graeber – e compartilho sua opinião –, não há uma relação consensual, há um ato de imposição violenta. Outro aspecto é como a dívida e os números do devedor e do credor são vistos nas várias religiões. Graeber oferece uma série de percepções muito interessantes: limitando-nos às três religiões monoteístas, a cristã, a judia e a islâmica, em todas essas três religiões a figura do credor da dívida é vista de forma negativa, pelo menos nos textos originais.

Chegando a tempos relativamente mais próximos, vemos como a questão da dívida começa a ser dívida externa, justamente porque uma comunidade internacional de Estados começa a se formar; essa comunidade está situada nas origens do mundo moderno. Os Estados modernos da Europa, França e Inglaterra, em particular, surgem de um ato de repúdio à dívida. Repúdio aos credores da época, que eram principalmente algumas empresas privadas italianas, os banqueiros de Florença e outras cidades italianas. Assim, os Estados, enquanto órgãos públicos, ainda que não democráticos na época, visto que se tratavam de monarquias, nascem de um ato de autoemancipação em relação ao capital privado.

Outro elemento importante, cujas raízes estão nessa mesma época, é a relação entre dívida e colonialismo. O colonialismo, como sabemos, surgiu da expansão da Europa para outros continentes, em particular para o continente americano, e a dívida externa serve para estruturar as relações entre os centros do po-

der mundial – na época principalmente, senão exclusivamente, localizados na Europa – e os novos Estados independentes, que nasceram no século XIX na América. Um exemplo muito importante e trágico é o do Haiti, que alcançou sua independência com uma revolução ocorrida logo após a Revolução Francesa, aproveitando também as convulsões revolucionárias da “pátria mãe” com a revolução de 1789.

A revolução haitiana foi punida, entre outros meios usados para tanto, infligindo uma enorme dívida aos cidadãos, ao povo do Haiti, cujas consequências podem ser vistas hoje na situação de tremendo subdesenvolvimento e miséria em que aquele país e aquele povo ainda vivem. Situação diametralmente oposta à dos Estados Unidos que, como sabemos, se emanciparam conjuntamente do domínio colonial britânico, com a Revolução Americana, que repudiou a dívida que esses Estados tinham, tanto como entidade federal quanto como Estados individuais, para com seus credores com sede na Europa, especialmente na Grã-Bretanha.

Com a conquista da independência pelos Estados latino-americanos, com as lutas e guerras de libertação que aconteceram sob a égide de Simón Bolívar e dos demais “libertadores”, a partir do início do século XIX, começou também a estruturação da dívida como instrumento de dominação neocolonial *vis-à-vis* esses países, o que ainda continua a caracterizar fortemente a situação de todos os países latino-americanos. E quando ocorre a segunda onda de descolonização nas décadas de 1950 e 1960 do século XX na Ásia e na África, aí também a dívida externa intervém como instrumento de manutenção do domínio neocolonial.

Outro momento importante na história da dívida é o ano de 1970 e os anos imediatamente seguintes, em particular 1971, quando entrou em colapso o chamado “sistema de Bretton Woods”, baseado no câmbio fixo. Esse sistema, que se baseava

na hegemonia dos Estados Unidos em âmbito mundial e, de fato, na paridade fixa das moedas com o dólar e na paridade do dólar com o ouro, foi abandonado em meio a uma série de eventos – como a Guerra do Vietnã, com os grandes gastos militares decorrentes por parte dos Estados Unidos. A consequência do abandono das paridades permitiu que os Estados Unidos, mas também os centros de finanças internacionais, adquirissem novos níveis de autonomia.

Havia mais espaço de manobra para as finanças internacionais: é nesse período que ocorre uma elevação mundial do capital financeiro, também por meio de uma série de medidas legislativas que são adotadas pelos principais Estados, em particular os Estados Unidos. Assim, são liberados grandes capitais, os chamados petrodólares, eurodólares e outros, que começam a se espalhar pelo mundo e encontrar seu lugar de investimento em Estados menos desenvolvidos. Esses capitais foram oferecidos em condições relativamente vantajosas na época aos governos, muitas vezes autoritários, dos chamados “países do Terceiro Mundo”. A situação mudou no final dos anos 1970 com as políticas adotadas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha por Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Essas políticas resultaram em um aumento nas taxas de juros internacionais e também em um aumento na taxa de câmbio do dólar e da libra. Isso causou uma súbita deterioração nas condições de reembolso dos empréstimos concedidos àqueles países, de modo que aqueles que contraíram empréstimos sob certas condições se viram obrigados a pagar dívidas muito maiores do que as contraídas.

É aqui que a crise da dívida dos anos 1980, que talvez seja a crise da dívida mais importante que testemunhamos durante o século XX, tem suas raízes. Esta crise atingiu de maneira particular o México, mas também muitos outros Estados da América Latina e de outros continentes: a dívida começou a ser um tema

de interesse internacional, discutido internacionalmente. Por exemplo, a posição de líderes progressistas muito importantes em âmbito internacional que chamaram a atenção para a questão da dívida também é dessa época. Refiro-me aos discursos que fizeram sobre o assunto – mais ou menos em meados dos anos 1980 – Fidel Castro e Thomas Sankara, um líder revolucionário de Burkina Faso, assassinado por personagens ligados às esferas neocoloniais europeias.

A partir da década de 1980, a dívida torna-se, portanto, um elemento permanente da conjuntura internacional, que atinge fortemente os países menos desenvolvidos. Um novo impulso para aumentar o poder do capital financeiro veio no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, com o fim da União Soviética. E esse é o momento em que, por exemplo, também na Itália, na primeira metade dos anos 1990, surgiram forças políticas defensoras da liberalização e da privatização. A intervenção de Maria Lúcia Fattorelli me lembrou de temas que também são comuns na Itália e em outros países europeus como Grécia ou Espanha, assim como no Brasil e outros. Estamos perante um problema global, que é a ditadura do capital financeiro que hoje se expande: o problema da dívida já não diz respeito apenas aos países do Terceiro Mundo, mas também aos europeus, como é o caso da Grécia. Outros países europeus têm um sério problema de dívida, a Itália por exemplo. Que ferramentas temos para lutar contra a ditadura do capital financeiro?

É interessante uma análise da prática governamental que vem sendo registrada desde o ano 2000 em algumas situações. Refiro-me aqui, primeiro, à situação na Argentina. Na Argentina, como sabemos, a inadimplência foi declarada com uma resolução de 25 de abril de 2002 do Ministério da Economia. Na época, a dívida da Argentina era de US\$ 180 bilhões. Com a reestruturação realizada pelo governo argentino, o valor no-

minal dos títulos foi reduzido para um quarto, portanto houve uma redução de 75% do valor da dívida. Em 20 de setembro de 2004, o presidente – que na época era Néstor Kirchner – chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional para a construção de um arcabouço de negociação com os credores. A inicial declaração unilateral foi seguida de uma fase de negociação. Em retrospecto, podemos dizer que fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) provavelmente foi um erro, porque o Fundo estava fortemente envolvido na questão, era parte interessada, e era responsável pela dívida externa da Argentina, assim como a de outros países do mundo.

O FMI, entre outras coisas, apoiou fortemente os governos precedentes da ditadura militar, que deram grande expansão à dívida externa argentina. No entanto, essa escolha do governo argentino na época de Kirchner teve o efeito de reduzir o endividamento. Uma série de credores rejeitou o acordo e pediu “justiça” aos tribunais, em particular aos estadunidenses e britânicos. Criou-se então uma situação de conflito judicial muito móvel na qual surgiram novos atores, os chamados “fundos abutres”, que compravam a um preço muito conveniente a dívida da Argentina, assim como de outros países, e depois tentaram receber todo o valor, tentaram recolher tudo nominalmente, fazendo assim uma especulação financeira. Esses fundos abutres são uma nova dimensão e aparência de capital financeiro que demonstra, entre outras coisas, como a dívida externa também se tornou um ativo negociável em todos os aspectos.

Um dos méritos do governo argentino na última fase dos Kirchners, quando Cristina já havia assumido o lugar de Nestor, foi em 2015, ao obter a aprovação de uma resolução pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta resolução contém vários princípios cujo objetivo é atacar ou impedir a ação dos fundos abutres. Como vocês sabem, no mesmo ano de 2015, em dezem-

bro, Mauricio Macri foi eleito presidente da Argentina: trata-se de um personagem muito sensível às razões do capital financeiro; o discurso argentino sobre a dívida externa parou aí [a palestra de Fabio Marcelli é anterior à eleição de Alberto Fernández, em 2019]. Entretanto, a dívida externa argentina ficou situada em níveis muito elevados.

Outra experiência importante é a do Equador, experiência para a qual Maria Lucia Fattorelli contribuiu fortemente. Por que essa experiência é importante? Porque pela primeira e única vez, até agora, o governo equatoriano decidiu lançar uma auditoria oficial da dívida. A “Comissão para la Auditoria Integral” da dívida pública foi criada precisamente por Rafael Correa, com um decreto executivo de 9 de julho de 2007. Com o seguinte mandato: “Auditar os processos do débito público com o fim de determinar sua legitimidade, legalidade, transparência, qualidade, eficácia e eficiência, considerando aspectos legais e financeiros, impactos econômicos, sociais, de gênero, ecológicos e sobre nacionalidades e povos”. E a comissão, ao final de seus trabalhos, em 2008, apresentou o relatório final na presença do presidente Correa (eu também estava lá como convidado do governo equatoriano, recordo muito bem aquele dia, novembro de 2008) e identificou os fatores que dificultaram a defesa dos direitos do Estado equatoriano. Os fatores enumerados foram sete: abuso da lei, violação da ordem legal, defeito de consentimento, enriquecimento ilícito, distorção do significado de crédito público, negação do direito administrativo, danos ao patrimônio público.

Digamos alguma palavra sobre a usura e os juros compostos, dois institutos importantes. Usura é quando os juros são superiores a um determinado nível legalmente decidido. O problema é que não existem leis internacionais que determinem o nível máximo de usura, portanto os juros dos empréstimos internacionais são usurários por definição, não têm limites, seu único limite é a

vontade de negociar das partes, que são obviamente condicionadas das respectivas situações de força. Juros compostos (*anatocismo*) significam a possibilidade de acumular juros sobre o capital. Então o capital produz juros e aumenta continuamente, fenômeno que Maria Lúcia nos explicou. Ele produz juros com base na nova dimensão que adquire ao acumular juros; ele também é proibido por muitas leis nacionais, mas não existem tais leis em nível internacional, estamos diante de uma espécie de *Far West*, onde se aplica a lei do mais forte, a lei da selva.

Voltando à experiência do Equador, a comissão elaborou esse relatório, afirmando que a dívida em suas várias formas – porque havia distinguido os vários tipos de dívida comercial com credores públicos, com credores privados – era amplamente ilegítima. E não se tratou apenas de um pronunciamento acadêmico, porque com base nessas conclusões, o Equador conseguiu uma redução substancial de sua dívida. Hoje no Equador, como vocês sabem, a situação mudou, depois do fim do mandato de Correa e da eleição de Lenin Moreno, que se mostrou muito menos sensível às razões do povo equatoriano e, como Macri, mais sensível às razões do capital financeiro, bem como dos Estados Unidos.

Existem também outros casos interessantes na Europa, nos quais não posso me alongar. Na Islândia, por exemplo, onde houve dois referendos e uma nova constituição foi lançada após a crise da dívida. E na Grécia, onde houve um referendo que viu uma grande maioria do povo grego rejeitar as condições que a chamada Troika (do FMI, Banco Central Europeu, União Europeia) queria impor ao governo grego. No entanto, sabemos que o governo de Tsipras mais tarde aceitou a maioria dessas condições. A lição geral que podemos tirar desses eventos é a seguinte: que é impensável vencer uma batalha com o capital financeiro a partir de países individuais, mas que a coordenação entre os países endividados é necessária. Ela, infelizmente, ain-

da não existe. Enquanto os credores estão organizados e unidos – tanto porque têm empresas financeiras que atuam internacionalmente e porque têm seus próprios órgãos de coordenação, como o Clube de Paris, que reagrupa credores públicos, e o Clube de Londres, que reagrupa credores privados – não existem estruturas semelhantes em relação aos devedores, pelo que os devedores não vão em nenhuma ordem particular ao confronto ou ao encontro com os credores e, claro, são derrotados.

É muito importante o dito por Maria Lúcia sobre a importância da auditoria da dívida pública, também instrumento pedagógico e de mobilização política, de informação sobre qual é o peso que a dívida tem nos orçamentos públicos para setores importantes, como escola e saúde. Na Itália existe atualmente uma experiência bastante significativa na questão da auditoria de dívidas em uma importante cidade italiana, Nápoles. Seria útil poder encontrar coordenação, comunicação entre essas várias realidades trabalhando no assunto da dívida externa. Uma ferramenta importante – e não estou dizendo isso apenas como advogado – é a ferramenta da lei. Limito-me aqui a enumerar algumas fontes de direito mais ou menos recentes que se aplicam à dívida externa.

Em primeiro lugar, temos normas relativas aos direitos humanos. Há, por exemplo, o artigo 2º, parágrafo 1º, do Pacto de Direitos Econômicos e Sociais, que afirma exatamente o princípio da necessidade de cooperação entre os Estados para garantir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Depois, há o artigo 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece o conceito fundamental de uma ordem internacional favorável à realização dos direitos humanos. E há outros. Existe a resolução já mencionada, aprovada em setembro de 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que estabelece uma série de princípios aplicáveis à dívida externa. Há nove princípios: quero mencionar apenas dois aqui.

O primeiro é o princípio que afirma que o Estado tem o direito de desenvolver suas próprias políticas econômicas e de endividamento externo. Portanto, este princípio implica um repúdio às políticas das organizações econômicas internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – de impor aos Estados as chamadas políticas de ajuste estrutural. O outro princípio, que me limitarei a enunciar aqui por razões de tempo, é o da sustentabilidade da dívida do ponto de vista social e ambiental. E, finalmente, há o relatório, aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, uma resolução proposta por Bolívia, Cuba, Egito, Haiti, Nicarágua, Filipinas, Venezuela e Palestina, que reafirma a responsabilidade primária do Estado em promover o desenvolvimento econômico, social e cultural das populações, condenando explicitamente as políticas de ajustamento estrutural.

Este é um pequeno esboço dos desenvolvimentos históricos e jurídicos da questão da dívida externa. É claro que poderíamos conversar sobre esses assuntos por horas a fio, nos limitamos aqui, por razões de tempo, a expor as linhas gerais da questão para dar base a uma discussão.

CAPÍTULO 10 – A CAIXA PRETA DA INOVAÇÃO

Francesco Schettino¹

Na Itália, estamos sofrendo, nas universidades e, portanto, também na pesquisa, na tecnologia e na ciência, uma redução muito forte de espaço e financiamento. A concentração da verba vai cada vez mais no sentido de fortalecer os chamados “centros de excelência”, em detrimento das ditas universidades “normais” e as políticas econômicas da União Europeia estão, consequentemente, reduzindo o volume de financiamentos dessas universidades públicas que são denominadas, digo mais uma vez, “normais”.

Considerando isso, uma ocasião como esta é de enorme importância, pois as questões que se debatem e efetivamente focalizam o tema da tecnologia tornam-se fundamentais para garantir,

¹ Professor de Economia Política na Universidade de Campania “L. Vanvitelli”, na Itália. Autor de monografias e publicações internacionais (*World Development Cambridge Journal of Economics, Review of Income and Wealth, Structural Change and Economic Dynamics, Journal of Economic Inequality, Journal of Policy Modeling*). Ex-editor da revista *La Contraddizione*, é coordenador da RICDP (Rede Internacional para o Estudo da Dívida Pública), fundador da Universidade Popular A. Gramsci e Rádio Quarentena.

não só aos professores e aos sindicalistas, mas também aos alunos, uma leitura crítica do presente por meio de ferramentas que aqueles que fazem esse trabalho são capazes de implementar.

O título deste texto, “A caixa preta da inovação”, indica a importância de refletirmos sobre a questão da tecnologia. Isso é crucial justamente porque é a partir desses lugares que pode começar um novo movimento que reúna professores e alunos e que possa se contrapor às tendências políticas internacionais. Tendo tudo isso em vista, minha discussão irá se concentrar, em especial, em alguns aspectos econômicos da inovação tecnológica e tem como objetivo fornecer ferramentas críticas para poder interpretar a realidade e adquirir a consciência necessária para ir contra um sistema que está continuamente colocando suposições cada vez mais extremas e contrárias ao que é o nosso pensamento.

Uma das palavras sobre a qual refletiremos hoje, todos juntos e de forma mais difusa, será a palavra desigualdade, aliás, disse errado, não a palavra, mas o conceito de desigualdade e, em particular, de que forma a desigualdade é um pressuposto do modo de produção de capital, porque, como veremos (mostrarei alguns resultados gráficos, inclusive, que, com certeza, já são conhecidos de muitos de vocês), mesmo em ambientes internacionais reacionários, como, por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, todos concordam: há um excesso de desigualdade no mundo. Na verdade, existe apenas um número muito limitado de pessoas que concordam com o conceito de desigualdade, ou seja, que o mundo deva ser desigual.

E, portanto, como acontece com o conceito de pobreza, todos parecem se opor tanto à pobreza quanto à desigualdade. Hoje, o maior esforço que faremos consistirá justamente em conjugar o conceito de desigualdade com a questão da inovação tecnológica, porque, como ficará evidente a partir de alguns dos gráficos que preparei, assim como acontece com a distribuição

de renda, também a inovação tecnológica segue processos altamente desiguais.

Quanto à questão da inovação tecnológica, é preciso considerar a centralidade de se afirmar que o processo inovativo procede seguindo caminhos desiguais. É importante dizer isso porque em alguns setores – até da esquerda dita revolucionária – ainda existe e é utilizada como referência cultural a ideia de que a bagagem cognitiva seja de natureza social. Digamos que é uma forma pela qual o conceito de intelecto geral de Marx, que todos vocês conhecem, é trazido de volta ao modo de produção do capital e é, por essa razão, considerado como tal.

Começemos imediatamente com uma primeira referência bibliográfica: *A sombra sem corpo*, um livro de Gianfranco Pala, que talvez alguns de vocês conheçam e que explora justamente a questão tecnológica da fase atual, retomando os conceitos expressos já por Marx. Coloco aqui, então, citações desse texto, às quais seguirá a análise de frases que são diretamente de Marx.

Vejam, primeiro, as citações de Pala (2018):

- 1 – o intelecto geral coletivo e o capital fixo constituem uma relação *inseparável* no capitalismo;
- 2 – o acúmulo da ciência e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, permanece assim, em relação ao trabalho, incorporado no capital, e se apresenta, portanto, como *propriedade do capital*, e mais precisamente do *capital fixo*;
- 3 – a produtividade da sociedade *é proporcional ao capital fixo*, existe nele de forma objetiva e, inversamente, a produtividade do capital se desenvolve com esse progresso geral de que o capital *se apropria gratuitamente*.

Come se lê, no primeiro ponto, se afirma que o intelecto geral coletivo e o capital fixo constituem uma relação inseparável no capitalismo. Trata-se de três conceitos que analisaremos em

profundidade. Evidentemente, o que conta em uma análise do intelecto geral e, portanto, do desenvolvimento tecnológico de uma sociedade, em um determinado momento histórico como o atual, é identificar as relações de propriedade que existem no âmbito da questão tecnológica. Em outras palavras, admitir e aceitar que o intelecto geral tenha uma relação inseparável com o capital fixo é um elemento fundamental para conseguirmos compreender, como evidenciam alguns exemplos estatísticos mostrados mais adiante, como a ciência está completamente submetida às leis do capital e, do mesmo modo, como o desenvolvimento tecnológico segue aqueles percursos desiguais que citei.

Retomando as palavras de Marx, temos as seguintes afirmações:

- 1 – as máquinas desenvolvidas se opõem aos trabalhadores como potências do capital;
- 2 – na máquina, a ciência realizada aparece aos trabalhadores como *capital*;
- 3 – todas essas aplicações em grande escala, baseadas no trabalho social da ciência, nas forças da natureza e nos próprios produtos do trabalho passado, aparecem apenas como *meios de exploração do trabalho vivo*;
- 4 – o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e as condições desse desenvolvimento parecem ser a ação do capital e não é apenas o trabalhador que assume uma atitude passiva em relação a elas, mas são elas que agem em oposição ao trabalhador.

Podemos, portanto, dizer que as máquinas, que incluem tudo aquilo que é o desenvolvimento tecnológico, se contra-põem ao trabalhador como potências do capital, como dizia Marx; e que nas máquinas a ciência realizada aparece, frente aos trabalhadores, como capital. Se isso é verdade, as máqui-

nas são um instrumento do capital para realizar aquela que é a finalidade do próprio capital, isto é, a exploração do trabalho. Assim, todo o desenvolvimento da tecnologia tem esse objetivo e, como dizíamos antes, em se encontrando em uma relação inseparável com o capital fixo, evidentemente traz consigo todas as contradições que a estrutura de propriedade do capital carrega em outros planos. Dito de outra forma, no modo de produção do capital, a desigualdade, a desarmonia e a contradição, ou melhor, as contradições são pressupostos e não consequências.

Esse é um elemento central para podermos compreender porque, nessa fase, muitos fenômenos econômicos e sociais estão se polarizando, ou seja, estão determinando níveis de desigualdade, de afastamento de alguns grupos sociais em relação a outros grupos sociais. Assim, esse tipo de dinâmica – que hoje tentaremos analisar também do ponto de vista tecnológico – é absolutamente filha das relações de propriedade. O que hoje tentaremos desmentir é a seguinte afirmação: “o mero potencial do livre conhecimento das ciências humanas é no mínimo irrealista, pressupondo a produção ‘direta’ de valores de uso pelos produtores.” Essa afirmação foi popularizada por Antonio Negri, segundo o qual “existe” a mera potencialidade do livre conhecimento das ciências humanas. Trata-se, ao contrário, de uma questão totalmente irrealista, porque não leva em conta exatamente o que dizíamos antes, ou seja, a estrutura das relações de propriedade. Portanto, essa mera potencialidade do livre conhecimento elimina completamente a própria ideia da produção do valor de uso e do valor de troca que é a característica básica do modo de produção do capital. Esta que reproduzo a seguir (figura 6) é uma imagem muito conhecida e muito discutida ou, ao menos, parecida com outras que vocês conhecem.

Desigualdades pressupostas



A imagem é muito clara e dá uma ideia da distribuição dos meios de consumo no mundo. Eu já disse antes que provavelmente aqui não há ninguém que aprecie esse tipo de distribuição, mas – e eu também disse isso antes – nem no âmbito do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional irão encontrar alguém que concorde com esse esquema.

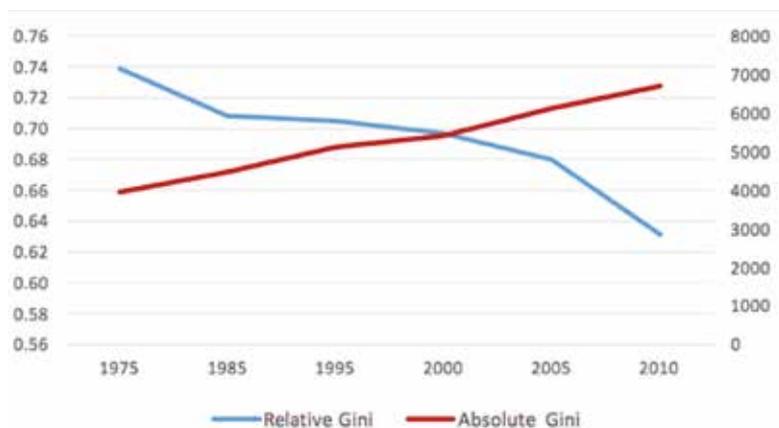
Obviamente, o que se diz nas instituições reacionárias e tradicionais é que a desigualdade na distribuição dos meios de consumo é um equívoco e pode ser resolvida por meio de políticas que levem à solução do problema. Eles negam, no entanto, com esse tipo de análise, a questão da desigualdade como pressuposto, porque o que nunca é analisado ou desmentido – tanto dentro da universidade, de muitas universidades, quanto nessas instituições internacionais – é que o que se vê na imagem acima é o resultado da grande desigualdade que é absolutamente inerente ao modo de produção do capital e da qual resulta a desigualdade na distribuição dos meios de produção. Em outras palavras, a desigualdade

na distribuição dos meios de consumo é o resultado de uma presuposta desigualdade na propriedade dos meios de produção.

Mais adiante, tentarei demonstrar que mesmo a apropriação da tecnologia é filha dessa desigualdade presuposta, ou seja, da própria existência de duas classes, uma que domina e outra que é dominada, uma que detém os meios de produção e a outra que vende sua força de trabalho. Estou tentando dizer que ambos os caminhos que levam à desigualdade, um relativo aos meios de consumo e outro relativo ao desenvolvimento tecnológico, seguem duas tendências estatisticamente não muito díspares e isso não se deve ao acaso, mas, sim, a uma relação causal da desigualdade na distribuição dos meios de produção que, obviamente, numa fase de crise como a atual, determina um aumento dessas desigualdades tanto em nível de renda quanto em nível tecnológico.

Se do ponto de vista da renda é mais fácil entender o que significa desigualdade, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico a questão é obviamente mais complexa. Começemos por um gráfico (gráfico 1) que ilustra essa desigualdade global.

Gráfico 1 – Desigualdade mundial (renda)

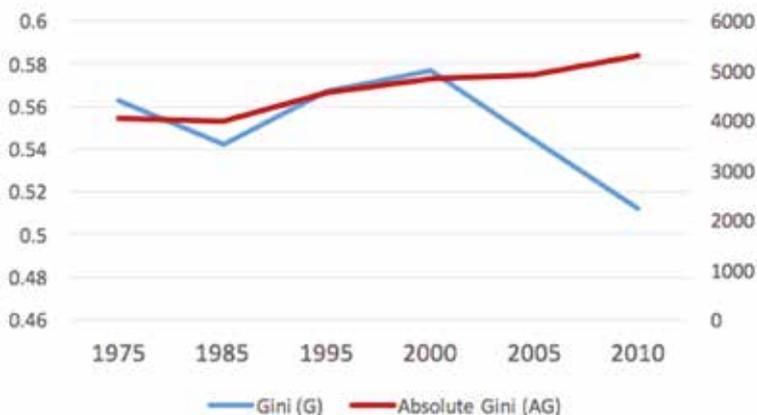


O gráfico utiliza dados produzidos pela Universidade das Nações Unidas de Helsinque e, portanto, dados absolutamente oficiais, mas nele são utilizados dois índices diferentes. Há uma linha azul, que identifica o índice de Gini usual, um índice entre 0 e 1, que representa a desigualdade: quanto mais próximo de 1 está o índice, mais desigual é a sociedade que ele representa; ao contrário, quanto mais próximo de 0 está o índice, mais igualitária a sociedade. No entanto, olhando para as duas curvas do gráfico, emergem duas tendências diferentes. Observemos essas curvas, começando pela azul, aquela de que costumamos ouvir falar e que se encontra em todos os relatórios, mesmo aqueles relativos ao Brasil e aos Estados Unidos. Em geral, a linha azul evidencia uma diminuição da desigualdade mundial no período considerado, aproximadamente, de 1975 a 2012, mas isso contradiz fortemente o que vemos acontecer no mundo. Parece claro, independentemente de uma análise dos números e de análises estatísticas, que as desigualdades globais estão crescendo e não diminuindo. Agora, a linha vermelha parece seguir de forma mais clara o aumento da desigualdade a que assistimos constantemente, embora em ambos os casos tem sido utilizado um índice de Gini. A diferença entre os dois é que o primeiro é um índice relativo e o segundo, um índice absoluto.

Explicarei agora, para quem não sabe, o que significa essa diferença e por que se torna substancial. Como já disse, se adotarmos o índice relativo, pareceria que a desigualdade na distribuição mundial da renda diminuiu, ao contrário, se assumirmos a validade do índice absoluto, parece que a desigualdade aumentou.

É interessante ver o que aconteceu também na América do Sul, a partir dessa perspectiva. O gráfico a seguir (gráfico 2) se baseia nos dados dessa região.

Gráfico 2 – Renda na América do Sul e no Caribe



Também nesse caso, especialmente a partir do novo milênio, mais ou menos no período que inicia no ano 2000 e vai até alguns anos atrás, fica claro que existe um hiato na extensão da desigualdade por parte de dois índices que deveriam teoricamente “contar a mesma história”. Como percebemos no gráfico anterior, o índice mais utilizado há anos em todos os relatórios internacionais e nacionais, ou seja, o índice de Gini relativo, nos contou a história de uma redução das desigualdades no subcontinente latino-americano, sul-americano para sermos mais precisos, não prevendo a situação que, de fato, ocorreu nos últimos anos, ou seja, uma fratura social que está afetando a maioria dos países do continente. Ao contrário, a linha vermelha há muito advertia que as desigualdades estavam crescendo. Por que duas medidas estatísticas, aplicadas aos mesmos dados, fornecem dois resultados completamente diferentes?

Quem trabalha com números e bases de dados sabe bem que a aplicação de diferentes métodos de cálculo produz facilmente resultados muito diferentes. Os índices de desigualdade

são utilizados em todos os níveis para que se consiga entender em que direção uma determinada sociedade vai, ou seja, são considerados os preditores de eventuais conflitos sociais, mas, de fato, até há poucos anos e, na verdade, até os dias de hoje, ainda não está claro por que não conseguem atingir esse objetivo. Lembremos, por exemplo, o caso da Primavera Árabe: observando os índices de desigualdade que a antecederam, não seria, de forma alguma, possível prever a explosão das revoltas que vimos.

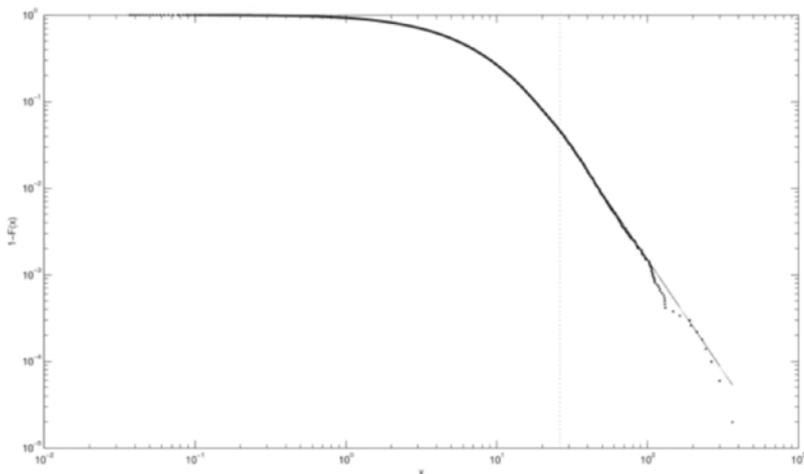
Pelo menos de acordo com alguns pesquisadores, é provável que o problema esteja justamente no uso de medidas relativas no lugar de medidas absolutas. É isso que sustenta também o diretor da Universidade das Nações em Helsinque.

Temos uma primeira configuração em que se imaginam dois indivíduos, um ganhando 1 dólar e o outro ganhando 10 dólares. Há uma evidente desigualdade na distribuição dos recursos. Logo abaixo, temos um segundo exemplo, no qual imaginamos que o primeiro indivíduo, o mesmo de antes, ganha 8 dólares e o segundo, 80 dólares. De acordo com os índices de desigualdade relativa, ou seja, aqueles utilizados por todas as instituições, não existe diferença entre as duas configurações em termos de desigualdade. Sabemos, no entanto, que a diferença entre os dois sujeitos, pensando em termos de diferença absoluta, aumentou de \$ 9 (10 menos 1) para \$ 72 (80 menos 8).

Essa é a razão, dito em termos muito simples, pela qual um mesmo índice de Gini pode dar resultados muito diferentes no cálculo das desigualdades. Digo isso porque as análises que fazemos como sindicalistas, como estudantes, como militantes, são muitas vezes contrariadas pelos números aos quais no referimos antes. Em outras palavras, quando sabemos, dizemos e afirmamos de forma consciente que o capitalismo gera

constantemente crescentes desigualdades, muitos setores liberais, neoliberais e, sobretudo, institucionais nos dizem que o que dizemos não é verdade porque a desigualdade mundial se reduz e, para fazer isso, usam exatamente os números que mostrei. Precisamos, portanto, ser capazes de responder a esse tipo de ataques com duas respostas. A primeira é que a medida utilizada evidentemente favorece esse tipo de análise; a segunda, que a desigualdade é um pressuposto, porque não é apenas relativa aos meios de consumo, visto que, sendo um pressuposto que fundamenta a distribuição dos meios de produção, afeta tanto os meios de consumo quanto o desenvolvimento tecnológico.

Vamos, agora, à segunda parte: ver as desigualdades, ou melhor, o pressuposto da desigualdade do modo de produção do capital. Portanto, no gráfico a seguir (gráfico 3), que é muito difícil (não peço a ninguém que o entenda porque é bastante complicado, mas tentarei explicá-lo em poucas palavras), levamos em consideração um dos elementos que na teoria tecnológica é utilizado como *proxy* ou aproximação do desenvolvimento tecnológico: trata-se das patentes. Mesmo na teoria burguesa, as patentes ainda hoje são consideradas como um dos elementos que mais consegue aproximar estatisticamente o que é inovação de um sistema de produção. O que vocês veem aqui é um cálculo estatístico que indica a distribuição de patentes por inventor. Cada patente possui dois sujeitos fundamentais: o titular da patente, que normalmente é uma empresa, e o inventor, que normalmente é o pesquisador ou o cientista, que, no entanto, é o empregado assalariado. Via de regra, este último sujeito é aquele que, dentro de uma empresa, segue as regras do capitalismo.

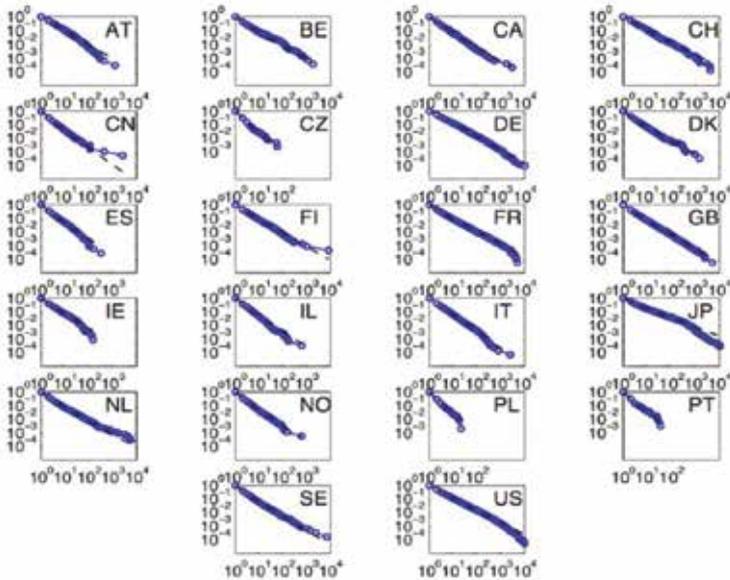


No gráfico, que repito é muito complexo, vemos que a distribuição das patentes de inventores em âmbito europeu – isto é, baseada em dados europeus – segue exatamente a distribuição da renda. A primeira parte do gráfico segue uma distribuição gaussiana, próxima do normal; a segunda parte segue uma lei de potência, a Lei de Pareto. Independentemente da questão estatística, esse tipo de relações – que se evidenciam tanto na distribuição de renda quanto na distribuição de patentes – mostra que, em ambos os casos, há um fenômeno de divergência progressiva. Observamos isso mais facilmente na renda, ou seja, percebemos a existência de um número cada vez maior de pobres, que são cada vez mais pobres, enquanto aumenta o número dos ricos, que são cada vez mais ricos. Por outro lado, é menos intuitivo – mas igualmente importante – verificar que o número dos proprietários da inovação tecnológica se torna cada vez menor e que, pelo mesmo motivo, eles detêm um número crescente de patentes.

Observamos que emerge uma tendência à polarização que é filha, como já disse, da distribuição da propriedade dos

meios de produção. Muitos trabalhos foram produzidos sobre esses relatórios, entre os quais os que mostro a seguir (gráfico 4), que são mais uma complicação gráfica que tentarei explicar.

Gráfico 4 – Power Law Plots



Fonte: O’Neale, Dion & Hendy, Shaun. (2012). Power Law Distributions of Patents as Indicators of Innovation. PloS ONE.7(12): e49501. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0049501>.

O gráfico reproduz o que se demonstra em outro artigo mais recente. Simplificando, podemos afirmar que, segundo o artigo, em todos os países considerados – ilustrados aqui graficamente – a parte superior da distribuição segue uma lei de potência e, portanto, uma distribuição não normal, implicando evidentemente a existência daquela tendência de que falávamos antes, ou seja, de uma divaricação, de um distanciamento, de uma polarização também na propriedade da inovação e, portanto, do desenvolvimento tecnológico.

Portanto, tentando sistematizar, vemos que a tendência ao monopólio do capital, principalmente em épocas de crise, produz, ao mesmo tempo, uma monopolização do processo tecnológico. Percebemos, assim, que aquilo que vimos antes, ou seja, que o desenvolvimento tecnológico tem suas bases no capital fixo, é uma absoluta realidade. Ao mesmo tempo, a ideia de que o intelecto geral pode ser socializado dentro do modo de produção capitalista é, pelas mesmas razões, uma ilusão, como disse Marx, uma estupidez. Constatamos esse tipo de relação também nas despesas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) das principais empresas italianas. Eu sou italiano e peguei este exemplo que mostro a seguir (tabela 1).

Tabela 1 – Concentração proprietários P&D (Itália)

Italy	Total R & D expenditure in 2010	6844,59 Millions €	share	Cumulative share
Finmeccanica	Aerospace & defence (271)		28,74%	28,74%
Fiat	Automobiles & parts (335)		28,29%	57,02%
Telecom Italia	Fixed line telecommunications (653)	698	10,20%	67,22%
Intesa Sanpaolo	Banks (835)	252	3,68%	70,90%
UniCredit	Banks (835)	233,28	3,41%	74,31%
Eni	Oil & gas producers (53)	221	3,23%	77,54%
Pirelli	Automobiles & parts (335)	150	2,19%	79,73%
Chiesi Farmaceutici	Pharmaceuticals (4577)	146	2,13%	81,86%

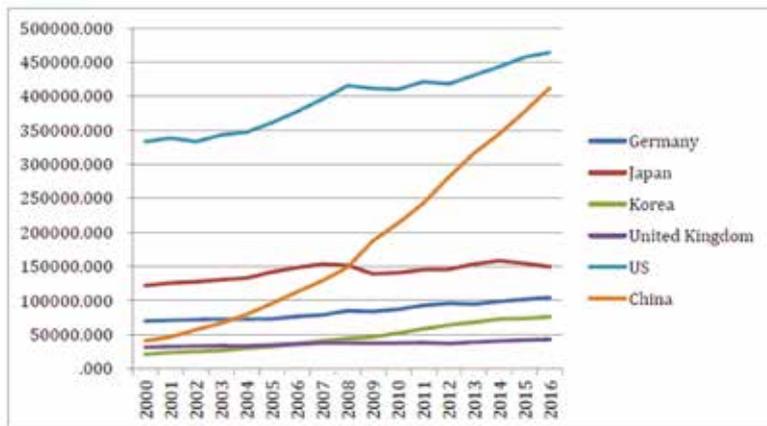
Como se observa, as sete ou oito principais empresas italianas investem 81,86% do valor total de P&D da Itália. Portanto, independentemente do ponto de vista de que se observe, o fenômeno acaba sendo sempre o mesmo. O desenvolvimento tecnológico torna-se, em virtude disso, uma arma fundamental na batalha interimperialista. Um autor, um economista não particularmente progressista como William Baumol, escreveu há alguns anos um livro chamado *Battle of Weapons*, no qual ele, mesmo não sendo um militante ou

um progressista propriamente dito, identificava no plano da inovação e do desenvolvimento tecnológico a batalha que caracterizaria a década de 2000 e os anos seguintes. Muitos são os fenômenos que podem ser identificados, mas um dos mais importantes é o da chamada espionagem industrial, que gerou custos de aproximadamente 100 bilhões de dólares só no ano retrasado. Ou seja, há interlocutores internos às empresas que se dedicam à área de P&D, que tratam exatamente disso, até na Itália: a preocupação é ver o que os concorrentes estão fazendo.

Provavelmente, também aqui, no Brasil, se ouviu falar da questão da Huawei, a empresa chinesa mais importante do ponto de vista tecnológico, que foi bloqueada no mercado europeu e no mercado americano, porque se dizia que era um instrumento nas mãos do governo chinês para espionar europeus e americanos. Não sabemos se isso é verdade ou não, mas é importante nos referirmos ao que aconteceu com a Huawei porque faz parte do conflito, agora evidente para todos, que interessa principalmente os Estados Unidos e a China, e que agora todos definem como guerra cambial ou guerra comercial. A partir dessa perspectiva, é preciso dizer que as batalhas jurídicas são igualmente importantes. Na literatura são chamadas *litigations* – infelizmente, sempre se usa o inglês – e o número de *litigations* ou litígios – poderíamos dizer em português – entre os requerentes de patentes está crescendo de forma assustadora, confirmando o nível de conflito que existe no plano da inovação internacionalmente e no interior dos diferentes países.

Passemos agora aos últimos gráficos. Eles contêm dados contidos em um livro meu que será publicado em breve pela Oxford University Press, que seleciona alguns aspectos da China e compara o gasto total de diferentes países em P&D. A seguir, o primeiro (gráfico 5):

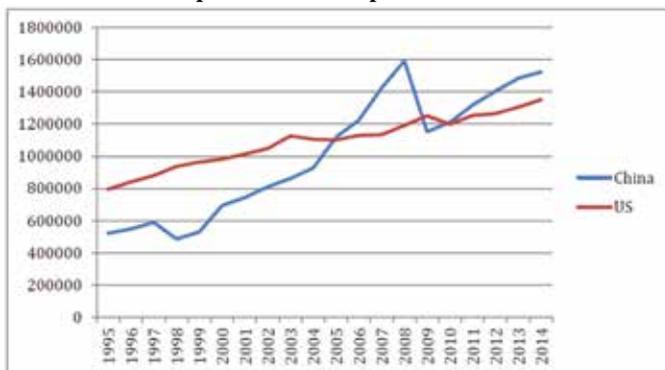
Gráfico 5 – Despesa total em P&D



O mais importante, como podemos verificar, é que a linha laranja, aquela relativa aos gastos com P&D das empresas chinesas, especialmente no início da década de 2000, estava em um nível significativamente menor do que o da Alemanha e do Japão e muito próximo ao do Reino Unido. É indiscutível que se trate do fenômeno que se denomina na literatura técnica como *catching up*, isto é, redução das desigualdades entre países em termos tecnológicos. Nesse caso, observando no gráfico China e Estados Unidos, a impressão que se tem é que, em anos mais recentes, a diminuição da desigualdade esteja realmente ocorrendo.

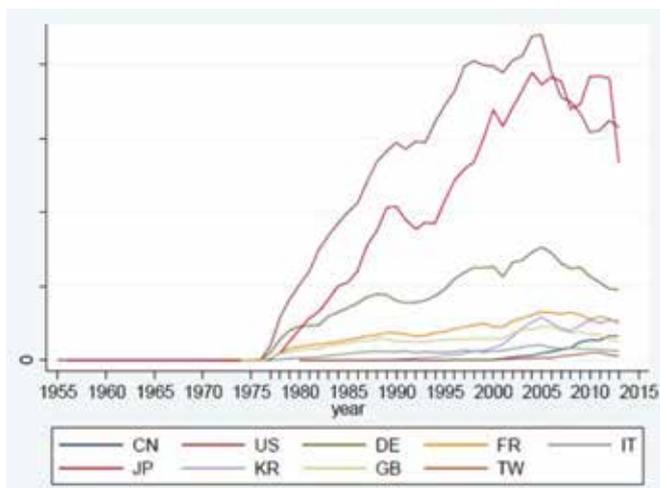
É evidente que um dos motivos para explicar esse alto volume de investimentos é que a China é muito grande e, por isso, possui um elevado número de empresas que financiam P&D. Também do ponto de vista da quantidade de pesquisadores (gráfico 6), há alguns anos, e principalmente durante o período de crise, o número de pesquisadores empregados em empresas chinesas superou o número de pesquisadores empregado em empresas americanas.

Gráfico 6 – Pesquisadores em empresas da China e dos EUA



Veremos agora outro indicador de inovação, que leva em conta o *output*, o resultado da inovação. Até agora utilizamos o *input*, ou seja, as despesas com P&D e o número de pesquisadores. Aqui (gráfico 7) temos o número das chamadas patentes triádicas, ou seja, identificamos o tipo de patentes que são apresentadas simultaneamente aos três mais importantes escritórios de patentes do mundo, que seriam o europeu, o estadunidense e o japonês.

Gráfico 7 – Número de patentes triádicas (números por país 1975-2013)

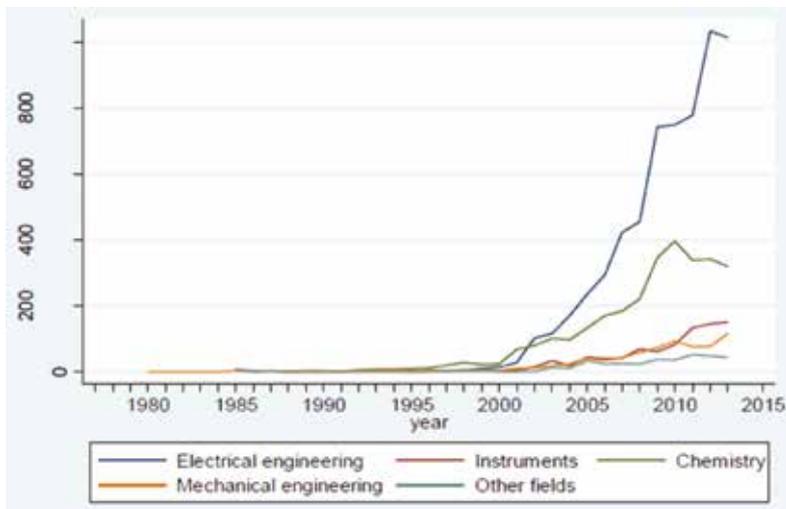


Podemos então afirmar que o cálculo estatístico ilustrado no gráfico representa o topo da inovação mundial, a fronteira tecnológica. Para se ter uma ideia, para depositar simultaneamente uma patente nestes três escritórios o custo é de pelo menos 100 mil euros ou dólares.

Historicamente, essas duas linhas são aquelas relativas aos Estados Unidos e ao Japão que sempre foram, pelo menos nos últimos trinta anos, a fronteira da tecnologia e, provavelmente, ainda continuam sendo. Porém, já nos primeiros anos do novo milênio, em um momento que coincide aproximadamente com os anos anteriores à crise, inicia-se uma inversão de tendência muito evidente: tanto o Japão quanto os Estados Unidos e a Alemanha, em particular, evidenciam uma tendência decrescente. Ao contrário, pode-se observar que um país, o qual antes não tinha nenhuma patente desse tipo, começa a crescer e o faz de forma significativa exatamente no mesmo período. Esse país é a China. E, analisando o último ano disponível, provavelmente 2016, notamos que a China não apenas chegou a resultados próximos, mas até ultrapassou países estruturalmente mais importantes como Itália, Inglaterra ou também Taiwan.

O gráfico a seguir (gráfico 8) é o penúltimo que veremos – haverá depois uma conclusão com uma argumentação a respeito do que vimos. Nele, vemos quais são os setores em que a China especializou seu próprio processo de inovação de fronteira. Fica bastante evidente que no setor denominado *Electrical Engineering* ou *Ingegneria Hi tech* (Engenharia Elétrica ou Engenharia de alta tecnologia), pode-se afirmar que, na fase atual, o país mais importante no modo de produção de capital é a China, que compreendeu que o desenvolvimento tecnológico é um instrumento fundamental para competir em nível internacional, e pode ser usado como uma arma destrutiva contra outros imperialismos concorrentes.

Gráfico 8 – Patentes triádicas chinesas

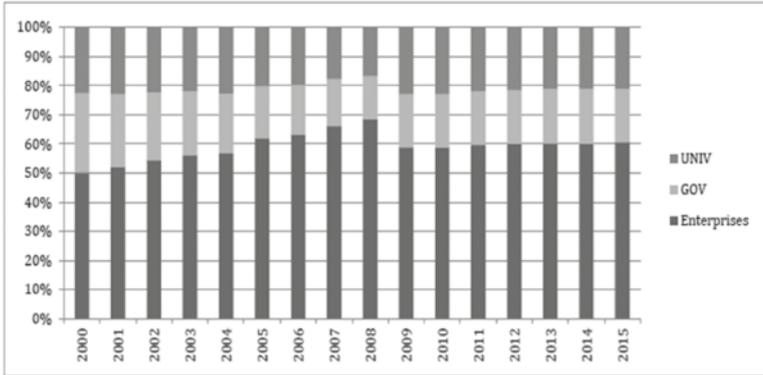


Nesse contexto, não temos tempo e nem é o lugar adequado para discutir a natureza desse tipo de investimento tecnológico porque muitos, eu diria todos, sabem que a China ainda se define como um país socialista. Então, se por um lado este último gráfico (gráfico 9) que reproduzo aqui evidencia como, desde 2009, a atenção do setor de P&D dos órgãos governamentais e, portanto, públicos tem aumentado, podemos também dizer que, desde 2009, essa tendência de aumento dos investimentos privados em P&D diminuiu e agora há uma atenção muito maior e mais desenvolvida em relação às entidades governamentais – portanto, diremos, públicas – e às universidades.

O assunto é muito complexo, mas me pareceu honesto mostrar pelo menos esse tipo de tendência, aquilo que nos é útil, e que vimos nesses últimos gráficos, é perceber como os instrumentos tecnológicos se tornam fundamentais para o gerenciamento por parte de capitais individuais e dos Estados, que representam sua superestrutura, aquilo que é a competição in-

ternacional, isto é, o conflito interimperialista. O tema apresentado tenta, portanto, demonstrar como também o nosso patrimônio de conhecimento, que se chama Ciência ou Tecnologia, é absolutamente subsumido pelas lógicas do capital.

Gráfico 9 – Atores chineses P&D



Antes de encerrar, gostaria de mencionar algo de natureza pessoal. Estou no Brasil agora e agradeço aos organizadores deste congresso, mas já vim aqui há muitos anos, em 2011, e naquela ocasião estava conosco – se não me engano na mesma sessão – um professor argentino chamado Pablo Rieznik que, infelizmente, já não está mais entre nós. Para nós é uma grande perda e peço a vocês aplausos em sua homenagem. Muito obrigado.

CAPÍTULO II – A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS NA ARGENTINA¹

Romina Del Plá²

Boa tarde a todos, a todos. Estou muito feliz com este convite, a verdade é que agradeço enormemente ao Andes por estar aqui. Vou me apresentar. Sou professora do que vocês chamam de educação básica, educação secundária, sou professora de História há muitos anos. Sou a Secretária Geral da Suteba Matanza, um sindicato de professores do município de La Matanza, município com mais de 2 milhões de habitantes na província de Buenos Aires, que para a Argentina é muito, no Brasil nem tanto, mas na Argentina equivale à quinta província em número de habitantes.

¹ Este texto é oriundo de transcrição de palestra realizada no Seminário Internacional do Andes-SN – Universidade, ciência e classe numa era de crises. Apesar de pequenos ajustes realizados *a posteriori*, manteve-se a linguagem coloquial das apresentações.

² Professora de História, graduada na Facultad de Filosofía y Letras da UBA. Militante e dirigente sindical e Secretaria General do Suteba Seccional Matanza desde 2013. Filiada ao sindicato dos docentes universitários AGD-UBA e militante do Partido Obrero desde 1985. Desde 2017 é Deputada Nacional pelo Partido Obrero na Frente de Izquierda y los Trabajadores.

Nossa seção faz parte de um sindicato provincial, Suteba, e de um sindicato nacional, Ctera. Ao mesmo tempo, desde dezembro de 2017, sou Deputada Nacional pelo Partido Obrero que integra a Frente de Izquierda y los Trabajadores (FIT) com dois outros partidos.

Como deputada nacional me coube participar ao vivo e diretamente nesse processo de aprovação e de meia sanção³ do *projeto pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito*, que é provavelmente uma das coisas que recordo como um marco em toda a minha vida: ter sido a quarta signatária do projeto que obteve a meia sanção e ter votado a meia sanção do direito ao aborto nessa jornada histórica de 13 e 14 de junho de 2018.

Vejam, eu conversei sobre isso com várias pessoas antes do início desta mesa de discussão, o movimento de luta das mulheres não começou agora, nem é patrimônio da Argentina. O movimento de luta das mulheres, reconhecido como tal, existe há muitas décadas em todo o mundo e é uma luta incessante.

O que importa é ver como, neste momento, se configurou uma série de circunstâncias que fizeram este movimento irromper com a força que tem na Argentina e que, ao mesmo tempo, ajudaram a este despertar, ou a reforçar outros movimentos de

³ De acordo com o Dicionário de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais de Manuel Ossorio, *meia sanção* refere-se ao seguinte: expressões pertencentes ao jargão parlamentar argentino, mas extensíveis a tantos países, devido ao bicameralismo, requerem a anuência do Senado e do Congresso dos Deputados para a aprovação das leis. Como a promulgação destas exige a dupla afirmação daquelas assembleias, e como os debates não podem ser simultâneos ou conjuntos, quando aquele que assumiu a iniciativa legislativa, por aclamação ou maioria, aprove um texto, diz-se que a lei tem meia sanção, visto que falta o complemento que a outra Câmara acabará por lhe conceder, se ratificar o texto da anterior. Quando o texto legal aprovado por uma das Câmaras é rejeitado total ou parcialmente pela outra, são utilizadas fórmulas de *lobby* e compromisso para se chegar a uma redação que obtenha dupla aprovação. Disponível em: <https://argentina.leyde-recho.org/media-sancion/>.

luta das mulheres que já existiam, em todo o mundo e na América Latina, em particular.

Para compreender o fenômeno de luta na Argentina, devemos mencionar alguns antecedentes.

Em primeiro lugar, na Argentina, há um fenômeno único no mundo, que é o Encontro Nacional de Mulheres, que acontece há 33 anos. Este ano acontecerá o 34º encontro. Há três décadas que todos os anos, no fim de semana prolongado de outubro, nos reunimos em alguma província do país. Primeiramente eram poucos milhares, mas agora são eventos entre 15 e 20 mil pessoas, depende da distância do local onde acontece a cada ano, mas não diminui desse número. Mulheres e dissidentes sexuais, de todas as condições, de origens completamente diferentes, experiências políticas diferentes, nos reunimos para discutir em *workshops*, durante 3 dias, sobre vários temas. Isso já nos fala de uma preocupação em torno da questão das mulheres, do programa reivindicativo com o qual se abordam os problemas enfrentados pelas mulheres e, principalmente, pelas mulheres trabalhadoras, que têm uma atenção muito importante. No entanto, não foi o Encontro Nacional de Mulheres, do qual surgiram essas medidas de luta, que colocou a luta das mulheres na Argentina no centro da cena, mas esse é um precedente que vale a pena mencionar.

Um segundo precedente que temos de citar é todo o processo de luta do Ni Una Menos.⁴ No dia 3 de junho de 2015, houve uma mobilização convocada por um coletivo de jornalistas e intelectuais contra os feminicídios que comoviam e se acumulavam, e essa convocação de dezenas de milhares de pessoas de alguma forma, permitiu uma irrupção do movimento feminista que, a partir do Ni Una Menos, deu um salto. Até então, to-

⁴ No Brasil, Nenhuma a Menos.

dos os anos havia marchas no dia 8 de março, todos os anos havia marchas no dia 28 de setembro, mas de alguma forma eram relativamente rotineiras. Mas, a partir do Ni Una Menos, o movimento das mulheres deu um salto... mas não apenas das mulheres, mas das mulheres e dos homens, dos jovens e do coletivo LGTBIQ, que passou a assumir esses protestos e reivindicações; porque no dia 3 de junho não marchamos só mulheres, marchamos mulheres, homens e diversidades, que apoiam a luta pelo fim do feminicídio e da situação de opressão de mulheres, crianças e dissidentes sexuais. Acho que esse também é um dado muito importante. Por que essa situação ocorreu? Bem, porque os casos de feminicídio em todo o país e a cumplicidade do Estado com eles começaram a ficar muito evidentes. Na Argentina tínhamos a estatística de uma mulher morta por feminicídio a cada 30 horas, hoje a estatística de mulher morta por feminicídio já caiu e está entre 26 e 27 horas. A situação é gravíssima, é extrema, se destaca e, ao mesmo tempo, a denúncia de que o responsável é o Estado dá força ao movimento. Porque todos os governos de diferentes níveis e forças políticas, nacional, provinciais, municipais, tiram fotos, questionam a situação dos feminicídios, dizem que estão preocupados, mas as mulheres continuam sendo assassinadas, quando esses assassinatos poderiam ser evitados.

E por que dizemos que o Estado é o responsável? Insisto no Estado porque os governos vão passando e mudando, essa mobilização do Ni Una Menos começou no governo anterior, o de Cristina Kirchner. Então, vão os governos, não importa se são kirchneristas, se são macristas, o governo anterior, todos têm uma continuidade em relação ao fato de que endossam e protegem judicial, legal e praticamente a situação de opressão das mulheres.

E por que isso? Por que dizemos que o Estado é responsável? Porque não constroem abrigos para que as mulheres se protejam

e saiam da situação de violência, porque quando as mulheres vítimas de violência fazem denúncias não acontece nada, ou no máximo dão um botão antipânico para que seja a mulher que tenha que ativá-lo, mas se a estão atacando, como ela pode apertar o botão? Em outras palavras, se livram da responsabilidade de salvar a mulher.

E não deveria ser assim. Justamente, a partir do momento em que se faz a denúncia, a mulher e/ou as crianças vítimas de violência passam a expor a situação, já a partir daí deveriam estar totalmente protegidas. Outro exemplo é que temos problemas para acessar licenças de trabalho devido à violência de gênero. Até mesmo nos servidores públicos, os professores, estamos lutando para que a licença seja aplicada para violência de gênero porque temos muitas professoras assassinadas em seus locais de trabalho. Aquele que a está ameaçando, onde vai procurá-la? E se precisa obter sustento para seus filhos, para onde ela vai? Vai ao trabalho! E no local de trabalho se tem produzido muitos feminicídios. Portanto, todas essas questões que vieram à luz do público com muita força, de alguma forma têm reforçado os processos da organização, têm reforçado os processos de denúncia e têm se articulado com outros processos. A partir de 2015, isso é muito intenso.

Outro antecedente que devemos mencionar é o que surgiu de um caso que ganhou certa ressonância, o da jovem Belén, da província de Tucumán. Ela ficou presa por dois anos e meio, acusada de fazer um aborto. A jovem ficou presa, indefesa, por muito tempo, mais de um ano, até que o caso começou a ser conhecido, saiu das fronteiras de Tucumán, adquiriu caráter nacional. Organizou-se uma campanha pela liberdade de Belém, e o fato de começarmos a falar sobre um assunto bastante complexo, do qual em geral não se fala muito publicamente, o aborto e o problema da penalização, tornou-o um precedente importan-

te. Por fim, Belém foi absolvida, foi libertada, ficou demonstrado que havia tido um aborto espontâneo, e que sequer sabia que estava grávida.

No entanto, o caso de Belén nega a ideia de que embora o aborto seja punido pelo código penal, nenhuma mulher vai para a prisão. Mentira! Muitas mulheres vão para a prisão na Argentina por terem abortado. Em geral, mulheres pobres, como é o caso de Belén. Existem outros casos que não chegam à esfera pública, não os conhecemos e, portanto, não é possível intervir.

Então, todos esses elementos se somaram como uma panela de pressão, já no final de 2017 as mobilizações pelo direito ao aborto começaram a se tornar mais massivas e o tema passou a ser discutido de forma mais aberta.

Na Argentina acontecia o mesmo que aqui no Brasil, eu estava lendo seus materiais e há todo um esforço para tentar explicar que estamos falando de mulheres comuns, não de criminosas, ou seja, mesmo tendo clareza sobre a questão do direito ao aborto, temos que explicar para fora, com uma série de argumentos, justificando que a mulher que aborta não é criminosa nem assassina. Vi numa revista, publicada em 2016 sobre os direitos das mulheres e acho que em toda a revista não se fala sobre o problema do aborto. Muitos outros temas são desenvolvidos, mas é difícil que se envolvam com o aborto. Acontecia o mesmo na Argentina. Tivemos essa experiência, agora sou deputada nacional, mas milito há muitos anos; fui candidata muitas vezes em diferentes cargos, mas sempre fizemos uma campanha eleitoral colocando o direito ao aborto legal como questão programática do Partido Obrero e da Frente de Izquierda. Era extremamente difícil ir a um programa de televisão ou rádio para falar sobre isso. Eles faziam de tudo, menos nos dar os parabéns, nos atacavam.

Agora o direito ao aborto legal é um tema popular, agora cai bem mencioná-lo, mas o véu teve que ser retirado. Temos que

nos encorajar a levantar o véu porque a questão do aborto está presente, embora não falemos sobre isso. E devemos parar de esconder um tema que está absolutamente presente na vida das mulheres, na vida das trabalhadoras, na vida de cada gestante, e que está oculta, mas que temos que trazer à luz.

E de certa forma foi isso que aconteceu na Argentina. E é muito importante porque agora veremos todas as idas e voltas em torno desse tema. Vocês sabem que nada é linear na política e muito menos na luta de classes. Alguém me dizia ontem que há mudanças que são irreversíveis. Mais ou menos, é sempre possível retroceder, não é sempre que a gente vai para frente. O que deve ficar claro é que se em uma luta não se avança, não se vai para adiante ou se para, com certeza iremos para trás. Isso é assim.

Em todo caso, neste processo de luta na Argentina, que está longe de ter terminado e que tem novos capítulos e novas etapas, se produziu algo fundamental, que é perder o medo por parte das mulheres e das grávidas de expressar os problemas que enfrentam e pedir ajuda. Enquanto eu estava aqui pela manhã ouvindo a palestra, recebi uma mensagem por meio de uma rede social. Uma jovem que me dizia “Estou grávida. Que faço? Para onde vou?”. E não é que me dedique a isso, nem costumo receber esse tipo de consulta, mas a jovem perguntou-se “Quem encontro na rede? Vou escrever para a Romina e tenho certeza que ela me dirá alguma coisa”. Ela me enviou uma mensagem e nós a redirecionamos para o hospital e para o grupo correspondente que vai atendê-la. Isso acontece hoje na Argentina. Felizmente, agora se fala, agora se fala. E se tem superado, de alguma forma, os preconceitos.

Muitos ficam impressionados com os lenços verdes e laranjas que eu uso e que nós usamos. Não é que eu coloquei o lenço agora. Eu os uso em eventos públicos, e agora a gente vai com

os lenços nas mochilas, nas bolsas, vamos pra todo lado com os lenços. E em todo o país é permanente. A juventude caminha com o lenço verde por todos os lados porque, de alguma forma, significa livrar-se do disciplinamento sobre a sexualidade, livrar-se do disciplinamento da vida, o que implica tentar dominar através da imposição de um determinado destino. E isso eu acho que é muito importante e que temos que aproveitar.

Então, todos esses antecedentes fizeram com que em 2018 quando a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto,⁵ que é uma organização nacional que reúne centenas de organizações de todo o país, – sou de uma organização que não integra a campanha, sou de uma organização chamada Plenário de Trabalhadoras, nós somos a organização de mulheres do Partido Obrero –, mas nós articulamos com a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto quando o projeto de lei de Interrupção Voluntária da Gravidez⁶ teve que ser apresentado novamente, porque a Campanha Nacional apresenta, a cada dois anos de forma sistemática, o projeto do aborto legal, de interrupção voluntária da gravidez. Assim, quando uma comissão da Campanha se reuniu com deputadas, em fevereiro de 2018, para discutir como o projeto deveria ser apresentado pela sétima vez, foi tomada uma série de determinações a partir dessa agitação, era óbvio que era algo diferente de outros anos, que não era mais a mesma situação de dois anos antes.

Discutiu-se não como vamos apresentar o projeto, com mais assinaturas do que da vez anterior; discutimos como iríamos fazer para que o projeto fosse tratado, discutido e aprovado na Câmara dos Deputados. E para essa discussão, primeiro tivemos que convencer algumas correntes políticas que não estavam de

⁵ Campaña Nacional por el Derecho al Aborto.

⁶ Interrupción Voluntaria del Embarazo.

acordo, que não concordavam. Pois bem, era preciso explicar que havia uma situação diferente, uma situação de mobilização em torno do tema e, também, uma situação de crise do governo de Mauricio Macri com a Igreja Católica. E que essa era a oportunidade, que esse era o momento. Então, não tínhamos que desperdiçar a oportunidade, mas se tínhamos que fazer uma sessão especial, se tínhamos que pegá-los de surpresa e um dia sentar nos bancos e dizer agora vamos tratar desse tema, enfim, discutimos uma série de questões no sentido de garantir o tratamento do projeto de lei.

Essa informação obviamente chegou ao governo, chegou à presidência da Câmara e eles disseram, bom, elas estão determinadas, não vamos conseguir pará-las, então é melhor que a gente controle o processo, pensaram no governo, é melhor a gente controlar o processo do que elas o controlarem e o aprovarem de forma independente. E, então, é aí que “possibilitam o debate”. Já não era um fator surpresa, ao contrário, se organizaram 3 meses de debate no plenário das 4 comissões: Legislação Geral, Legislação Penal, Mulher e Família e Comissão de Saúde. Houve 700 expositores, metade a favor e metade contra, 700 expositores em 2 dias por semana, 3 meses, discutindo este projeto até chegarmos à sessão de 13 de junho.

Agora, enquanto tudo isso estava acontecendo, o que estávamos fazendo? Bom. Criou-se a onda verde, criaram-se as terças-feiras verdes, faziam-se mobilizações nacionais, travamos uma enorme batalha organizacional, para ir discutir, porque mesmo que uma mulher não concordasse com o direito ao aborto, ela tinha que apoiar o direito ao aborto. Porque é disso que se trata, não se trata de eu que eu esteja disposta ou considere que vou fazer um aborto, mas se trata de um direito que tem que existir para evitar que as mulheres morram de aborto clandestino. Porque na Argentina há meio milhão de abortos por ano, 500

mil abortos por ano. Eu entendo que no Brasil é mais ou menos igual. Então, não podemos continuar com as mulheres pobres, que são as que morrem, porque quem tem dinheiro paga um aborto em uma clínica, disfarçam-no de operação de apendicite e todo mundo fica feliz. Mas as pobres, não. Portanto, essa é a situação que não pode continuar a ser permitida. Além disso, não apenas aquelas que morrem, mas aquelas que são mutiladas, aquelas que sofrem problemas gravíssimos em seu aparelho reprodutivo etc.

Então, o debate foi muito interessante, colocou os argumentos no debate público, colocou isso como um problema de saúde pública, colocou a questão do direito de decidir sobre o próprio corpo, colocou a questão de que não podem ser nem as igrejas, nem as crenças individuais, a ditar as normas legais e sociais, portanto, devem ser as necessidades da população e não as crenças obscurantistas. E foi isso que de alguma forma abriu cabeças, e essa ideia de que foram as meninas, as crianças, a juventude, as que conduziram essas bandeiras também transformou as moças naquelas que foram convencer suas mães, suas avós, seus pais e a debater esse assunto em casa. E foi interessante porque esses debates ocorreram não só nas escolas públicas estaduais, mas também nas escolas particulares, nas escolas religiosas, onde nas aulas de catequese fizeram o enfrentamento sobre o assunto. Situações impressionantes ocorreram. Mas para que vejam o impacto, em uma escola em La Matanza, no meu distrito, uma escola católica, chegaram a proibir o uso da cor verde nas aulas de arte. Comunicado: Não se usa a cor verde.

Todo esse processo de mobilização levou à aprovação da meia-sanção no dia 13 de junho, de 13 a 14 de junho, em uma sessão de 20 horas. Que não era exatamente igual ao projeto original, pois uma série de mudanças foram introduzidas, a maioria delas positivas e outras negativas, que questionamos. Nós

votamos no geral e, então, no particular, essas mudanças. Quais elementos eram negativos? Bem, por exemplo, a questão da manutenção de alguns artigos do Código Penal, digamos com algum tipo de sanção em determinadas circunstâncias, embora muito limitadas, mas com algum tipo de sanção, por exemplo, para a realização do aborto fora da 12ª semana, que é o que o projeto permite.

Mas a grande questão que estava no projeto e que foi uma concessão, que ainda não chegou a ser aprovada no Senado, é a questão da manutenção da objeção de consciência institucional ou da objeção de consciência do médico. Qual é esse conceito? O conceito de objeção de consciência, que surgiu como um elemento progressista para aqueles a quem queriam obrigar a entrar no exército israelense para matar palestinos, por exemplo, “Não, eu não quero”.

Vemos como um elemento progressivo se torna um elemento regressivo, quando é usado para violar um direito. E então a objeção de consciência, ou objeção para a instituição médica, é um elemento para anular o direito aprovado. Dou um exemplo. No Uruguai, existe uma lei do aborto legal, porém rege a objeção de consciência. Portanto, na maioria dos estados do interior do Uruguai, os estados são objetores, a maioria dos hospitais ou clínicas de saúde são dominadas por objetores de consciência, com os quais uma mulher de um distrito do interior do Uruguai deve entrar em contato para ter acesso a um método anticoncepcional, e eles não querem dar a ela, ou caso decida fazer um aborto, ter que viajar para Montevideú. Se tiver que viajar do interior a Montevideú precisa de recursos, se é trabalhadora, trabalhadora rural, empregada doméstica, empregada de um comércio, provavelmente não tem esses recursos. Portanto, a questão da objeção de consciência é uma armadilha para anular o que lhes foi inevitável aprovar.

Então, bem, ainda assim, com todos os limites, o projeto foi aprovado. Mas o projeto não teria sido aprovado, a meia sanção não teria sido possível, se não houvesse um milhão de pessoas nas ruas.

Não foi por estratégia parlamentar, foi porque na madrugada de 14 de junho não sabiam como fazer aquele milhão de pessoas ir para casa sem a meia sanção e do outro lado porque dividiram a Avenida Mayo em duas, um lado para os verdes, o outro lado para os azuis, onde não havia ninguém. Então, foi uma verdadeira pressão da mobilização popular no Congresso para conseguir a aprovação da lei. Porém, a partir daí, os métodos para deter a lei foram sendo aplicados, entendem? Os diversos setores das igrejas católica e evangélica, dos partidos patronais, tanto os governistas do Cambiemos, como os do peronismo, os do kirchnerismo, que compõem o Senado, foram organizando os meios para que, todos os blocos, deixassem senadores suficientes para votar contra a aprovação da lei.

Eles foram montando esses compromissos porque o medo era profundo, a ideia que começou a correr era a de que se obtivéssemos o direito ao aborto, a partir da luta popular, todas as demais lutas, por todas as outras questões, salários, desemprego, a defesa da aposentadoria, tudo o mais ganharia uma energia enorme. Por isso, os primeiros a sair para lutar, de forma contundente, foram as burocracias sindicais, por exemplo, a CGT. No dia em que o aborto foi discutido com os deputados, chamamos vários sindicatos a parar, e de fato paramos, exigindo que o direito ao aborto fosse aprovado. Mas a CGT, no dia seguinte, saiu dizendo que se a lei fosse aprovada não a aplicaria nas obras sociais que dependem de seus sindicatos. Como que não? Se a lei sair, tem que ser cumprida. Pois bem, fizemos um *pañuelazo*⁷ na por-

⁷ *Pañuelazos* são manifestações acompanhadas pelo uso do lenço (*pañuelo*) verde, como símbolo da luta pelo direito de decidir, pelo aborto legal, seguro e gratuito.

ta da CGT. Fomos até a porta da CGT com um *pañuelazo*. Eles tiveram que nos receber, eles tiveram que dizer que, bem, que não era assim, que o problema era de recursos, que se eles tivessem recursos eles iriam aplicar, se a lei fosse aprovada. Mas isso era, de alguma forma, um indicador de que todos os mecanismos estavam sendo montados para que a lei não fosse aprovada.

Nesse momento, todo o processo de mobilização continuou, em agosto éramos dois milhões nas ruas e mesmo assim o projeto não foi aprovado. Não saiu porque esses compromissos que estavam se tecendo, de todos os blocos políticos que governam as províncias, que desejam ganhar as próximas eleições, que é este ano na Argentina, e que temem não ter certo apoio caso apoiem fortemente o aborto. Principalmente o kirchnerismo, Cristina Kirchner na noite da rejeição no Senado, saiu para dizer que não se deveria ficar com raiva da igreja, quando mais se deveria estar com raiva da igreja. E agora tem dito que é preciso juntar lenços azuis e verdes para enfrentar Macri. Não entendemos como se enfrenta o Macri pisoteando os direitos das mulheres. E se você vai pisotear os direitos das mulheres e dos dissidentes sexuais, não vai enfrentar ninguém, porque tudo o que vai fazer é aplicar o mesmo programa de ataque e ajuste. Portanto, não é verdade. Deixando de lado os direitos das mulheres, você não defenderá nenhum outro direito. Então, é a mesma história dos 12 anos anteriores, onde governaram e o projeto do direito ao aborto não saiu da gaveta. Porque lembremos que esses mesmos já governaram.

Então, um grande processo foi deixado em aberto, obviamente uma frustração, depois que o projeto não saiu. Nós discutimos muito. Minha organização defendeu que tínhamos que exigir uma Consulta Popular Vinculante, se o Congresso virar as costas à população, que seja a população a decidir. Não houve acordo com as outras organizações e a mobilização teve certo re-

fluxo. No entanto, uma série de eventos no final do ano fez com que o assunto se intensificasse novamente.

A denúncia de uma atriz por situação de abuso em um filme, Thelma Fardín, deu origem a todo um movimento de denúncia, que reavivou todo o movimento de mulheres. Além do fato de que o ano de 2019 começou com uma série de casos de feminicídio, mais uma vez chocantes. E três casos, que vieram à tona, de meninas grávidas em decorrência de estupro, em que não quiseram aplicar a interrupção legal da gravidez. Na Argentina, o código penal de 1921 reconhece que a interrupção da gravidez é legal quando resultante de estupro ou quando a saúde da mãe está em risco. Mas isso não se aplicava, eles se encarregaram de negar, até 2012, quando o Supremo Tribunal de Justiça proferiu a sentença FAL, sentença baseada em um caso, em que se interpretou o Código Penal e obrigou o seu cumprimento. Então, em caso de estupro e em caso de risco à vida da mãe, o aborto é legal. No entanto, tanto o sistema judiciário quanto os setores obscurantistas do sistema de saúde tentam ignorar essa decisão e não aplicá-la. Exatamente neste ano, ocorreram três casos, um na província de Jujuy e dois em Tucumán, de meninas forçadas a continuar a gravidez. Isso reacendeu completamente o problema.

Então, voltou a ser pautado um tema que é central. Se não houver aborto legal, todas as medidas intermediárias não funcionam. Porque se não há aborto legal, ou seja, eliminando restrições, não há verdadeiras campanhas de contracepção e há um bloqueio sistemático da educação sexual nas escolas. Porque é mentira quando falam aborto, não, mas educação sexual sim. Não. Nem educação sexual, nem contracepção, nem nada. Então, justamente, a luta pelo aborto legal é o que nos permite avançar com os outros pilares. Que a interrupção legal da gravidez seja cumprida nos casos prescritos; que a educação

sexual seja aplicada, que lutemos para torná-la obrigatória, laica e científica, porque também temos uma lei, de 2006, mas que deixa para as instituições os critérios institucionais para sua aplicação. Portanto, em muitas províncias não é aplicado, nas instituições religiosas não é aplicado, estamos lutando por uma modificação que o torne de caráter científico e secular obrigatório. Nós levantamos um programa integral que se choca com os interesses de disciplinamento social da burguesia, das igrejas, dos partidos patronais, da burocracia sindical e por isso é um tema tão perturbador.

Falamos ontem, também em uma conversa informal, que esse é um assunto que na Europa não tem nenhum interesse, porque ninguém supõe que a Inglaterra vai entrar em uma crise do sistema capitalista porque tem uma lei do aborto legal até a semana 24. Não parece que é por isso que a Inglaterra tem um problema. A Inglaterra tem problema por causa do Brexit, por causa da crise capitalista mundial, por causa de muitos outros fatores, não porque tem a lei do aborto. Não vamos falar do restante da Europa, mas da América Latina sim. Porque na América Latina disciplinar as mulheres é um elemento central para manter o domínio sobre todas as trabalhadoras e trabalhadores. Esse ponto é fundamental e faz a questão ser perturbadora e por isso é tão importante que levemos esse debate para o interior da classe trabalhadora. Porque sabemos muito bem que nem todos os trabalhadores concordam em respeitar os direitos das mulheres, ou das dissidências, ou em defender os direitos à contracepção, à educação sexual ou ao aborto legal. Mas é uma questão de classe com a qual temos que nos envolver fortemente, é uma batalha que temos que lutar. Porque o regime e o sistema usam os homens para nos atacar, as mulheres, como um elemento de disciplinamento. E como parte da luta para nos libertar, temos que vencer todos eles. É crucial. E essa é a luta que estamos lutando.

Como resultado de toda essa batalha e de toda essa situação, agora vai se apresentar novamente o projeto. Hoje, neste momento, está acontecendo uma reunião entre as representantes da campanha e as deputadas que vamos apresentar novamente o projeto. Há um debate porque há setores do peronismo, do kirchnerismo, que não querem que se discuta agora. Há grupos aos quais não convém porque subordinam essas lutas às eleições. Mas, isso é uma necessidade agora, não daqui a seis meses, não no próximo ano, é agora. Então existe uma luta política para que isso seja feito, e o projeto será apresentado com uma grande mobilização.

Desse processo tem derivado uma série de lutas e reivindicações que também se tornaram populares. A luta pela educação sexual obrigatória, laica e científica tem ganhado força e isso, o lenço laranja, que muitas me perguntavam, é a luta pela separação entre Igreja e Estado e tem ganhado força também. Isso é importante em nossa concepção, não temos nenhuma ilusão republicana liberal, eu tenho clareza que sob o capitalismo não há separação completa entre Igreja e Estado. Existe de boca em boca, em um determinado estágio. Por isso devemos lutar para superar o capitalismo, devemos lutar pelo socialismo. Mas como elemento de organização e denúncia nos serve, porque estamos lutando para tirar o financiamento estatal das igrejas, nos serve para colocar em destaque, por exemplo, há um mês, frustramos uma intenção de abrir um 0800⁸ para as maternidades vulneráveis. O Ministério do Desenvolvimento Social deu a eles muitíssimo dinheiro, muitíssimo. A quem? Às igrejas evangélicas. Então, uma menina, ou uma jovem, uma gestante, em situação de vulnerabilidade, liga para o 0800 e o que vão falar pra ela?

⁸ Como no Brasil, o número 0800 faz referência aos números telefônicos que permitem ligações sem custos para quem origina a chamada telefônica.

Você tem que ter seu filho, venha que nós te ajudamos a entregá-lo para adoção. Barbaridades é o que vão dizer. Bem, nós o desmontamos, tiveram que desmontá-lo. Mas também faz parte dos elementos de denúncia da cumplicidade do Estado, dos governos, das Igrejas, como elemento contra as maiorias populares. Esse dinheiro que eles usam é a força motriz do pensamento da organização contra a juventude, contra as mulheres, contra as dissidências e não podemos permitir isso.

Por isso, a luta pela separação entre Igreja e Estado é uma das bandeiras que tem ficado como conclusão de todo esse enorme processo. E, claro, também várias lutas que estão interligadas. Por exemplo, neste momento há uma discussão sobre como enfrentar a situação dos feminicídios, e com isso estou encerrando. Existem algumas correntes, deputadas, mas, sobretudo, grupos de mulheres, que defendem que é preciso exigir a emergência de gênero. Achemos que não faz sentido. A emergência, a declaração de emergência, apenas permite aos governos contratar diretamente, ou aplicar diretamente, certos elementos do orçamento. Não resolve o problema de fundo. É dar ao lobo que já é cúmplice, proteger os violentos, proteger os feminicidas, dar-lhe a máscara de que se vai fazer algo contra o feminicídio.

Nós propomos outra coisa, que é a formação de um Conselho Autônomo da Mulher, eleito pelas mulheres, pelo voto popular das mulheres e diversidades sexuais, a partir dos 13 anos, que se encarregará de verificar se se aplicam ou não todas as normas já aprovadas, que, por exemplo, na Argentina são muitas. Aqui no Brasil, com certeza também. Quantidade de leis, regulamentos, resoluções, orçamentos que são usados para qualquer coisa, exceto para o que se tem que usar. Leis que não se cumprem. Em muitos casos, não precisamos de mais leis, precisamos fazer cumprir as que já existem. E que os orçamentos sigam para onde devem ir. Então, não é dando mais ferramentas ao Estado e aos

governos, mas nos organizando de forma autônoma que vamos conseguir obrigá-los.

E por último, como resultado de todo esse processo, claro, algumas conquistas têm acontecido, é claro. Existem várias leis que foram aprovadas. Gostaria de mencionar duas. A Lei Brisa é um subsídio de reparação aos filhos das vítimas de feminicídio. É um subsídio mínimo. Mas, enfim, um subsídio para os meninos e as meninas que venham a ficar órfãs, que muitas vezes têm a mãe morta e o pai preso, e ficam a cargo da avó, do avô, de um tio, e não têm como se sustentar.

E a outra é a Lei Micaela. Votamos a favor da Lei Micaela, mas, na verdade, não creio que tenha muita utilidade, é uma lei que exige que todos os funcionários dos três poderes se eduquem em questões de gênero, têm que fazer cursos obrigatórios sobre as questões de gênero. É inócua porque vocês percebem que o fato de um juiz ter que passar por um pequeno *workshop* sobre questões de gênero, não significa que ele vai modificar suas decisões judiciais. No entanto, ontem, uma organização que responde a um deputado chamado Olmedo, que é evangélico e quer imitar o Bolsonaro, interpôs recurso contra a Lei Micaela, um recurso judicial. Porque disse que é ideologia de gênero. É uma lei inócua como poucas, mas nem o inócuo passa. Então, quero dizer que esse é um terreno que está aberto, mas assim como o processo de luta está aberto, também essa organização e essa luta tem produzido uma reação. Na Argentina estamos vendo a mesma situação de desenvolvimento das igrejas evangélicas, de perseguição aos que defendem os direitos das mulheres e das dissidências e denunciemos o obscurantismo clerical. Fizemos alguns vídeos sobre mim porque promovi a modificação da Lei de Educação Sexual, eles dizem: “ela quer que seu filho receba ideologia de gênero na escola”.

Mas, bem, devemos continuar com a organização, me parece que está completamente em aberto, que não há argumento

político pelo qual devemos deixar de lado qualquer uma das demandas centrais das mulheres, que estão intimamente ligadas à luta geral das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Esta me parece ser a melhor homenagem quando se completa um ano do assassinato de Marielle Franco: que o movimento de luta das mulheres siga cada vez mais forte, mais poderoso, e que possamos derrubar todas e cada uma das medidas que nos oprimem, que nos disciplinam e que tentam nos impor para viver. Muito obrigada.